

Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

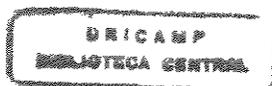
**AS ORAÇÕES DE TEMPO E CONDIÇÃO
NA FALA DA CRIANÇA:
UMA PERSPECTIVA SÓCIO-FUNCIONALISTA**

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Dra. Maria Luiza Braga.

**Campinas – São Paulo
Fevereiro/2001**



2001/02/22

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	I/Unicamp
	R618o
V.	Ex.
TOMBO BC/	45460
PROC.	16/392/2001
C	<input type="checkbox"/>
D	<input type="checkbox"/>
PREC.º	11,00
DATA	31/07/2001
N.º CPD	

CM00158072-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

R618o

Rodrigues, Angélica Terezinha Carmo

As orações de tempo e condição na fala da criança: uma perspectiva sócio-funcionalista / Angélica Terezinha Carmo Rodrigues. - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Maria Luiza Braga

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Sintaxe. 2. Aquisição da linguagem. 3. Sociolinguística. I. Braga, Maria Luiza. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Maria Luiza Braga

Profa. Dra. Maria Luiza Braga (UFRJ/UNICAMP)
Orientadora

Profa. Dra. Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro
(IEL/UNICAMP)

Profa. Dra. Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva
(UFRJ)

Profa. Dra. Inedore G. Villaça Koch
(IEL/UNICAMP) Suplente

... defendida por *Angelica Terujima*

Carmo Rodrigues

e aprovada pela Comissão Julgadora e

18, 06, 2001.

Maria Luiza Braga

*À minha mãe, a quem devo minha
eterna gratidão.*

Agradecimentos

À professora Maria Luiza Braga, pela orientação segura e cuidadosa, pelo incentivo constante e pela amizade;

À professora Maria Fausta Pereira de Castro, pelas discussões proporcionadas tanto em sala de aula quanto no exame de qualificação, pelos conselhos valiosos e pela atenção;

À professora Ingedore G. Villaça Koch, pelas correções, observações e sugestões apresentadas no exame de qualificação;

À professora Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa;

A CAPES, pelo apoio financeiro durante os dois anos em que este trabalho foi desenvolvido;

À amiga Cristina Carvalho, pela amizade, pelas frutíferas discussões teóricas e pela companhia;

À amiga Irenilza Oliveira e Oliveira, pela prontidão na leitura deste trabalho, bem como pelos pertinentes comentários;

À professora Nilza Barroso Dias, que, felizmente, me fez enveredar pelos caminhos da Linguística, pelo apoio constante que me impulsionou para este trabalho;

Ao CEDAE, pela possibilidade de utilização do material do acervo como *corpus* para esta pesquisa;

Aos meus pais, Maria Terezinha e Sebastião, aos meus irmãos Amauri, Marcelo, Míriam e Éllen, e à minha querida Luíza, pela importância de suas presenças em minha vida;

Aos colegas Sebastião, Ronald, Águeda, Wellington, Cosme, Sanderléia, Maria Célia, Mariza, Ana Cláudia, Dica, Amélia, Yara, Vânia, Sandra e tantos outros, pelo convívio enriquecedor;

Aos amigos Wagner, Rogério e Rose da secretaria de pós-graduação do IEL, pela paciência em responder tantas perguntas e pela prontidão na resolução dos problemas burocráticos;

Aos amigos Fernando, Bernardo e Marcos, pelo apoio e amizade concedidos na minha chegada a Campinas;

Às amigas de toda a vida, Christine, Gisele, Karime, Magda, Patrícia e Vera, pela torcida;

À amiga Izabel, pelo valor dado a esse trabalho e pelas palavras sempre cheias de esperança;

Last but not least, ao Luciano, pelo amor e por todos os momentos compartilhados, com os quais tenho aprendido a ser uma pessoa melhor.

Sem essas pessoas, certamente, minha jornada teria sido mais árdua, mais extenuante e sem sentido. A todos vocês, meu “Muito obrigada!”

*Aceito o nome procurado,
mas advirto:
a palavra filtra incertamente
o que é núcleo
sob o céu.*

*Há os que esperam
o ouro do sentido.
Para seu desespero
a eternidade
depura os relógios.*

*Tudo quanto diremos
foi mencionado.
Só a palavra vista por dentro
traz algum proveito.*

*(Edimilson de Almeida Pereira, SEBASTIÃO,
MINERADOR)*

SUMÁRIO

RESUMO.....	19
1 INTRODUÇÃO.....	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	25
2.1 ESTRUTURA COMPLEXA: A VISÃO DA LINGÜÍSTICA.....	26
2.1.1 INTEGRAÇÃO DE CLÁUSULAS: A ABORDAGEM FUNCIONALISTA.....	26
2.1.2 COORDENACAO VS. SUBORDINACAO: A ABORDAGEM DE PERSPECTIVAS TEÓRICAS DIVERSAS.....	34
2.2 AS RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS.....	40
2.3 A AQUISIÇÃO DAS ORAÇÕES DE TEMPO E CONDIÇÃO.....	51
2.4 METODOLOGIA.....	60
3 ANÁLISE DOS DADOS.....	65
3.1 AS ORAÇÕES DE TEMPO E CONDIÇÃO E SEUS ATRIBUTOS SEMÂNTICOS.....	65
3.1.1 OS TIPOS DE ORAÇÕES TEMPORAIS.....	65
3.1.2 OS TIPOS DE ORAÇÕES CONDICIONAIS.....	71
3.1.3 A RELAÇÃO ENTRE TEMPORAIS E CONDICIONAIS	79
3.2 AS ORAÇÕES DE TEMPO E CONDIÇÃO E SEUS ATRIBUTOS SINTÁTICOS.....	94

3.2.1 A CODIFICAÇÃO ESTRUTURAL.....	94
3.2.2 A ORDEM FORMAL.....	105
3.2.3 A CORRELAÇÃO MODO-TEMPORAL.....	118
3.2.4 AS FORMAS DE EXPRESSÃO DOS SUJEITOS.....	129
3.3 QUAL A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E CONDIÇÃO NA FALA DA CRIANÇA?.....	135
4 CONCLUSÃO.....	145
5 ANEXOS.....	151
SUMMARY.....	169
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173
7 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	183

RESUMO

Neste trabalho, investigo as orações hipotáticas de tempo e condição presentes na fala de crianças em fase de aquisição de primeira língua. Na literatura consultada, há um consenso de que as orações temporais emergem na fala da criança primeiro do que as condicionais. Como sugere Slobin (1975), algumas noções, por serem mais salientes psicologicamente do que outras, são primeiramente desenvolvidas na infância. Os dados, no entanto, permitem afirmar apenas que as primeiras ocorrem em maior número do que as segundas. A justificativa, nesse caso, remete tanto a Givón quanto a Heine et alii. Tomando por base os pressupostos de Givón (1995), pode se dizer que as temporais representam estruturas não-marcadas, uma vez que são menos freqüentes. Nesse caso, é provável que tendam a ser, ao contrário das condicionais, menos complexas. Uma outra hipótese remete ao *continuum* de categorias cognitivas proposto por Heine et alii (1991), que defende que entidades mais concretas, como as que se referem a TEMPO, podem ser recrutadas para expressar noções mais abstratas, como CONDIÇÃO.

Mostro, entre outros aspectos que, em algumas orações, é possível identificar uma superposição de significados temporais e condicionais, e que, em outras, essa possibilidade é, senão bloqueada, pelo menos, mais difícil. A correlação modo-temporal e o grau de hipoteticidade explicam, parcialmente, a intercambialidade entre noções temporais e condicionais.

Para aferir o grau de integração dessas orações, utilizei as variáveis correlação modo-temporal, explicitude, correferencialidade e formas de expressão dos sujeitos. Em relação ao primeiro parâmetro, os resultados empíricos sugerem que as construções de

tempo, por apresentarem tempos e modos idênticos tanto na núcleo quanto na temporal, estão mais integradas, e, portanto, mais gramaticalizadas. No que concerne aos outros parâmetros, parece haver uma inversão nos resultados. Casos de anáfora zero, que indicam um grau forte de entrelaçamento, foram registrados mais nas orações condicionais do que nas temporais. Todavia, em ambas estruturas, os sujeitos apresentaram os traços [- correferencialidade] e [+ explicitude], que indicam relações sintáticas mais frouxas.

PALAVRAS-CHAVES: Orações de tempo e condição; Articulação de orações; Aquisição de linguagem.

1) Introdução

Nesta dissertação, investigo as orações de tempo e condição no âmbito da aquisição do português do Brasil como primeira língua. As questões aqui discutidas dizem respeito à ordem de aquisição, às propriedades semânticas e sintáticas e à possibilidade de superposição entre noções temporais e condicionais.

Considerando as propriedades semânticas das orações de tempo e condição e a variedade de significados por elas veiculados, admite-se que elas podem ser distribuídas em vários subtipos semânticos.

Diversos autores (Bechara, 1967; Braga, 1995, 1999; Neves, 1999; Bowerman, 1986; Reilly, 1986 entre outros) discutem à estreita relação semântica e sintática existente entre essas duas orações. Eles sustentam que, frequentemente, noções de temporalidade e condicionalidade podem se superpor.

No que concerne aos atributos sintáticos das orações em pauta, a análise se restringe à investigação da codificação estrutural, ordem formal, correlação modo-temporal e formas de expressão dos sujeitos.

A codificação estrutural diz respeito às formas como as relações proposicionais de tempo e condição são codificadas nos dados. A ordem formal será analisada segundo dois eixos: motivação pragmática e marcação. Na literatura consultada é comum a atribuição de funções pragmáticas às orações a depender da posição que ocupam no período. Marcação, por sua vez, vislumbra a identificação da ordem não-marcada, ou neutra, das orações em pauta. Os atributos

correlação modo-temporal e formas de expressão dos sujeitos podem constituir, segundo Lehmann (1988), parâmetros capazes de aferir graus de integração clausal. A identidade entre tempos e modos verbais utilizados nas construções temporais e condicionais, bem como o grau forte de entrelaçamento dos sujeitos caracterizariam cláusulas mais vinculadas.

Compõem o *corpus* deste trabalho 208 orações hipotáticas de tempo e condição, recolhidas em transcrições de falas espontâneas de quatro crianças, em fase de aquisição de linguagem.

Este trabalho se divide em quatro capítulos: Introdução, Fundamentação Teórico-metodológica, Análise dos Dados e Conclusão.

No capítulo 2, Fundamentação teórico-metodológica, considero as obras que serviram de suporte teórico para este trabalho. Primeiramente trato dos processos de articulação de orações sob a perspectiva de autores de diversas linhas teóricas. Subseqüentemente apresento a visão de alguns autores sobre a aquisição das orações de tempo e condição. Finalmente, apresento as perspectivas metodológicas que norteiam esse trabalho, no que tange à análise dos dados.

O capítulo seguinte contempla a análise dos dados. Inicialmente discorro sobre a caracterização dos tipos de temporais e condicionas, valendo-me das abordagens de diferentes autores. A seguir investigo os atributos sintáticos como ordem formal, correlação modo-temporal e formas de expressão do sujeito. Sempre que disponho de material, cotejo os resultados obtidos com aqueles de outros trabalhos. Teço comentário também sobre a ordem de aquisição das orações de tempo e condição.

No capítulo 4, apresento as conclusões deste trabalho.

2) Fundamentação teórico-metodológica

Nesse capítulo, apresento um resumo das principais obras que tiveram relevância para este trabalho, bem como o enfoque metodológico adotado para a análise dos dados.

No que diz respeito às obras consultadas, advirto que não se trata de uma revisão exaustiva, mas sim representativa das perspectivas teóricas aqui priorizadas. Os autores foram selecionados na medida em que ilustram as correntes teóricas nas quais se inserem.

Consultei, a princípio, a posição de diversas gramáticas normativas a respeito da classificação das orações coordenadas e subordinadas, bem como dos parâmetros responsáveis por esta classificação. É sabido que, usualmente, essa abordagem tradicional privilegia uma análise no nível sentencial, em que se destacam os traços *dependência* e *independência sintáticas*. A referência a essa abordagem se deve ao fato de que ela é tradicionalmente levada em conta na análise dos processos de combinação de orações. No entanto, na medida em que os pressupostos dessa abordagem são apresentados fica evidente o abandono das características semânticas das orações. Sendo assim, uma vez que se compreende que a natureza semântica de uma oração é tão importante quanto seus atributos sintáticos, valho-me, nesta dissertação, dos pressupostos defendidos pelas abordagens funcionalista e textual, pois se mostram muito mais abrangentes.

Inicialmente, discutirei os processos de combinação de cláusulas à luz da teoria funcionalista, ressaltando, a seguir, a relevância de uma perspectiva semântico-textual para a identificação desses mesmos processos de articulação de orações. Apresento também uma

definição das relações lógico-semânticas de temporalidade e condicionalidade sob a ótica de vários teóricos. Subseqüentemente, remeto aos estudos das orações de tempo e condição dentro do ponto de vista da aquisição da linguagem. Finalmente, explico as normas metodológicas assumidas frente à análise dos dados.

2.1) Estrutura complexa: a visão da Lingüística

Uma das principais críticas apresentadas por alguns estudiosos da Lingüística, no que se refere à descrição dos conceitos de coordenação e subordinação, é a de que, muitas vezes, apenas os critérios sintáticos ou formais são levados em conta (Koch, 1996: 111).

Na medida em que se acredita que, nos processos de articulação de cláusulas, estão envolvidos mais do que somente aspectos sintáticos, é fundamental a análise de propostas mais modernas.

2.1.1) Integração de cláusulas: a abordagem funcionalista

Para a Gramática Tradicional, a articulação de orações se reduz à dicotomia coordenação vs. subordinação. Nessa perspectiva, orações coordenadas se dividem em sindéticas ou assindéticas, segundo a presença de conjunção ou não, respectivamente. Essas orações são

definidas como independentes. Já as orações subordinadas funcionam como “termos essenciais integrantes ou acessórios” de uma outra oração, a principal. Orações subordinadas são classificadas de acordo com as funções que desempenham perante a principal. Podem ser *substantivas*, *adjetivas* ou *adverbiais* (Cunha, 1980: 402 e 405).

Pesquisadores funcionalistas têm se debruçado sobre a questão que envolve as relações sintáticas e semânticas que emergem nos processos de combinação de orações, tendo em vista que os critérios oferecidos são, algumas vezes, não pertinentes.

Numa perspectiva funcionalista, a distinção entre coordenação e subordinação, bem como entre cláusula principal e cláusula subordinada é tradicionalmente descrita com base em algumas propriedades sintáticas e semânticas, como explicitadas em König & Auwera (1988: 101):

- i. incorporação, gramaticalmente sinalizada, de uma cláusula em outra;
- ii. dependência interpretativa de uma cláusula em outra, no que concerne ao modo, tempo sujeito, força ilocucionária, ou referentes para os seus pronomes;
- iii. inclusão de uma das orações no escopo da outra;
- iv. vínculo entonacional entre duas cláusulas;
- v. ‘*main clause phenomena*’.

Segundo König e Auwera (1988), trabalhos em várias línguas (Anderson, 1975; Green, 1976; Davison, 1979; Handke, 1984) têm apresentado exceções no que diz respeito aos critérios descritos acima. Sendo assim, uma outra maneira de estabelecer a distinção entre coordenação e

subordinação foi a adoção da teoria dos protótipos, que possibilitava a distinção entre casos prototípicos e marginais de subordinação. Uma outra alternativa, segundo os autores, foi proposta por Van Valin (1984) e Foley e Van Valin (1984), que tratavam “encaixamento” (*embedding*) e dependência como parâmetros totalmente independentes. Uma solução radical, segundo os autores, foi proposta por Haiman e Thompson (1984), que abandonaram a idéia de cláusula subordinada como uma categoria gramatical unitária. Subordinação, então, passou a ser vista como “um termo composto, analisável de acordo com um número de parâmetros independentes, sendo que cada um desses parâmetros envolve uma relação diferente que pode ocorrer entre duas orações adjacentes no discurso (Haiman e Thompson (1984:520)” (König & Auwera, 1988:102). Haiman e Thompson (1984) propõem, então, o seguinte conjunto de critérios formais para a caracterização dos modos de articulação:

- i- identidade entre o sujeito, tempo e modo das orações interligadas;
- ii- redução de uma das orações;
- iii- incorporação, gramaticalmente sinalizada, de uma das orações;
- iv- laço entonacional entre as duas orações;
- v- inclusão de uma das orações no escopo da outra;
- vi- ausência de iconicidade temporal entre as duas orações;
- vii- identidade entre as duas orações quanto à perspectiva do ato de fala.

Hopper e Traugott (1993:170), por sua vez, considerando o processo sintático de combinação de cláusulas, propõem, de acordo com a perspectiva da gramaticalização, uma redefinição da relação inter-clausal através do *continuum*:

parataxe > hipotaxe > subordinação

As categorias presentes nesse *continuum* são descritas tendo em vista dois parâmetros, ou traços - **dependência** e **encaixamento** - como se pode ver no quadro abaixo:

parataxe	>	hipotaxe	>	subordinação
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento
- dependência		+ dependência		+ dependência

Quadro 01: "Cline" de combinação de cláusulas (Hopper e Traugott, 1993: 170).

Segundo Hopper e Traugott (1993:172), parataxe caracteriza-se por uma independência relativa. O vínculo semântico é inferido pela relevância e pelo sentido que emerge da conjunção das duas, ou mais, cláusulas. Não há encaixamento de uma cláusula dentro de outra. Esse grupo é formado por orações coordenadas e justapostas, e, segundo os autores, a relação semântica entre esses núcleos se dá somente por inferência.

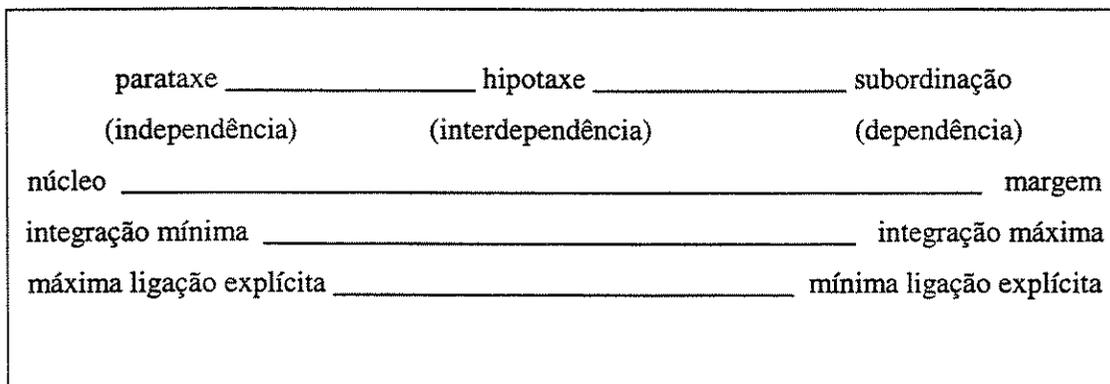
Hipotaxe é caracterizada pela interdependência entre as cláusulas, que são definidas como núcleo e margem. Não há encaixamento de toda a margem dentro de um constituinte da cláusula núcleo. Integram esse grupo as orações adverbiais e as relativas apositivas.

Por fim, subordinação é caracterizada pela total dependência entre as cláusulas (núcleo e margem). Há encaixamento de toda a margem dentro de um constituinte do núcleo. Compõem esse grupo as orações completivas e as relativas restritivas.

Esse *continuum* dá conta dos graus de integração das orações, que caminham de um ponto onde as relações sintáticas são mais frouxas, para o outro extremo, onde haveria uma maior integração clausal. Ou seja, na escala temos uma estrutura menos gramaticalizada, à esquerda, em oposição a uma estrutura mais gramaticalizada, à direita. Quanto maior for o grau de vinculação entre as cláusulas, mais avançado estará o processo de gramaticalização.

Os graus de vinculação são identificados a partir de quatro critérios: conectividade, encaixamento, concordância de tempos e modos verbais e experiência do locutor (Hopper e Traugott, 1993).

Para tratar do grau de integração entre orações, Hopper e Traugott remetem a Givón que sugere que haveria um paralelismo cognitivo que estabelece uma “iconicidade diagramática” entre forma e função: a uma maior integração semântico-pragmática corresponderia uma maior integração gramatical entre as cláusulas. Para os autores, “a presença explícita e independente do elo clausal se correlaciona com uma integração semântico-pragmática mínima, ou seja, com uma maior autonomia e vice-versa”, como explicitado no Quadro 02:



Quadro 02: Propriedades relevantes para o "cline" de combinação de cláusulas.
(Hopper & Traugott, 1993: 171).

Encaixamento é entendido como incorporação da margem dentro do escopo do núcleo.

Hopper e Traugott, baseados em Lehmann (1988), entendem que a concordância entre tempos e modos verbais é indicativa de uma maior integração (ou entrelaçamento) clausal.

O critério "experiência do sujeito" é adotado tendo em vista a hipótese de Langacker (1991 *apud* Hopper e Traugott, 1993), que estabelece que um grau maior de integração entre orações estaria associado a um grau maior de "arraigamento do evento na experiência imediata do sujeito" (falante/escritor).

Segundo Hopper e Traugott (1993), o processo de combinação de cláusulas envolve unificação e vinculação, sendo que, vinculação, muitas vezes, especialmente no caso de subordinação, diz respeito à degradação hierárquica e dessentencialização (Lehmann, 1988), e, portanto, decategorização de um membro de uma estrutura complexa dentro da margem (p. 170). Sendo assim, remetem a Lehmann, que propõe o termo "entrelaçamento" (*interlacing*) para

identificar um caso especial de integração que prevê (i) compartilhamento de participantes (ex. mesmo sujeito) ou de tempos e modos verbais; e (ii) também *interweaving*.

Para Lehmann (1988), a articulação de cláusulas pode ser definida a partir de vários parâmetros semântico-sintáticos, identificáveis em várias línguas:

- i. degradação hierárquica da cláusula subordinada;
- ii. nível do constituinte sintático ao qual a oração subordinada se liga;
- iii. dessentencialização da subordinada;
- iv. gramaticalização do verbo principal;
- v. entrelaçamento das duas orações;
- vi. explicitude da articulação.

Tendo em vista esses parâmetros, Lehmann (1988) estabelece um *continuum*, que parte de um pólo de máxima *elaboração* a outro de máxima *compressão* (ou condensação) de informação lexical ou gramatical. Esse *continuum* mostra que cada extremo corresponde a um tipo de processo de articulação de cláusulas, a saber, coordenação e subordinação, respectivamente. De um lado, temos um período formado por orações que são sintaticamente iguais e interligadas por um conectivo: cláusula independente e simples. Já do outro lado, temos um período em que uma das orações apresenta o predicado reduzido, há encaixamento na principal em um constituinte de nível sintático baixo e a oração pode ser nominalizada (nominalização): cláusula complexa.

O *continuum* é apresentado abaixo:

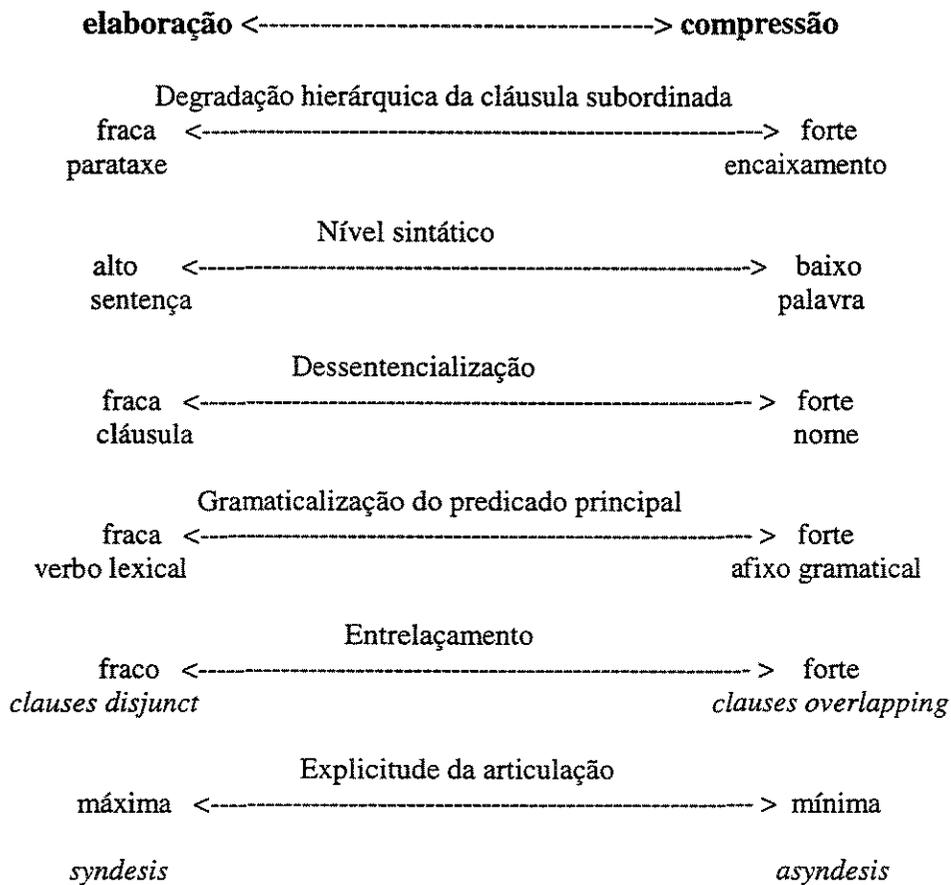


Figura 01: *Continua de articulação de cláusulas.* (Lehmann, 1988: 217).

Como bem lembra Carvalho (1999:13), Lehmann prevê que, entre esses dois extremos do *continuum*, ocorram tipos intermediários, como orações correlatas, cláusulas nominais fraca ou fortemente dessentencializadas, cláusulas adverbiais fortemente nominalizadas, serialização verbal etc.

As propostas dos autores citados nessa seção são de grande relevância para este trabalho, na medida em que auxiliam a compreensão dos processos de combinação de cláusulas. Uma de suas principais contribuições é a proposta de Hopper e Traugott de uma nova interpretação dos conceitos de articulação de orações. Na perspectiva desses autores, esses processos não podem ser traduzidos através da dicotomia coordenação versus subordinação, mas sim por um *continuum* que prevê graus de menor ou maior integração clausal.

Os graus de integração levam em conta alguns critérios como conectividade, encaixamento, concordância entre tempos e modos verbais e experiência do locutor. Esses critérios remetem a Lehmann, para quem a articulação de cláusulas pode ser definida a partir de vários parâmetros semântico-sintáticos. Tendo em vista esses parâmetros, Lehmann também propõe um *continuum* que parte de um pólo de máxima *elaboração* a outro de máxima *compressão* de informação lexical ou gramatical. No primeiro pólo inserem-se as orações coordenadas, e, no segundo, as subordinadas. No entanto, o autor também aceita a existência de tipos intermediários entre essas duas categorias.

2.1.2) Coordenação vs. subordinação: a abordagem de lingüistas de perspectivas teóricas diversas

Koch (1996:11) argumenta que “toda oração ou conjunto de orações veicula significados” e, portanto, “forma e função (...) não podem e não devem ser desvinculados no estudo da

linguagem humana”. Koch assevera ainda que “o funcionamento global de uma língua só pode ser devidamente explicado por um estudo integrado dos componentes sintático, semântico e pragmático”.

Dentro dessa perspectiva, os termos dependência (para subordinadas) e independência (para coordenadas) utilizados na descrição de orações deram lugar ao termo **interdependência**, uma vez que ele traduz melhor as relações entre as orações. Essa interdependência prevê que, seja no período, no parágrafo ou no texto, qualquer uma das orações é necessária à compreensão das demais.

Segundo Othon Garcia (1978 *apud* Koch, 1996:11), “a dependência semântica mais que a sintática está presente inclusive na coordenação, salvo apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções ‘e’, ‘ou’, e ‘nem’”. Dessa forma, esse autor elenca uma série de orações que tradicionalmente são descritas como coordenadas, mas que, no entanto, do ponto de vista semântico, não podem ser entendidas como autônomas, como quer a gramática tradicional. Vejamos um desses exemplos:

(01) *portanto, não sairemos.*

(Está chovendo, portanto, *não sairemos.*)

Em (01), vemos que a segunda oração, apesar de ser classificada pela GT como coordenada, só pode ser compreendida tendo em vista o significado da primeira. É o que Garcia chama de “falsa coordenação: coordenação gramatical e subordinação psicológica”.

Garcia também apresenta casos de orações justapostas em que a relação de dependência é nítida e o valor da relação pode ser facilmente depreendido:

(02) *Não fui à festa do seu aniversário: não me convidaram*

(causa).

(03) *Não fui à festa do seu aniversário: passei-lhe um telegrama*

(oposição).

Koch (1996: 113) ressalta que, embora nos exemplos acima “a primeira oração e a estrutura do período sejam exatamente as mesmas, cada um deles exprime uma relação diferente, o que não causa nenhum problema para a sua compreensão, mesmo na ausência da conjunção (ou de outro elemento de conexão)”.

É interessante atentar também para uma outra observação feita por Koch (1996: 113) sobre o fato de que “a mesma relação semântica pode ser expressa por meio de construções diversas, com ou sem conectivo explícito”. Vejamos alguns exemplos:

(04) *Resolveu isolar-se do mundo, porque não acreditava mais nos
homens.*

(04') *Por não acreditar mais nos homens, resolveu isolar-se do
mundo.*

(04'') *Não acreditava mais nos homens, de modo que resolveu isolar-se do mundo.*

(04''') *Resolveu isolar-se do mundo: não acreditava mais nos homens.*

(causa-conseqüência).

As orações acima podem ser classificadas como coordenadas, subordinadas e justapostas, entretanto, a mesma relação semântica está expressa em todas elas. “Assim, em todo e qualquer período composto por duas ou mais orações, verifica-se que há entre elas uma interdependência, visto que a presença de cada uma delas é necessária para veicular o significado pretendido”. “(...) Se é verdade que, em muitos dos exemplos citados, a primeira oração pode ser enunciada independentemente, o acréscimo da segunda vem trazer um novo significado a todo o conjunto” (Koch, 1996: 114).

O que é certo é que, em todos os exemplos acima, não é possível falar em orações independentes.

Koch (1996: 116) apresenta a descrição de Bally (1944) para as relações interfrásicas do ponto de vista semântico. Bally aborda “os modos de combinação possíveis entre enunciações: trata-se, agora, de noções de ordem semântica e não morfológica ou sintática”.

Esses modos de combinação são: a coordenação, a soldadura e a segmentação.

Há coordenação semântica entre A e B quando os elementos podem ser identificados um como **tema** e outro como **comentário**.

Nas frases ligadas, originadas pela soldadura, duas orações estão ligadas num único ato de enunciação, correspondente a uma única intenção, de tal modo que a primeira não constitui objeto de um ato de linguagem acabado, independentemente da segunda.

Na segmentação, tem-se uma frase única resultante da condensação de duas coordenadas, mas na qual a soldadura é imperfeita, permitindo distinguir duas partes, uma das quais tem a função de tema e a outra, a de comentário do enunciado. A segmentação distingue-se da coordenação pelo fato de haver uma interdependência maior, um relacionamento recíproco entre dois enunciados A e B.

Koch afirma que as colocações de Bally são de grande relevância. Destaca, entre elas, a distinção entre frases ligadas e coordenação:

“No caso de frases ligadas, tem-se um predicado complexo, e portanto, um enunciado único, resultante de um só ato de enunciação. Na coordenação, ao contrário, trata-se de duas proposições, resultantes de dois atos de enunciação diferentes, em que o segundo toma o primeiro como tema: tem-se uma estrutura semântica em que ocorre uma sucessão de proposições. (Koch, 1996, 122)

Ao tratar da coesão seqüencial, que está relacionada aos “procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas (...)”, Koch (1993: 49) se volta também para a questão das orações. É o que a autora chama de

encadeamento, processo pelo qual são estabelecidas relações semânticas e/ou discursivas entre orações, enunciados ou seqüências maiores do texto. O encadeamento pode se dar por justaposição ou por conexão (1993: 60).

A justaposição pode ocorrer com ou sem o uso de partículas seqüenciadoras. Uma vez que não haja tais elementos, “cabe ao leitor construir a coerência do texto, estabelecendo mentalmente as relações semânticas e/ou discursivas” (1993: 60).

Na conexão “há outro tipo de sinais de articulação que são os conectores interfrásicos, responsáveis pelo tipo de encadeamento a que se tem chamado de conexão ou junção” (Koch, 1993: 62). Esses conectores são as “conjunções, advérbios sentenciais e outras palavras (expressões) de ligação que estabelecem, entre orações, enunciados ou partes do texto, diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas” (1993: 62).

Dentre essas relações incluem-se as relações lógico-semânticas, que são estabelecidas por meio de conectores ou juntores de tipo lógico. Koch ressalta que “a expressão conectores do tipo lógico deve-se ao fato de tais conectores apresentarem semelhanças com os operadores lógicos propriamente ditos, não se confundindo, porém, com estes, já que a ‘lógica’ das línguas naturais difere, em muitos aspectos, da lógica formal” (1993: 62).

A relevância da abordagem semântico-textual, para esse trabalho, no que tange aos processos de articulação de orações, fica por conta do conceito de *interdependência*. Vimos, nessa seção, que algumas orações, que são descritas pela gramática tradicional como independentes, na verdade, do ponto de vista semântico, são, profundamente, dependentes.

Uma outra contribuição importante diz respeito ao fato de que é possível que uma mesma relação semântica seja expressa por várias construções.

Finalmente, destaco a definição do processo de *encadeamento*, através do qual são estabelecidas as relações semânticas e discursivas entre orações, enunciados ou seqüências maiores de texto. O encadeamento pode se dá por *justaposição*, em que, na ausência de um elo explícito da relação, prevalece a capacidade de inferência do leitor; ou por *conexão*, em que conectores interfrásicos são responsáveis por vários tipos de relações, como, por exemplo, as relações lógico-semânticas.

2.2) As relações lógico-semânticas

Dentre as relações lógico-semânticas inserem-se a relação de temporalidade e a de condicionalidade (*se p então q*).

Koch (1993:63) sustenta que a relação de temporalidade é apreendida através da conexão de duas orações em que seja possível identificar a localização temporal dos eventos descritos, bem como relacioná-los às ações, eventos ou estados de coisas do “mundo real” ou com a ordem em que se teve percepção ou conhecimentos deles.

Para Neves (1999b: 795), “as orações com conjunções temporais expressam o tempo em que ocorre o estado de coisas, ou seja, o tempo da predicacão da oração principal”.

A relação temporal entre dois estados de coisas pode ser de vários tipos. Na visão de Koch (1993) ela pode indicar *tempo simultâneo (exato, pontual)*, *tempo anterior/tempo posterior* e *tempo contínuo*, como mostram, respectivamente, os exemplos que se seguem:

(05) *Quando o filme começou ouviu-se um grito na platéia.*

(06) *Antes que o inimigo conseguisse puxar a arma, o soldado desferiu-lhe uma saraivada de tiros.*

(07) *Enquanto os alunos faziam os exercícios, o professor corrigia as provas da outra turma¹*

Neves (1999b) descreve os estados de coisas expressos nas construções temporais como *simultâneos* e *não-simultâneos*.

Em relação à simultaneidade, Neves (1999b: 795) adverte que nem sempre é possível haver uma “concomitância absoluta”. Sendo assim, a simultaneidade pode “ser parcial, envolvendo extensões de tempo não-coincidentes (precedentes ou subseqüentes) associadas a zonas de intersecção (simultaneidade)”.

A simultaneidade pode ainda, na descrição de Neves (1999b: 796), representar frequência de ocorrência, ou habitualidade. A autora acrescenta que a simultaneidade pode também, “pelo próprio conectivo utilizado, ser de um tipo iterativo bem explícito”, como no exemplo abaixo:

(08) *Sempre que pedirem o socorro, deixem as portas do fundo abertas.*

Por fim, Neves (1999b) assevera que a simultaneidade que envolve duração freqüentemente implica proporcionalidade, como se vê em (09):

(09) *Enquanto a vontade enfraquece, a sensibilidade se torna mais viva².*

Já a não-simultaneidade pode estar presente em construções em que o estado de coisas da oração principal precede ou segue o da oração temporal. Essa precedência ou subsequência pode vir, ou não, marcada por um conectivo (Neves, 1999b: 796/797).

Neves (1999b: 797) destaca ainda que “a indicação da posterioridade ou anterioridade da predicação nuclear em relação à predicação adverbial pode vir particularizada quanto à imediatez dessa relação. Assim, além da posterioridade e da anterioridade indicadas de um modo geral, pode expressar-se, nas construções temporais, um tempo ou momento posterior imediato”. Os conectivos que marcam essa relação são: *logo que, mal e apenas*.

A condicionalidade, por sua vez, é expressa, segundo Koch, pela conexão de duas orações, uma introduzida pelo conector *se* ou similar (oração antecedente) e outra por *então*, que

¹ Koch, 1993: 64

² Neves, 1999b:796

geralmente vem implícito (oração conseqüente). Nesse tipo de relação, afirma-se que sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente também o será.

Koch apresenta dois exemplos ilustrativos da relação de condicionalidade:

(10) *Se aquecermos o ferro, (então) ele se derreterá.*

(11) *Caso faça sol, (então) iremos à praia.*

Neves (1999: 497), ao tratar das construções condicionais, utiliza a nomenclatura tradicional que identifica prótase e apódose como a proposição subordinada e principal, respectivamente. Essa autora assevera que na construção condicional, “a relação que se instaura entre o conteúdo da prótase (entidade p) e o conteúdo da apódose (entidade q) é uma relação do tipo condição para realização \Rightarrow conseqüência/resultado da resolução da condição enunciada (resultado que se resolve em realização, ou não-realização, ou eventual realização)”.

Segundo Mateus et alii (1989: 298), as orações causais, condicionais e conclusivas integram um grupo lato de construções CONDICIONAIS, uma vez que todas exprimem “uma dependência semântica entre proposições, ainda que do ponto de vista sintático e semântico cada uma das construções possa apresentar aspectos particulares”.

Mateus et alii (1989: 298) descrevem as construções condicionais como construções semanticamente de subordinação, uma vez que os conteúdos proposicionais veiculados nas orações mantêm entre si “uma relação hierárquica de dependência semântica”.

As orações que codificam a relação de condicionalidade são classificadas pelas gramáticas como subordinadas. Como visto anteriormente, Koch (1996: 131) discute essa distinção entre coordenação e subordinação e propõe, tendo em vista as contribuições de Bally, que as relações do tipo lógico sejam entendidas como frases ligadas (Bally), portadoras de predicados complexos (Ducrot).

Koch (1996: 129) assevera que “na fórmula condicional, ao contrário da conjunção e disjunção, um enunciado condicional afirma que seu antecedente implica seu conseqüente”. Também ressalta que o enunciado condicional “não afirma que o antecedente é verdadeiro, mas somente que, sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente o será. Também não afirma a verdade do conseqüente, mas apenas que ele será verdadeiro se o antecedente o for”. Sendo assim, o significado essencial da condicionalidade está inserido na relação de implicação. Koch (1996:129) ainda define os vários tipos dessa relação de implicação:

“Conexão lógica (se todos os mamíferos são vertebrados e a baleia é um mamífero, então a baleia é vertebrada); conexão de caráter definidor (se Paulo é solteiro, então Paulo não é casado); conexão causal (se aquecermos o ferro, então ele se derreterá); conexão de decisão (se meu time perder, então beberei a noite inteira)”.

Sweetser (1990), ao analisar as construções condicionais dentro de uma perspectiva cognitivista, prevê que elas podem ser distribuídas dentro de três domínios, a saber, domínio de conteúdo, epistêmico e de ato de fala.

Para Sweetser (1990: 114), nas condicionais de conteúdo (*content conditionals*), as construções do tipo *if-then* (*se-então*) indicam que a realização de um evento ou estado de coisas descrito na prótase é uma condição suficiente para a realização do evento ou estado de coisas descrito na apódose.

(12) *If Mary goes, John will go.*³

Nas condicionais de domínio epistêmico, por sua vez, as construções do tipo *if-then* expressam a idéia de que o conhecimento da verdade da premissa hipotética expressa na prótase pode ser uma condição suficiente para a conclusão da verdade da proposição expressa na apódose (Sweetser, 1990: 116).

(13) *If John went to that party, (then) he has trying to infuriate
Miriam.*⁴

Segundo Sweetser (1990: 116 e 117), nenhuma conexão lingüística ou lógica entre prótase e apódose é inerente a essa construção. Possivelmente o falante assume que o fato de

John ter ido à festa é suficiente para a conclusão de que a proposição “*he was trying to infuriate Miriam*” é verdadeira.

Sendo assim, Sweetser (1990:117) assevera que, em exemplos como esse, é possível estabelecer uma conexão entre conhecimento e conclusão uma vez que a ligação causal estabelecida não pode ser interpretada no plano do conteúdo, mas sim no plano epistêmico – o conhecimento causa a conclusão.

Nas condicionais de atos de fala, o conteúdo da prótase possibilita ou causa a realização de um ato de fala (Sweetser, 1990: 118).

(14) *If I may say so, that's a crazy idea.*

(15) *If I haven't already asked you to do so, please sign the guest book before you go.*

(16) *If it's not rude to ask, what made you decide to leave IBM?*⁵

Nessas construções não é possível identificar a relação “*se p então q*”, características das condicionais, uma vez que elas envolvem, entre outras coisas, pedidos, permissões e perguntas.

Do ponto de vista lógico, Fávero (1987) descreve a condicionalidade como factual ou real, não factual ou hipotética, e contrafactual ou irreal.

³ Sweetser, 1990: 114

⁴ Sweetser, 1990: 116

⁵ Sweetser, 1990: 118

Na condicionalidade factual ou real, o conteúdo expresso pelo conseqüente será verdadeiro se o conteúdo do antecedente o for.

(17) *Se Maria é solteira, então nunca foi casada.* (factual)

Para Mateus et alii (1989: 229) nas construções condicionais apresentadas como factuais ou reais, os “enunciados exprimem uma relação de causalidade entre estados de coisas descritos na proposição antecedente (A) e na proposição conseqüente (B): A é uma causa de B, i.e., A é uma condição suficiente de B e B é uma conseqüência de A.”

Segundo Neves (1999: 508), nas condicionais factuais/reais, “o enunciado da prótase é concebido como real, e, a partir daí, o enunciado da apódose é concebido como uma conseqüência necessária, e, portanto, também real”.

No caso da condicionalidade não factual ou hipotética, Fávero (1987: 57) assevera que “o conteúdo proposicional da antecedente especifica o mundo real não acessível (no intervalo de tempo em que a seqüência é enunciada) em que se verifica o conteúdo proposicional do conseqüente”:

Em (18), o antecedente exprime uma condição suficiente para que se verifique o conseqüente:

(18) *Se chover, não iremos à festa.*

Embora Koch não faça essa distinção entre tipos de condicionais, verifica-se que, como apresentado acima, essas diferentes relações (factual e não factual) são entendidas dentro do que essa autora chama de implicação. Quando Koch diz que o “antecedente implica seu conseqüente”, ela não diz se são verdadeiros ou não, pelo contrário, evidencia que a relação de verdade será estabelecida entre eles. Sob essa perspectiva, vê-se que tanto nas condicionais factuais ou não-factuais “o antecedente implica seu conseqüente”.

Segundo Fávero (1987: 57), no exemplo (19), um outro caso de condicionalidade não-factual, não há condição necessária nem suficiente, mas apenas uma condição possível.

(19) *Vai ao Correio? Leva esta carta, sim?*

Em (20), por sua vez, há uma condição hipotética da forma ou p ou q , isto é, se não se verificar o conteúdo proposicional expresso pelo antecedente, verificar-se-á o conteúdo expresso pelo conseqüente.

(20) *Ou você vai dormir ou ficará de castigo.*

Fávero (1987: 57) ressalta ainda que, de um modo geral, a localização temporal na condicionalidade não factual é o futuro.

A nomenclatura utilizada por Neves (1999) para a identificação desse subtipo de condicional diverge daquela proposta por Fávero. No entanto, vê-se que suas definições são

convergentes. Neves (1999: 526/527) chama de construções eventuais/potenciais aquelas construções em que “a prótase repousa sobre a eventualidade; o enunciado da apódose, no caso, é tido como certo, desde que eventualmente satisfeita a condição enunciada”.

(21) *eu acho que se sair antes das seis horas da manhã sai melhor*.

Em se tratando da condicionalidade contrafactual ou irreal, Fávero (1987: 57) prevê que as relações são estabelecidas entre conteúdos proposicionais que se verificam em mundos alternativos ao mundo irreal.

No exemplo (22), o antecedente verifica-se num mundo alternativo ao real e o conseqüente é válido somente nesse mesmo mundo alternativo:

(22) *Se eu tivesse asas, voaria até o Sol.*

Na descrição desse subtipo, observa-se, mais uma vez, um ponto de convergência entre a visão de Fávero e Neves. As condicionais contrafactuais/irreais são descritas pela última (Neves, 1999:524) como aquelas construções que “comunicam uma *falsidade segura*, e repousam sobre a não-realidade, apresentando estados de coisas como não-existentes tanto na prótase (condição) como na apódose (conseqüência)” (ênfase da autora).

(23) *e a imagem que eu fazia era a seguinte se o Japão fosse uma Birmânia, por exemplo que é um dos países atrasados, as economias industriais que ganharam a Segunda Guerra não teriam ajudado o Japão, quer dizer de outra maneira, se o Japão fosse a Birmânia né?*⁷

Uma vez apresentadas as definições a respeito das relações lógico-semânticas de temporalidade e condicionalidade, é importante ressaltar que nem sempre é possível se fazer uma classificação inequívoca daquelas orações que codificam essas relações. Oportunamente mostrarei que os dados apontam para uma superposição freqüente entre significados temporais e condicionais.

Nessa seção, no que concerne às orações temporais, viu-se que podem ser descritas em termos da simultaneidade e não simultaneidade, e que os estados de coisas, envolvidos nessas construções, estão associados a fatos do “mundo real”.

As condicionais, por sua vez, envolvem estados de coisas em que predominam, do ponto de vista lógico, as noções de *factualidade*, *não factualidade* e *contrafactualidade*. Sweetser, todavia, as distribui entre os domínios de *conteúdo*, *epistêmico* e de *ato de fala*.

⁶ Neves (1999: 527)

⁷ Neves (1999: 524)

Todas essas definições a respeito das orações de tempo e condição, bem como das noções semânticas de temporalidade e condicionalidade, serão retomadas, no capítulo seguinte, quando se fará a análise dos dados.

2.3) A aquisição das orações de tempo e condição

A questão da aquisição da linguagem tem sido largamente discutida na literatura lingüística. Hipóteses construtivistas, desenvolvidas a partir dos estudos de Piaget, asseguram que o conhecimento é construído tendo em vista os períodos de desenvolvimento do ser humano, a saber, sensório-motor, pré-operatório e o de operações concretas. Hipóteses interacionistas, por sua vez, buscam na própria fala da criança evidências empíricas de como se dá a aquisição da linguagem. Visto que, em uma mesma sessão de gravação, é possível reconhecer “tanto evidências quanto contra-evidências de uso – e, portanto, de conhecimento – de determinada categoria” (De Lemos, 1997), atribuiu-se à fala da criança um caráter de heterogeneidade.

Hipóteses gerativistas, que têm origem nas idéias de Chomsky, admitem que a criança nasce com um conhecimento inato, que é acionado pelo *input*. Nessa perspectiva a aquisição da linguagem é um processo instantâneo.

A partir da década de 60, as pesquisas em relação à aquisição de linguagem são profundamente afetadas pela proposta de Chomsky de que a aquisição da linguagem é um

processo dinâmico de formulação de regras abstratas (Bowerman, 1985:1258). É nesse momento que as pesquisas de base behaviorista sofrem suas mais severas críticas.

Tendo em vista as hipóteses de Chomsky de que a criança tem um conhecimento inato que guia e limita sua formulação de regras lingüísticas, alguns pesquisadores começaram a investigar as similaridades verificadas na fala de crianças em processo de aquisição de diferentes línguas. O que se acredita é que as similaridades entre diferentes línguas, se encontradas, podem revelar características gerais da capacidade humana de aquisição da linguagem (Bowerman, 1985:1258 e 1259).

Uma contribuição crucial nesse ponto, segundo Bowerman, foi dada por Slobin em seu artigo "*Cognitive prerequisites for the development of grammar*" (1973). O *insight* fundamental foi uma nova concepção da capacidade de aquisição. Slobin propôs que, além de olhar para os estágios universais de aquisição, os pesquisadores poderiam usar os resultados obtidos a partir do cruzamento de dados de diferentes línguas para determinar a relativa dificuldade da criança em relação aos planos lingüísticos formais que as línguas empregam para expressar significados, tais como prefixos, sufixos e ordem de palavras. Padrões de relativa dificuldade poderiam então fornecer pistas de como a criança tem acesso ao *input* lingüístico na construção da gramática (Bowerman, 1985:1259).

Em outro *paper*, "*Language change in childhood and in History*", Slobin (1975) cita alguns trabalhos (Traugott, 1973; E. Clark, 1974) que sugerem que algumas noções podem ser mais salientes psicologicamente do que outras. As noções mais básicas ou mais salientes podem ser definidas como as que são primeiramente desenvolvidas na infância (Slobin, 1975: 24).

Segundo Kay e Sankoff (1974: 69 *apud* Slobin, 1975:27), certas noções semânticas que podem ser consideradas psicologicamente mais salientes e funcionalmente mais necessárias são gramaticalmente marcadas primeiro que outras. Como exemplo, os autores citam o fato de que, nas línguas de contato estudadas, as noções espaciais são gramaticalmente codificadas primeiro que as temporais.

Voltada mais especificamente para as questões de aquisição, Bowerman (1985:1291) sugere que noções espaciais e temporais são similares dentro de uma perspectiva conceitual. Muitas línguas empregam palavras relativas a espaço para designar significados temporais. A proximidade entre noções espaciais e temporais é evidenciada pela troca inadequada de algumas palavras como no exemplo abaixo:

(24) *E 3;9: Can I have any reading behind the dinner? (= after)*⁸

Bowerman, contudo, não notifica, como apresentado por Kay e Sankoff, se a noção espacial emerge primeiro do que a noção temporal nos enunciados estudados.

No entanto, em relação à aquisição de sentenças complexas no inglês, segundo Bowerman, as sentenças com *when* aparecem primeiro do que as com *if*. Apesar de as construções *if-(then)* serem morfossintaticamente similar às sentenças com conjunções do tipo *e*, *when*, *because* etc. e compartilharem com elas certos significados, as condicionais são

⁸ Bowerman, 1985: 1291.

consistentemente as últimas a aparecer na fala da criança. O que parece é que alguns dispositivos parecem ser mais inerentes à criança do que outros.

Para comprovar esse fato, Reilly (1986:310) remete a pesquisas sobre a aquisição de sentenças complexas que relatam que, na maioria dos casos, a conjunção temporal *when* aparece na gramática da criança antes do *if*. Esses estudos mostram também que a criança começa a produzir as estruturas complexas entre os 2 e 3 anos de idade. Segundo Reilly (1986:310), pesquisas centralizadas na interação de conjunções e suas funções têm mostrado que, de fato, a aquisição do *when* precede a do *if*, mas que interessantemente o *when* é usado inicialmente tanto com função temporal quanto epistêmica. Quando o *if* finalmente aparece, ele também é usado com função epistêmica. Esses dados sugerem que desde muito cedo a criança já é sensível a algum tipo de sobreposição semântica entre o *when* e o *if*. Hood et alii (1977 *apud* Reilly, 1986:311) afirmam que antes do aparecimento das cláusulas combinadas, *when* é usado para codificar uma função condicional, seqüencialidade temporal e para expressar reiteração.

Tendo em vista esses trabalhos, Reilly conclui que as cláusulas subordinadas temporais precedem a aquisição das cláusulas subordinadas condicionais. Em trabalho anterior (Reilly, 1982 *apud* Reilly, 1986), Reilly mostrou que as crianças começam a produzir sentenças condicionais por volta dos dois anos e meio de idade, mas elas não controlam completamente o sistema condicional até os oito anos. Sendo assim, segundo ele (Reilly, 1986: 311), é possível que a aquisição da maioria dos significados associados às cláusulas subordinadas com *when* não seja instantânea, mas se estenda através do tempo, sendo que esse período pode coincidir em parte com a aquisição das condicionais.

Uma vez reconhecido o fato de que as orações condicionais emergem na fala da criança posteriormente ao aparecimento das orações temporais, a questão que fica é a mesma proposta por Bowerman (1986): “*Why do conditionals emerge late?*”. Segundo algumas pesquisas, dois fatores são cruciais para explicar a ordem em que determinadas formas gramaticais aparecem na fala da criança: complexidade cognitiva e formal. Pesquisas mais recentes têm atentado para uma terceira possível influência no tempo de aquisição: fatores pragmáticos, ou seja, a maneira como uma forma é usada no contexto (Bowerman, 1986).

Bawerman, na tentativa de responder sua própria indagação, argumenta que, aparentemente, não há impedimentos formais porque as crianças não usem o *if* mas usem uma gama de outros conectivos “semelhantes”. Ela propõe então que a demora no aparecimento das condicionais pode estar mais associada a fatores cognitivos e pragmáticos. Bowerman elenca alguns fatores que têm sido freqüentemente apontados como responsáveis por esse ‘atraso’ das condicionais.

Em relação à **complexidade cognitiva**, é difícil saber o quê exatamente há por trás do significado da condicional que faz com que elas sejam mais tardiamente adquiridas em relação às outras orações adverbiais. Para Bowerman (1986: 287 e 288), a identificação dos pré-requisitos cognitivos para as condicionais é complicado pela diversidade semântica das sentenças com o formato *if-(then)*.

Um outro fator que possivelmente poderia constituir uma causa para o aparecimento tardio das condicionais, segundo Bowerman, diz respeito à **contingência**, isto é, ao fato de que o evento, ou estado de coisas, mencionado na cláusula conseqüente depende ou é condicionado

pelo evento, ou estado de coisas, mencionado na cláusula antecedente. Essa contingência é tipicamente causal, podendo muitas vezes ter um aspecto temporal também (Bowerman, 1986: 288).

Para alguns pesquisadores (Clancy et al. 1976; Bates, 1976), a contingência só representa uma dificuldade para a criança quando os dois eventos, ou estados de coisas, presentes no período condicional têm **caráter hipotético**. Segundo Bates (*apud* Bowerman, 1986:290), sentenças sintaticamente similares às condicionais como aquelas introduzidas por *because* surgem primeiro porque elas especificam somente eventos do mundo real. Bowerman, no entanto, refuta essa hipótese, pois, em seus dados, alguns dos primeiros enunciados infantis não poderiam ser produzidos se ela não fosse capaz de conceptualizar dois ou mais eventos hipotéticos contingencialmente ligados (Bowerman, 1986:292).

Um outro fator levantado por pesquisadores para explicar a demora no aparecimento das condicionais é a **inferência**. Talvez a razão porque as crianças não produzam condicionais, embora entendam contingência e hipoteticidade, é que elas têm uma dificuldade inicial de, visando uma situação conhecida, fazer uma inferência sobre algo desconhecido. Contudo, os dados analisados por Bowerman (1986) indicam que não é esse o caso. Segundo a autora, já na metade do seu segundo ano, a criança tem habilidade para conduzir inferências sobre situações desconhecidas na base de situações conhecidas, e isso acontece muito cedo, pelo menos um ano antes do aparecimento das condicionais (Bowerman, 1986:293 e 294).

Finalmente, o fato de as condicionais freqüentemente possuírem um **significado habitual ou atemporal** é apontado como causador do atraso das condicionais. Cromer (1968 *apud*

Bowerman, 1986:294) argumenta que a criança não desenvolve um senso de ‘atemporalidade’ pelo menos até os 4 anos. Segundo Reilly (1982 *apud* Bowerman, 1986:294), as primeiras condicionais, embora possam ser superficialmente descritas como genéricas, não representam realmente asserções sobre habitualidade ou atemporalidade. No entanto, nos dados analisados, Bowerman encontrou evidências de que a criança utiliza eventos habituais e atemporais antes das condicionais de algum tipo aparecerem, o que desmonta as hipóteses acima.

Fatores pragmáticos, como apresentados por Bowerman (1986: 296), também têm sido considerados na tentativa de explicar a emergência tardia das condicionais. Em recente pesquisa, McCabe et alii (1983 *apud* Bowerman, 1986:296) forneceram evidência de que as condicionais poderiam ser adquiridas mais tarde porque elas são, no começo, funcionalmente ‘supérfluas’. Segundo esses autores, 38% das condicionais gravadas indicavam ameaças e chantagem (suborno), tal como em *If you break that I'll hit you*. Em alguns casos essa foi a única forma de condicional usada. A proposta desses autores para justificar a ausência de condicionais na fala infantil é a de que a criança poderia preferir usar formas indiretas como *Don't break that (or;) I (ll) hit you* a formas diretas, uma vez que as primeiras precedem o aparecimento das condicionais.

Contudo, para Bowerman, essa hipótese não se fundamenta nos dados. Com apenas algumas poucas exceções, entre as primeiras condicionais produzidas em inglês e em outras línguas estudadas, não foram encontrados casos de ameaça e suborno, mas simplesmente

comentários, sem função interpessoal óbvia⁹. Sendo assim, a autora conclui que o atraso no aparecimento das condicionais não pode ser atribuído à falta de uma necessidade funcional para elas ou à ausência de um tipo de ato de fala que já fora inicialmente usado (Bowerman, 1986: 296).

Bowerman (1986) também analisa a proposta de De Castro Campos (1981) de que a aquisição de condicionais está ligada a um padrão interacional adulto-criança particular. De Castro Campos (1981) propõe que a emergência de condicionais é precedida por diálogos em que uma condicionalidade implícita é segmentada entre os turnos:

(25) *Daniela 2;8: Tá escuro, mãe?*

M: Não

D: Então deixa eu guiar.

De Castro Campos sustenta que a interação que se constrói a partir da seqüência assertiva questão-confirmação-implicação, hipotetizada por Jespersen (1940), é subjacente ao desenvolvimento histórico das condicionais *se-(então)*. Sendo assim, De Castro Campos sugere que a criança eventualmente aprende a produzir todas as condicionais pela internalização destes diálogos.

⁹ Nos dados analisados, esse tipo de estrutura é muito recorrente. Todavia, como não houve uma análise específica das casos de parataxe, não é possível apontar a existência de formas como *Don't break that (or/;) I ('ll) hit you*. Sendo assim, a confrontação dos resultados não é possível.

Tendo em vista o trabalho de De Castro Campos, Bowerman argumenta que o atraso das condicionais, então, não pode ser atribuído à espera de um tipo especial de discurso entre criança e adulto. No entanto, essa leitura de Bowerman parece, até certo ponto, equivocada, uma vez que De Castro Campos não faz nenhuma referência à demora no aparecimento das orações condicionais, no discurso infantil; o que a autora ressalta é o fato de a noção de condicionalidade, primeiramente, emergir em diálogos como (25).

Na verdade, em seu artigo "*On conditionals as dialogue constructs*", o objetivo de De Castro Campos (1985: 101) é mostrar a importância do processo de incorporação, ou internalização, da fala do adulto para o desenvolvimento da linguagem infantil.

Por fim, Bowerman (1986:304) assume que, apesar de o atraso das condicionais ser atribuído ao fato de elas serem cognitivamente complexas, uma revisão das habilidades e conceitos relevantes para as condicionais mostrou que não há razões cognitivas que expliquem porque as condicionais não emergem junto com as outras adverbiais. Nem os fatores pragmáticos parecem poder explicar esse atraso. Bowerman conclui, então, que seria necessário um trabalho mais aprofundado sobre o que determina a seqüência de aquisição.

Nesta seção, considere, entre outras coisas, a hipótese, sustentada por vários autores, de que algumas noções semânticas parecem ser, psicologicamente, mais salientes do que outras. Remete-se, aqui, a essa hipótese na tentativa de se entender porque, por exemplo, as orações temporais emergem na fala da criança primeiro do que as condicionais.

A análise da orações de tempo e condição, à luz das propostas de Bawerman e Reilly, constitui outro ponto importante para este trabalho. Além do atraso no aparecimento das

condicionais, e das tentativas de explicar esse fato, os resultados das pesquisas desses autores indicam que a criança, desde cedo, já é sensível a algum tipo de superposição entre *when* e *if*.

Todas essas questões serão retomadas no próximo capítulo.

2.4) Metodologia

Integram o *corpus* deste trabalho dados da coleção Projeto de Aquisição de Linguagem Oral que está localizada no Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE), sediado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Este projeto foi coordenado pela professora Cláudia de Lemos (Unicamp/IEL) e ouviu doze crianças, todas classificadas como pertencentes à classe média e filhas de pais universitários. Seu principal objetivo foi descrever e analisar o processo de aquisição do português como primeira língua em crianças de zero a cinco anos de idade.

Para este trabalho foram analisados 208 dados correspondentes às orações de tempo e condição.

O *corpus* é composto por orações de tempo e condição observadas em falas de quatro crianças. Embora essas crianças tenham sido gravadas de um a cinco anos, foram utilizadas apenas aquelas gravações que já estavam transcritas. O Quadro 03 mostra os períodos que foram analisados:

	Período
Anamaria	2;08 a 4;02 ¹⁰
Daniela	2;07 a 3;02 4;00 (3 sessões) 4;10 (1 sessão)
Raquel	2;00 a 4;10
Verônica	3;02 a 5;06

Quadro 03: Períodos referentes aos dados analisados

É importante lembrar que, para esse trabalho, são relevantes apenas os casos de orações hipotáticas (Hopper e Traugott, 1993), ou conectivas (Koch, 1993), ou seja, as orações introduzidas por *quando* ou outros conectores temporais e as orações com *se*. Tal recorte justifica-se pela complexidade das relações expressas pelas orações de tempo e condição e pelo desejo de se proceder a uma análise mais aprofundada dessas construções.

Ao longo deste trabalho, estarei me valendo dos conceitos de grupos de fatores e variável dependente, que remetem à Teoria da Variação (Labov, 1966). No entanto, quero esclarecer que as orações em pauta não constituem exemplo de variação lingüística e que os pressupostos inerentes às análises variacionistas foram adotados apenas como recurso heurístico. Assim procedendo queria garantir que todas as ocorrências fossem investigadas de forma coerente e sistemática à luz das mesmas categorias gramaticais. Após a análise

¹⁰ Leia-se: dois anos e oito meses a quatro anos e dois meses. Esse tipo de notação será utilizado em todo trabalho.

qualitativa, submeti os dados aos programas MAKECELL e CROSTAB, que integram o pacote VARBRUL.

As orações foram examinadas segundo hipóteses variadas, operacionalizadas, posteriormente, sob a forma de grupos de fatores. São elas:

- a anteposição constitui a ordem não-marcada tanto nas orações de tempo quanto de condição;
- os sujeitos das orações de tempo e condição tendem a apresentar os traços [+ explicitude] e [- correferencialidade];
- as correlações modo-temporais presentes na oração núcleo e hipotática estão a serviço do tipo de relação semântica.

Os dados também foram analisados qualitativamente tendo em vista seu conteúdo semântico e sua função lingüística, o que possibilitou a divisão das orações em questão em vários subtipos.

Por fim, vale lembrar que, quanto às variáveis extralingüísticas que podem se correlacionar com a variação, apenas o fator idade foi utilizado.

A aquisição da linguagem é entendida, neste trabalho, sob o mesmo ponto de vista de Slobin (1973 *apud* Bowerman, 1986), segundo o qual, como dito acima, padrões de relativa dificuldade podem fornecer pistas de como a criança tem acesso ao *input* lingüístico na construção da gramática. Sendo assim, essa análise está pautada na crença de que, de fato,

algumas noções semânticas podem ser psicologicamente mais salientes do que outras, e que, nesse caso, podem ser primeiramente desenvolvidas na infância (Slobin, 1975: 24).

3) Análise dos dados

Início este capítulo apresentando os tipos semânticos das orações temporais e condicionais. Na segunda parte, analisarei os atributos sintáticos dessas orações. Na última parte discuto as relações semânticas que permeiam as orações em pauta.

3.1) As orações de tempo e condição e seus atributos semânticos

3.1.1) Os tipos de orações temporais

A literatura lingüística distribui as orações temporais em dois grupos, tendo em vista a natureza dos estados de coisas nelas envolvidos: *simultâneos* e *não simultâneos*. De fato, as construções analisadas estão, muitas vezes, pautadas nestes termos, como se vê abaixo:

(26) *Raquel 4;3: "... enquanto que a Tuca anda no cavalo de pau o Guto fica montando foguete."*

(27) *Anamaria 3;9: 'Sagou quando/quando cê saiu ontem... Aí 'sagou!*

(28) *Anamaria 3;9: Depois que o Molly fazê cocô, vô tocá ele. "Petinha" dela!*

Os exemplos (26) e (27) tratam de estados de coisa simultâneos, em que o evento descrito na oração núcleo coincide temporalmente com o evento descrito na temporal. Nesses casos identifica-se a presença de dois tipos de conectivo, *quando* e *enquanto*, bem como a utilização tempos e modos verbais idênticos.

Já em (28), a realização do evento da núcleo é posterior à realização do evento da temporal. Entretanto, nesse caso, o conectivo usado é *depois que* e nota-se o emprego de tempo verbais idênticos, mas modos diferentes.

Todavia, mediante a análise dos enunciados infantis, vê-se que essa classificação não esgota todas as possibilidades semânticas inerentes às construções de tempo.

Um outro tipo semântico identificado nos dados¹¹ foi denominado de *temporais genéricas* (Schachter, 1971 *apud* Reilly, 1986). Essas construções são vistas como contingencialmente ligadas (Bowerman, 1986:294) e caracterizam-se pela descrição de “objetos” ou “fatos”, para os quais a localização temporal não é relevante. Representam construções atemporais de cunho especificamente descritivo.

(29) *Adulto: Nem vai me pedi pra deixar aqui, então.
Quando é emprestado, mamãe precisa devolver, né, Anamaria?
Anamaria 3;9: Pode. Quando é emprestado, mas não pode deixá o
tempo todo aqui, não.*

(30) *Adulto: On/ onde cê tava?
P: Hum?
Ad: Onde cê tava? Com a Juliana?
P: (inaud)*

¹¹ Esse mesmo tipo semântico também se verifica nas construções condicionais.

Ad: Anamaria falou que esse bicho aqui chamava Gordo. Ela não lembrava o nome.

Anamaria: Hum.

P: Gordo?

Ad: Porco.

P: Gordo, né, bem?

Ad: Inda falei pra ela que esse bicho tem lá na vovó.

P: Tinha. Agora num tem mais.

Anamaria 4;0: Quando mama num é pá falá, né?

Ad: Quando mama?

Cr: É.

Ad: Cê consegue mamar e falar?

Cr: Não.

(31) Verônica 5;2: Não, o sol é tá muito forte, então quando o sol tá muito forte tem raio, não tem?

Ad: raio de sol ou/

V: é tem u—um raião, não tem?

Ad: tem?

(32) Adulto: que que é, que que é coragem? que que é coragem?

Raquel 4;3: coragem/ entrá dentro da água quando tá frio...

Cumprе acrescentar que as *temporais genéricas* não constituem um grupo homogêneo e podem, muitas vezes, ser parafraseadas pelas condicionais. Em muitos casos, as marcas temporais envolvem o aspecto imperfectivo. Em relação ao sujeito, ora é descrito como genérico, ora é obscurecido, o que ressalta mais o próprio evento que está sendo descrito.

Em (29), a oração temporal *genérica* representa uma caracterização de uma situação, no entanto, esse exemplo é problemático haja vista a presença da conjunção *mas*. Em (30), a oração temporal traduz uma *verdade geral*, tendo em vista o contexto familiar. (31), por seu turno, pode

ser entendido como quase um *silogismo*. Já em (32), temos uma *definição*. Na verdade, esse enunciado apresenta um alto grau de complexidade, do ponto de vista sintático, uma vez que a temporal aparece encaixada em outra oração.

Um outro tipo observado nos dados diz respeito a construções em que “a oração antecedente (temporal) se refere a um tempo futuro, época na qual a própria criança ou (ocasionalmente) um objeto inanimado ficará mais ‘velho’ (Bowerman, 1986:302).

(33) *Verônica 3;6: Hum, ah... U caideinu, quando eu quescê eu vô/ u meu nome vai sê Fausta.*

Adulto: Quando você crescer o teu nome vai ser Fausta?

(34) *Anamaria 3;10: Quando ela crescer, ela pode usá.*

(35) *Anamaria 3;10: E quando crescer, ficar desse tamanho, eu vou ficar fazer isso (mostrando os dedos da mão para indicar a idade).*

São características dessas orações, aqui denominadas de *temporais de referencia futura*, a projeção de estados de coisa futuros, a presença de um sujeito específico, e o emprego do futuro do subjuntivo na temporal

Construções como essas são tão recorrentes nos dados, tanto na fala do adulto como da criança, que muitas vezes emergem inusitadamente no discurso, como no enunciado abaixo:

(36) *(Anamaria e sua mãe conversam sobre um parente)*

Adulto: ele que fez seus armários, né, Anamaria?

Anamaria: Depois... depois ele fez uma coisa!

Ad: Hum...

Anamaria 3;11: Pintou a cadeirinha da Juliana quando ela crescer...

Ad: Isso! É mesmo!...

Em (36), percebe-se que, por trás da relação de tempo que a criança estabelece pelo uso de *quando*, existe uma outra relação que está implícita, mas é facilmente subentendida, haja vista o enunciado de confirmação de sua mãe. Poderíamos pensar numa paráfrase do tipo: “Ele pintou a cadeirinha da Juliana para que ela possa usá-la quando crescer.” Ao que parece apesar de fragmentado, a mãe compreende perfeitamente o “sentido” do enunciado da criança. Na verdade, as orações com estrutura do tipo “*quando (X) v-futuro do subjuntivo*¹² (Co) + *X v-futuro do indicativo (Co)*” estão presentes em enunciados em que ações, responsabilidades, permissões etc. são adiadas para “quando crescer”. Nesse sentido é que (36) ganha sentido, ou seja, é interpretado a partir de outros enunciados do mesmo tipo.

Em (37), vê-se que a expectativa em torno de “quando crescer” está presente na fala da mãe e, uma vez incorporada, passa a circular na fala da criança, “aproximando fragmentos, deslocando sentidos” (Pereira de Castro, 1997).

*(37) Ad: tem que arrumar viu filhinha – quando você for grande
você vai ter teu quarto – quando você for moça aí eu quero s/só vê
– num vô conseguir entrar no teu quarto de tão bagunçado que vai
ser.*

Raquel 4;4: mais eu não vô desarrumá quando eu sê gande.”

Segundo Pereira de Castro (1997), “reconhecimento e estranhamento são decorrentes das mudanças na relação da criança com a sua língua materna”. Nesse sentido é que, para De Lemos (1997) os processos metafóricos e metonímicos¹³ devem ser entendidos, ou seja, a criança, ao promover o deslocamento de um fragmento, retirado da fala da mãe por um processo metonímico, cria outras relações de significado, provocando uma ruptura entre enunciados não-analisados e os já consolidados.

Outro aspecto que deve ser assinalado é que, mesmo provocando estranhamento, o enunciado não impede que se perceba a sua relação com as cadeias em que “*quando (X) v-futuro do subjuntivo (Co) + X v-futuro do indicativo (Co)*” relaciona-se com as expectativas geradas em torno do futuro.

Nessa seção, mostrei que a caracterização em termos da simultaneidade e não simultaneidade não dá conta de todos os casos de orações de tempo verificadas nos dados. Sendo assim, analisei mais dois tipos de construções temporais, as temporais genéricas e as de

¹² Esses verbos veiculam, constantemente, sentidos associados ao amadurecimento, como crescer, ficar grande, ficar moça etc.

¹³ De Lemos (1997:06), na tentativa de compreender as mudanças que se processam na fala da criança, no decorrer de sua “constituição como falante”, adota os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos que podem operar essas mudanças. O reconhecimento de semelhanças entre os seus enunciados e os do adulto permite que a criança realize substituições, que revelam o cruzamento de “cadeias manifestas com cadeias latentes e de seu deslocamento de outros textos”. Muitas vezes, a emergência de cadeias latentes se dá pelo movimento de significantes dentro do próprio enunciado da criança, promovendo ressignificações, que evidenciam processos metafóricos e metonímicos.

As mudanças desencadeadas pela utilização dos processos descritos acima conduzem a fala da criança rumo à estabilização da língua, ou seja, à “consolidação de categorias e estruturas” (De Lemos, 1997:13). No entanto, “a estabilização não é interpretável como um ponto final na atuação desses processos”, pois, considerar a estabilização como garantia de homogeneidade, pode ser uma hipótese pouco confiável, uma vez que uma certa homogeneidade na fala dos adultos não garante a sua homogeneidade enquanto falantes.

referência futura. O primeiro tipo constitui um grupo heterogêneo, que pode ser parafraseado, freqüentemente, por condicionais. Suas propriedades podem ser descritas com base nas marcas temporais envolvendo o aspecto imperfectivo, e em relação ao sujeito, que tanto podem ser genéricos ou podem ser obscurecidos, dando mais relevo ao próprio estado de coisas da temporal. As temporais de referência futura, por seu turno, caracterizam-se pela projeção de estados de coisa futuros e possuem uma estrutura mais ou menos cristalizada, “*quando (X) v-futuro do subjuntivo (Co) + X v-futuro do indicativo (Co)*”.

3.1.2) Os tipos de orações condicionais

Comrie (1986 *apud* Bowerman) sustenta que nas línguas do mundo existem dois tipos básicos de condicionais. O primeiro é representado pelas condicionais com baixo grau de hipoteticidade e referência temporal futura (*predictivas*), como apontado pela freqüência de uso e a probabilidade de receber marcação explícita (*overt marking*). O outro tipo é representado pelas construções com alto grau de hipoteticidade, especialmente com referência temporal não-futura, incluindo as contrafactuais.

Schachter (1971 *apud* Reilly, 1986: 312) distribui as condicionais entre duas categorias: condicionais simples e *condicionais imaginativas*. As primeiras fazem referência a eventos no mundo real e estão subdivididas em *condicionais de presente, de passado, genéricas e predictivas*. As condicionais de presente referem-se a eventos que ocorrem no momento da enunciação. Já as

condicionais de passado descrevem eventos que podem ter ocorrido no passado. As condicionais genéricas caracterizam-se por asserções de caráter atemporal e podem ser parafraseadas por *whenever* e ocorrem com uma variedade de tempos verbais. Finalmente, as preditivas prevêem a ocorrência de alguns eventos no futuro (Reilly, 1986:312).

As condicionais imaginativas exibem noções de irrealidade e subcategorizam-se em hipotéticas e contrafactuais (Reilly, 1986:312). O quadro abaixo traz alguns exemplos representativos de cada tipo, referentes ao inglês:

Condicionais simples	
<i>presente</i>	(38) <i>If I touch my eye, it hurts</i>
<i>Passado</i>	(39) <i>If it rained last year en Egypt, the Nicole overflowed</i>
<i>Genérica</i>	(40) <i>If the tortoise has a runny nose, he sleeps in the house(refletindo uma menor dependência)</i>
<i>Preditiva</i>	(41) <i>If Kate sees the ice cream, she will want some(prevendo um evento no mundo real)</i>
Condicionais imaginativas	
<i>Hipotética</i>	(42) <i>If he ate all those doughnuts, he would be ill (poderia ocorrer)</i>
<i>contrafactual</i>	(43) <i>If I were a boy, I would have curls (contrafactual de presente: poderia não ocorrer)</i> (44) <i>If you had been awake, you would have heard the coyote (contrafactual de passado: não ocorreu)</i>

Quadro 04: Tipos de sentenças condicionais, baseados em Schachter(1971) (Reilly, 1986:313)

Todavia, Reilly não é explícito quanto às propriedades gramaticais que foram consideradas para a classificação de cada um dos tipos apresentado no Quadro 04. Nesse caso, na tentativa de ordenar essa caracterização, tentarei depreender, tendo em vista os exemplos apresentados, quais são os atributos inerentes a cada tipo.

Na condicional de *presente*, identifica-se o uso de sujeito específico e tempo presente nas duas orações do período. Na de *passado*, verifica-se o uso do tempo passado nas duas orações. As *genéricas* caracterizam-se pelo emprego dos verbos no tempo presente e de sujeito genérico. Já as *preditivas*, apresentam sujeito específico e verbos estativos nas duas orações, sendo que a condicional é construída com o presente e a núcleo, com o futuro. Bawerman (1986:299) sustenta que as condicionais *preditivas*, que são predominantes nos dados, “fazem referência a uma seqüência de duas situações futuras, com a primeira possível mas incerta e a segunda causativamente/temporalmente desencadeada pela primeira”. Nas condicionais *hipotéticas*, nota-se o uso de sujeito específico e da combinação de verbos no tempo passado. Finalmente, nas condicionais *contrafactuais*, identificamos a presença de sujeito específico e tempos também no passado. A diferença entre as últimas é que, na primeira, os estados de coisas descritos, embora hipotéticos, são passíveis de acontecer; na segunda, por sua vez, os estados de coisas são inconcebíveis. Essa distinção, é marcada gramaticalmente, nesses exemplos, pelo tempo do verbo auxiliar (*will, would*).

Contudo, essa tipologia, quando aplicada a uma ampla amostra, é problemática. Adotando, a princípio, a proposta de Schachter, classificarei, na medida do possível, alguns dos

enunciados analisados aqui¹⁴. O Quadro 05 exhibe alguns exemplos de condicionais, tendo em vista a tipologia referida acima :

Condicionais simples	
<i>genérica</i>	(45) Daniela 2;8: (02) Si solá (chorar) (pausa) dói (46) Daniela 4;0: Si matá sai (47) Verônica 3;11: se por a mão assim queima, queima,... (48) Adulto: Que que é árvore de Natal? Anamaria 4;0: Qui conde a/ se querer uma boneca, se querer uma boneca de Peguinha, iconde na ave de Natal.
<i>preditiva</i>	(49) Verônica 4;4: se eu não pusé (o pé) na areia, lá no fundo, eu vô lá—á no fundo, (50) Verônica 4;2: se comer tudo, tudo, tudo, vai estorar a barriga
Condicionais imaginativas	
<i>hipotética</i>	(51) Verônica 3;10: se eu num quiser ir na escola, daí a Dica vai (52) Verônica 5;2: Manhê?? Pegá minha SI... se a Dica te perdido meu/ apontador no colégio eu mato ela

Quadro 05: Tipos de sentenças condicionais, baseado em Schachter,1971 (Reilly, 1986:313)

Para a seleção dos exemplos apresentados no Quadro 05, foram consideradas as mesmas propriedades gramaticais verificadas nos exemplos propostos por Reilly. No entanto, algumas observações devem ser feitas. Nos exemplos de condicionais *genéricas*, (45), (46) e (47), o

¹⁴ Estou ciente de que a classificação proposta por Schachter (1971 *appud* Reilly, 1986) repousa sobre critérios não homogêneos, todavia, como ela tem sido, tradicionalmente, requisitada por pesquisadores interessados no estudo das

sujeito é genérico e o verbo das duas orações está no presente do indicativo. Já em (48), outro caso de condicional *genérica*, esta oração é utilizada descrever a funcionalidade de um objeto (*árvore de Natal*). O exemplo (49) constitui um caso de condicional *preditiva*, sendo que o tempo da núcleo é o futuro do subjuntivo e o da condicional, o presente do indicativo. No entanto, considerando a descrição de Bowerman acima, (50) também pode ser classificada como *preditiva*. Já os enunciados (51) e (52) são representativos dos casos de condicionais *hipotéticas*.

Tendo em vista a comparação dos quadros apresentados acima, pode-se admitir que haja algumas diferenças na classificação entre línguas, inglês e português, e isso pode estar associado à correlação modo-temporal.

No entanto, a aplicação desta tipologia a uma grande quantidade de dados é problemática, uma vez que não dá conta de todas as ocorrências de orações condicionais registradas na fala infantil. Sendo assim, será necessário propor uma nova classificação, que considere os usos efetivos de condicionais nos dados.

Casos de orações condicionais no presente e no passado, assim como descritos em Schachter, não foram encontrados nos dados. O único exemplo no *corpus* capaz de se enquadrar nas descrições das condicionais de presente parece ser o enunciado (53):

(53) *Raquel 3;4: se ela dá um murro na cara cê dá um tapa nela*

orações condicionais, optei por também adotá-la aqui.

Todavia, esse exemplo é problemático, uma vez que, por se tratar de um verbo irregular (**dar**), pode ser interpretado como um reflexo do não domínio das formas de futuro por parte da criança.

O uso do pretérito perfeito, por seu turno, nas orações condicionais, esteve quase sempre associado ao presente, como em (54):

(54) *Adulto: Depois a mamãe vai contar essa estória pra Verrô, mais tarde na hora da Verrô dormir. Quando você encontrar com a Códia você fala pra ela se você gostou ou não do livro, tá?*

Verônica: Tá. Eu vou falar: "eu gostei", eu vou falá que eu gostei, tá, mãe?

Ad.: Tá

V 3;8: Si eu, si eu num gostei, eu tô de mal dela, tá?

Ad.: (ri) Por quê?

V: Porque sim. Ah, mãe, ota calça eu.

Já no exemplo (55), a criança também usa, inicialmente, o pretérito perfeito do indicativo associado ao presente do indicativo, no entanto, seu enunciado é confuso e diante do não entendimento da mãe, ela o reformula utilizando o futuro do pretérito:

(55) *M: O Márcio! Aquele que tem uma barba assim na cara? Ele é bonzinho! Você não gosta dele?*

D 2;9: (pausa breve) E/ se cegô (chegou) aí, e/ eu gostu

E: o quê?

D: (04) se chegá aí, eu goto

E: se chegar aqui você gosta dele?

D: hu

E: Ah! E se ele não chegar?

D: (pausa breve) eu num gosto

Um outro exemplo de condicionais construídas com o pretérito perfeito é representado por (56):

(56) (V, contando o caso de uma briga entre ela e algumas colegas de escola)

M: *que que a tia te falou?...*

Verônica 5;0: *SI... ela falô assim: você robô a ro/ a/ a/ a a bolacha dela mesmo? Não, daí eu falei SI (murmura) eu falei: não.*

Daí/ tia falava: cê não roubou mesmo? Não. Se eu não roubei eu não roubei. Daí a tia contô ... aaa SI florzinha ficava em pé

Sweetser (1990), como apresentado anteriormente, divide as orações condicionais em três domínios, dentre os quais insere-se o domínio de *ato de fala*. Nesse tipo de construção, o conteúdo da prótase possibilita ou causa a realização de um ato de fala. Essa definição é válida na medida em que nos apresenta um novo tipo de conexão condicional, na qual pode-se inserir o exemplo (56).

Embora Koch não defina os quatro tipos de conexão por ela propostos¹⁵, nota-se certa semelhança entre a definição de Sweetser para as condicionais de ato de fala e o exemplo usado por Koch para identificar a conexão de decisão: *se meu time perder, então beberei a noite inteira*.

No entanto, no exemplo de Koch ainda é possível identificar uma relação “*se p então q*” entre o antecedente e o conseqüente, o que não se dá no exemplo (56). Sendo assim, esse enunciado pode ser interpretado da seguinte forma tomando como base o ponto de vista do falante, ou seja, da criança: *dado que eu não roubei a borracha do colega, eu sou capaz de*

proferir esse ato de fala: “eu não roubei”. Embora esse não seja um tipo recorrente entre os dados, ele se apresenta extremamente interessante, na medida em que nos mostra como a criança manipula a conjunção *se* e como a oração condicional pode exprimir significados variados

Um outro tipo recorrente na variedade analisada diz respeito aos casos que denominei *condicionais de ameaça*. Essas orações têm uma função mais acentuadamente interpessoal:

(57) *Anamaria 3;5: Se você não deixá, vou dar um apanho em você*

Em (57), a criança negocia algo com a mãe estabelecendo uma condição, que se desrespeitada acarretará uma conseqüência desastrosa. Observe que, nesse enunciado, os sujeitos são específicos e a correlação modo-temporal é entre o futuro do subjuntivo e o futuro do indicativo.

A tipologia proposta por Schachter, à primeira vista, impressiona o leitor, todavia, ela não dá conta de todas as ocorrências de condicionais verificadas nos dados. No tocante à variedade aqui analisada, os dados mostram que as condicionais podem se subcategorizar, além dos subtipos propostos pelo autor, em *condicionais de ato de fala* e *de ameaça*.

¹⁵ Cf.. página 44

3.1.3) A relação entre as temporais e as condicionais

Uma outra observação a respeito das construções temporais e condicionais remete ao fato de elas freqüentemente veicularem mais de um conteúdo semântico.

Segundo König (1986, *apud* Menezes Hirata, 1999), a classificação das orações adverbiais pode suscitar dúvidas em determinados contextos, haja vista a constante sobreposição e/ou neutralização de sentidos.

Muitas vezes uma oração introduzida por um conectivo temporal pode apresentar, por exemplo, um significado condicional ou causal.

Bechara (1967: 163) já identificava as orações condicionais como capazes de encerrar idéias de hipótese, eventualidade, concessão e tempo.

Neves (1999b: 797) também destaca essa questão da sobreposição, principalmente aquela que envolve temporalidade no que diz respeito àquelas relações de tipo lógico-semântico (causal, condicional, concessiva) que podem ser inferidas a partir das construções temporais. Esse tipo de associação “é licenciado por um conectivo de valor bem neutro (como o **quando**) e pela natureza do complexo temporal que se estabelece em dependência do tempo e do modo verbal empregado em cada uma das orações”.

Para Neves, há combinações de predicções com relação temporal que propiciam leituras causais, condicionais, concessivas e adversativas.

As construções temporais, que propiciam uma leitura condicional descrevem eventos simultâneos, estão relacionadas ao aspecto imperfectivo e são introduzidas por *quando* (Neves, 1999b: 798).

As leituras condicionais verificadas nas construções temporais podem ser descritas como **eventuais** ou **factuais**.

Nas construções que envolvem eventualidade figuram “o presente ou o pretérito imperfectivo; os estados de coisas da temporal e da principal são simultâneos; o aspecto não-perfectivo pode implicar iteração (quando= “todas as vezes que”), sendo que essa habitualidade se dá dentro das condições estabelecidas na oração adverbial (condição preenchível)” (Neves, 1999b: 798).

Já nas construções que envolvem factualidade predomina o uso do “presente ou do pretérito imperfectivo; a simultaneidade entre os estados de coisas é tênue, tem relevância a factualidade contida na oração adverbial (condição preenchida) e o fato expresso na oração temporal pode ser entendido como justificativa para o que se afirma na oração principal (= já que, uma vez que)” (Neves, 1999b: 799).

Neves ainda discute a possibilidade de as construções temporais com *enquanto*, que se caracterizam pela simultaneidade, terem a relação temporal minimizada – ou até anulada – pela aquisição de um valor de “cotejo ou contraste”, favorecido por essa simultaneidade:

(58) *Enquanto uma lê a Bíblia e se preocupa com o espírito, a outra admira a força física, o vigor corporal, faz desportos.*¹⁶

Na verdade, um dos fatos que interessam a esse trabalho é o de que, muitas vezes, uma oração introduzida por um conectivo temporal pode apresentar um significado condicional. Nesses casos, não é lícito pensar que a categoria *tempo* fora escolhida por acaso. Como lembra Braga (1996), esta categoria é básica e por isso pode ser utilizada, metaforicamente, para designar categorias [+ abstratas], como condição. Em estudo sobre as orações reduzidas de gerúndio e orações de tempo, Braga (1995; 1996) já apontava a sobreposição de sentidos temporais e condicionais em uma mesma oração, que ela convencionou chamar de “tempo-condição”. Braga apresenta vários exemplos dos quais destaco o que se segue:

(59) *Eu acho que a gente se sente muito bem, comendo assim frutas pela manhã.* (RIO/DID)

Heine et alii (1991), ao tratarem da produtividade da metáfora no âmbito da mudança lingüística, revelam que a metáfora parte de categorias [- abstratas] para [+ abstratas]. É o que os autores chamam de “metáfora categorial” e que leva em conta as categoria cognitivas, dispostas na seguinte escala:

¹⁶ Neves (1999b: 800)

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Para a perspectiva da Gramaticalização, proposta pelos autores, a mudança lingüística está circunscrita a essa escala, na medida em que o falante se utiliza de uma categoria mais à esquerda para codificar outras que estão mais à direita. Esse arranjo das categorias é *unidirecional*. Segundo o princípio da *unidirecionalidade* da gramaticalização, a ordem inversa estaria bloqueada, ou não caracterizaria um processo de gramaticalização.

Outros estudos (Lakoff & Jonhson, 1980; Jonhson, 1987; G. Lakoff, 1987; Turner, 1987 *apud* Sweetser, 1990: 08) têm mostrado que as mudanças operadas nas línguas representam processos metafóricos: “nosso conhecimento e, portanto, nossa língua (*language*) operam metaforicamente”.

É sabido que, em várias línguas, “as noções temporais são uma das maiores fontes lexicais para a formação de conectivos condicionais”. Para Traugott (1985 *apud* Menezes Hirata, 1999: 89), a noção temporal de duração, expressa por palavras como *quando*, apresentam uma ambigüidade entre os significados durativos e não-durativos e, por isso, representam fontes lexicais para a formação de marcadores condicionais.

Os estudos funcionalistas sugerem, também, o conceito de *relações proposicionais* (Mann e Thompson, 1986) para descrever as inferências ou relações semânticas depreendidas da combinação de cláusulas entre si ou entre porções discursivas maiores. As relações proposicionais podem indicar temporalidade, causalidade, concessão, causa etc. e podem, ou não, ser identificadas a partir de conectores.

Para Mann e Thompson (1986), as proposições relacionais, que emergem, implicitamente, entre porções aparentemente independentes de um texto, veiculam significados fundamentais para a sua compreensão e coerência.

Nessa perspectiva, as orações adverbiais não ficam restritas à ocorrência dos conectores e a relação proposicional pode ser codificada a partir das relações que se processam no discurso.

Mann e Thompson (1986) ressaltam ainda que as relações proposicionais veiculadas nos textos, embora não necessitem, podem ser sinalizadas através de conectores, desde que uma língua tenha desenvolvido conjuntos de morfemas, palavras ou frases cristalizadas que explicitem o tipo de relação semântica presente no texto.

Há também a possibilidade de um único conector poder assinalar diferentes relações proposicionais, como é o caso do *but*, que, em inglês, pode explicitar as relações semânticas de “tese-antítese” e “concessão”. Em português, a partícula *quando* tanto pode funcionar como conectivo temporal quanto condicional.

Sendo assim, os estudos de Mann e Thompson (1986.), bem como os de Braga (*mimeo*), entre outros, sugerem que a presença de um elemento conectivo não garante sozinho o tipo de relação semântica entre duas ou mais porções de texto. Como dito acima, a ausência de uma sinalização explícita do elo não compromete a interpretação, uma vez que o próprio texto pode nos dar indícios do tipo de proposição implícita que está sendo veiculada.

Dentre os casos de orações temporais encontrados nos dados, a superposição de significados parece também ser possível:

(60) *Adulto: num tem nada que ver, o queimado com Verônica 3;11: -- pegá colher cu'essa mão, **quando eu pego, queima.***

M: mas a mamãe está segurando a colher pra você, justamente pra você não precisar segurar.

(60') *se eu pego, queima.*

A análise das propriedades gramaticais de (60) releva que, nesse enunciado, o aspecto imperfeito, que remete a estados de coisas reiterativos, habituais (*sempre que eu pego, queima*), possibilita o uso de um hipotetizador. Logo, pode-se discutir até que ponto as correlações modo-temporais facilitam, ou não, a intercambialidade entre *quando* e *se*. Posteriormente, ao tratar dos tipos de correlações modo-temporais, essa questão será retomada. É necessário lembrar que essa possibilidade de troca pode também estar associada às propriedades semânticas dos verbos.

(61) *Anamaria 3;11: Grudou meu dedo. (brincando com a luz) **Se por aí, gruda mesmo. Ai!***

(61') (*) *quando põe aí, gruda mesmo.*

Quanto às orações introduzidas por *se*, a situação parece mais complexa. Seria a substituição do *se* por *quando* tão livre como no caso inverso? No caso do enunciado (61), vê-se que, na oração imediatamente antecedente, o verbo tem aspecto perfectivo, sinalizando um evento específico. Em que medida esse aspecto cerceia uma leitura temporal? A impressão que fica é a de que a troca do *quando* por *se* é muito mais aceitável do que o contrário.

Admitindo ser possível, em (61), a atribuição de uma leitura temporal, constituiria, tal fato, uma contra-evidência às propostas de Heine et alii?

Em (62), por exemplo, a intercambialidade é aceitável, uma vez que as implicações semânticas que essa troca desencadeia parecem ser muito sutis para bloqueá-la:

(62) *Anamaria 3;5: Guaraná gosto, mas se por canudinho eu gosto.*

(62') *quando põe canudinho eu gosto*

Segundo Reilly, a intercambialidade entre *quando* e *se* é irrestrita e bidirecional¹⁷. No entanto, o que os dados parecem indicar é um compromisso entre a bidirecionalidade proposta por Reilly e a unidirecionalidade advogada por Heine et alii.

Tendo em vista esses exemplos, nota-se que as afirmativas de Reilly (1986:311) de que, no caso do inglês, “desde muito cedo a criança já é sensível a algum tipo de sobreposição semântica entre o *quando* e o *se*” também são procedentes para o português. Há casos, nos dados, como apresentado acima, em que uma oração temporal com *quando* e uma condicional são aproximadamente sinônimas. Sabe-se que em algumas línguas, como o alemão, há apenas um morfema responsável pela codificação das noções semânticas expressas por *quando* e *se*.

Contudo, nem sempre *quando* e *se* são totalmente intercambiáveis:

¹⁷ Com exceção dos casos que serão apresentados a seguir.

(63) *Anamaria 3;9: Mas, quando ela crescer, ela pode andar* (de bicicleta). *Só nessa mais --- aqui. Ela pode por o pé aqui. Será que ela alcança por o pé aqui?*

(63') * *se ela crescer, ela pode andar* (de bicicleta).

(64) *Anamaria 3;5: Não... Não vira (a página) não, mãe. Se você virar, vou dar uma apanha... Uma apanha- apanha.*

(64') * *quando você virar, vou dar uma apanha...*

Ademais, há situações em que *quando* e *se* podem expressar diferentes graus de expectativa ou certeza (Reilly, 1986:310). Isto é, as construções com *quando* são responsáveis pela codificação de eventos ou estados de coisas que carregam maior grau de certeza, seja porque correspondem a fatos ocorridos no passado (65) ou porque trata-se de projeções de fatos futuros (66), sendo que, em ambos os casos, a própria criança/falante os toma como certos. Considere, a propósito, os trechos abaixo:

(65) *Anamaria 3;9: Mas quase tem. Tadinha de Juliana, ó. Quando era pequenina, mãe, eu posi esse sapatinho, né? Quando era pequeneninha...*

(66) *Anamaria 3;10: "E quando crescer, ficar desse tamanho, eu vou ficar fazer isso (mostrando os dedos da mão para indicar a idade)."*

Nos enunciados acima, o estado de coisas expresso na oração temporal codifica um *estado*, já o da núcleo codifica uma *ação*. Poderia esta correlação estar associada a um alto grau de certeza?

Há, também, um outro tipo freqüente nos dados que ocorre especificamente com *quando*. São os casos de relatos de situações habituais, cotidianas ou não, consideradas, pela criança, como passíveis de acontecer:

(67) *M: Você tirou de bobinha porque tem que botar de novo.*
V 3;8: Ah, cando eu levantar da cama, mãe, eu ponho, tá?
M: tá.

(68) *Anamaria 4;2: Pá quando chegá meu pai, fazê igual aquele dia. Tampá a cara.*
Ad: Tampá a cara i... assustá o papai?

Nos exemplos de (65) a (68), a presença do *quando* confere ao enunciado um significado específico, sendo, portanto, mais difícil que esse conectivo seja intercambiável por *se*.

As construções com *se*, por sua vez, geralmente codificam eventos ou estados de coisas que expressam um menor grau de certeza, ou seja, estão marcados pela contingência. Nesses casos, a inferência de uma leitura temporal tende a esmaecer.

(69) *Adulto: Quer dizer que amanhã depois de amanhã nós vamos de carro*
A: E de Passat
Ad: E se fosse de avião, cê ia gostar?
A: não!
(Ad ri)

A: gostava?

Ad: Eu acho que ia gostar sim, cê não tem medo de nada

Anamaria 4;1: A: Mas eu tenho medo se eu cair no avião.

(M e A riem)

Em (69), a oração condicional tem um caráter restritivo. Ao ser indagada sobre a possibilidade de um passeio de avião, a criança assegura não ter medo. No entanto, ao reanalisar a situação, ela realiza um enunciado que pode ser interpretado como: “eu não tenho medo de avião, só tenho medo caso ele venha a cair”. A noção explícita de uma condição a ser preenchida parece bloquear a troca de *se* por *quando*.

(70) Verônica 3;11: Onde, Está vendo la em cima? Tá, mãe? Se ficar dentro não perde, mas se ficar em cima, perde. O vento leva

(71) Anamaria 3;5: Gauraná gosto, mas se por canudinho eu gosto.

Adulto: Se por canudinho?

A: é

M: E se não por?

A: Se não por, eu choro.

(72) Verônica 4;01: Não sei mãe, craro que eu sei, né mãe. Se eu não saber, você me conta, né, mãe? Se eu saber você não me conta. Pronto – falar pra mim eu sabia, su su eu sabia.

Os exemplos (70), (71) e (72), por sua vez, nos oferecem um outro matiz de significado assumido pelas construções condicionais no discurso infantil. Como num “exercício” de expressão da condicionalidade, a criança constrói enunciados paralelos em que a relação

condição para realização → consequência/resultado da resolução da condição enunciada (Neves, 1999b) é testada.

Interessantemente, em (70), há uma alternância na polaridade, num cotejo entre relações espaciais distintas (*dentro* e *em cima*). No entanto, de um modo geral, a forma desses enunciados é muito complexa, o que parece indicar uma certa habilidade da criança em manipular os significados veiculados pelas cláusulas-*se*.

Pereira de Castro (1992:145), ao tratar de enunciados similares, sustenta que esse “exercício parafrásico pode ser encarado como um tipo de atividade epilingüística que, pelo desdobramento dos enunciados e explicitação dos implícitos, torna transparente um momento da construção do objeto lingüístico”.

Todavia, essa estrutura não está restrita aos casos de construções condicionais, mas também ocorre em construções temporais, em que uma nuance condicional é verificada:

(73) *Adulto: Termômetro é frio, Verrô?*
Verônica 5;3: ele é frio quando a gente não tá com febre e ele é quente quando a gente tá com febre.

Em (73), vê-se que a criança mantém a mesma estrutura de outrora, alternando a polaridade através de significados antagônicos, mas a correlação modo-temporal está restrita ao uso do presente do indicativo.

Reilly assevera que (1986:312), possibilidade e suposição, como assinaladas por *if*, podem estar presentes tanto na referência a mundos reais quanto irrealis. Seja qual for o caso, as

sentenças condicionais podem ser usadas. Em contraste, as construções com *quando* estão restritas ao mundo real, ou pelo menos a eventos que o falante acredita serem verdadeiros. A exceção, no caso da fala infantil, fica por conta das seqüências marcadas pela fantasia. Vale acrescentar que, no caso do adulto, ainda pode-se pensar na possibilidade de um uso de condicionais ironicamente (Reilly, 1986). De qualquer modo, a superposição entre *when* e *if*, e entre *quando* e *se*, ocorre somente com referência a eventos no mundo real. Retornarei, para essa discussão, aos exemplos representativos dos tipos de condicionais:

(74) *Raquel 3;4: se ela dá um murro na cara cê dá um tapa nela*

(75) *Verônica 3;11: se por a mão assim queima, queima,...*

(76) *Verônica 4;4: se eu não pusé (o pé) na areia, lá no fundo, eu vô lá—á no fundo,*

Os enunciados acima foram classificados anteriormente, como *condicionais simples*, sendo que (74) corresponde às condicionais de *presente*, (75), às *genéricas*, e (76), às *predictivas* (cf. Quadro 05). Observe-se que, nos dois primeiros exemplos, a intercambialidade entre *se* e *quando* é possível, no entanto, ela parece ser mais aceitável no caso das *condicionais genéricas*. Já no caso das *predictivas*, a intercambialidade parece ser bloqueada pelo alto grau de hipoteticidade desse enunciado. Comparando o segundo e o terceiro enunciado, vê-se que a correlação modo-temporal está associada aos uso do futuro, contudo, em (75), verifica-se a combinação entre futuro do subjuntivo e presente do indicativo, e, em (76), entre futuro do subjuntivo e futuro do indicativo. Parece que a referência a dois eventos futuros confere a (76)

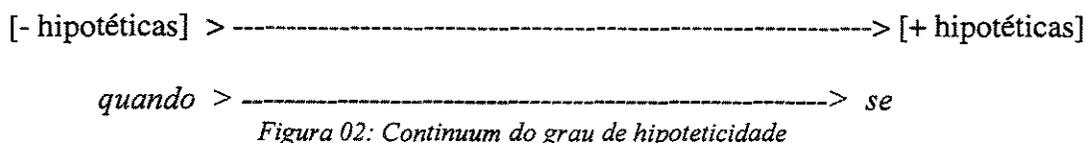
uma nuance de hipoteticidade, que poderia exigir o uso de *se*. Ao longo da análise, tem-se observado que a correlação modo-temporal parece constituir fator preponderante na aferição de significados temporais e condicionais.

(77) *Verônica 3;10: se eu num quiser ir na escola, daí a Dica vai*

(78) *Verônica 5;2: Manhê?? Pegá minha SI... se a Dica te perdido meu/ apontador no colégio eu mato ela*

Os enunciados (77) e (78), por outro lado, representam os casos de *condicionais hipotéticas*. A intercambialidade entre *se* e *quando*, aqui, é inaceitável, como advogado por Reilly (1986) e comprovado pelos dados. Em (77) verifica-se a combinação entre o futuro do subjuntivo na condicional e o futuro do indicativo na núcleo; e, em (78), entre o futuro do subjuntivo composto na condicional e o presente do indicativo na núcleo. Mais uma vez, a correlação modo-temporal parece estar associada ao aumento do grau de hipoteticidade dos enunciados. Em relação a esse grupo de fator, os enunciados (76) e (77) acima, são similares, sendo que o fator que os caracteriza como *preditiva* e como *hipotética*, respectivamente, é determinado pela natureza semântica da oração núcleo. Em (76), a realização do evento descrito na condicional é possível, mas incerta, e o evento descrito na núcleo está, causativamente, atrelado à realização, ou não, da primeira. Já em (77), os dois eventos descritos têm referência futura e constituem situações hipotéticas, isto é, repousam sobre a irrealidade. Em (78), observa-se o emprego único do futuro do subjuntivo composto nos dados, o que confere ao enunciado um alto grau de hipoteticidade.

Com base na argumentação acima, é possível dispor as orações temporais e condicionais num *continuum*, em que as categorias identificadas como [- hipotéticas], aceitariam, com mais facilidade, a intercambialidade entre *se* e *quando*; e aquelas identificadas como [+ hipotéticas] resistiriam mais a essa troca, prevalecendo o uso do *se*. A disposição das condicionais, nesse *continuum*, é válida, na medida em que, ao invés de opor estruturas *não hipotéticas* e *hipotéticas*, propõe a análise dessas mesmas construções tendo em vista graus de hipoteticidade, o que permite a classificação de tipos intermediários, como as *predictivas*.



As superposições de significados temporais e condicionais são esperadas em estruturas que se localizam mais à esquerda. A interpretação dos dados, a partir desse *continuum*, coincide com a proposta da unidirecionalidade de Heine et alii, já que as superposições seguiriam apenas um caminho, partindo das construções com *quando* para as construções com *se*. As condicionais *predictivas*, por sua vez, representariam estruturas que estariam a meio caminho, pois, apesar de possuírem um caráter de eventualidade, os eventos descritos nessas orações, ainda sim, se referem ao mundo real. Tendo em vista essa propriedade, as *predictivas* deveriam estar mais à esquerda no *continuum*, no entanto, elas são introduzidas pelo hipotetizador *se*, que força sua alocação mais à direita.

A existência de estruturas intermediárias, já era, de certa forma, prevista por Reilly (1986:313), para quem a sobreposição semântica entre tempo e condição diminui nas *predictivas*, uma vez que a expectativa do falante diante da possibilidade de ocorrência do evento ou estado antecedente distingue-as das demais. As *predictivas* parecem mesmo constituir um tipo intermediário em relação aos graus de menos ou maior hipoteticidade. Apesar de serem construídas com *se*, essas orações possuem um baixo grau de hipoteticidade em relação às condicionais *hipotéticas*, mas em relação às temporais elas representam estruturas com caráter [+hipotético]. A indefinição quanto à disposição dessas estruturas no *continuum* reforça a hipótese de que elas constituem uma estrutura intermediária.

Tendo em vista o período de aquisição da linguagem, a hipótese é que a criança irá produzir aqueles tipos de temporais e condicionais que possuem um menor grau de hipoteticidade antes de produzir ou compreender os tipos mais complexos, com alto grau hipotético. Levando em consideração que o conteúdo das primeiras falas da criança se concentra no “aqui e agora”, para Reilly (1986:315), aquelas estruturas que se referem à realidade são conceitualmente mais simples que aquelas em que a criança precisa visualizar uma situação imaginária.

3.2) As orações de tempo e condição e seus atributos sintáticos

3.2.1) A codificação estrutural

Em estudo sobre as orações de tempo na modalidade falada, Braga (*mimeo:02*) reconhece que a relação proposicional de tempo é transmitida por diferentes estratégias sintáticas. A temporalidade pode ser inferida em seqüências de orações coordenadas ou justapostas, pode ser expressa por oração desenvolvida introduzida por conjunção, por locução conjuntiva subordinativa temporal, por uma oração adjetiva cujo núcleo é um item que indica tempo, ou por oração reduzida de gerúndio ou de infinitivo.

Nos dados, essas mesmas estruturas prevalecem, o que mostra que, nesse aspecto, a fala adulta e infantil não são divergentes:

(79) *Anamaria 3;7: Cheguei, né? e o... o vovô não tava aí.*

(80) *Anamaria 3;3: chegá lá na vovó, dumi, vê televisão.*

(81) *Anamaria 3;10: Quando ela crescê, ela pode usá.*

(82) *Anamaria 3;9: Sagou (= estragou) quando/quando cê saiu ontem...*

(83) *Adulto: Sabe que a tia Alicinha tá pra mandá seu vestido, né?*
Anamaria 3;9: Depois que o Molly fazê cocô, vô tocá ele.

(84) *Raquel 4;3: ... enquanto que a Tuca anda no cavalo de pau o Guto fica montando foguete.*

(85) *Raquel 4;7: ... logo que que eles tavam voltando pra casa/ a bicicleta já tava pronta...*

(86) *Raquel 3;4: ... então vamo pegá essa roupinha e o véu pra cobri a hora que d/ que dormi? Vamo?*

(87) *Anamaria 3;9 : Eu vou to/ amanhã vô, vô, amanhã, vô, vô, o Molly vai no mar de novo, e eu vou tocá tegafia dela, andan(d)o no mar, aí, ele, ela vai gostá. Ele tá gandão, já.*

Os exemplos (79) e (80) são representativos dos casos de orações paratáticas, coordenadas e justapostas, respectivamente. (81) a (85) são casos de orações temporais hipotáticas, introduzidas por conectivos. Em (86), por sua vez, a temporalidade é expressa por uma oração adjetiva que tem como núcleo uma palavra que indica tempo (*na hora que*). E, finalmente, em (87), vê-se um caso de oração temporal reduzida de gerúndio.

Os dados mostram que estas estruturas podem ser alocadas em um *cline* de integração de clausulas e podem ser reinterpretadas à luz do conceito de gramaticalização (Hopper e Traugott, 1993). Tendo em vista essa perspectiva, é possível reelaborar esse *cline*, a partir das estruturas coligidas a partir dos dados:

parataxe > *hipotaxe* > *subordinação*
coordenadas e justapostas > *desenvolvidas com conectivo e locução* > *orações adjetivas e reduzidas*

O nível de integração pode ser medido a partir de alguns critérios sintático-semânticos, que remetem a Lehmann (1988). Segundo o autor, cláusulas mais integradas caracterizam-se



pelo compartilhamento de algumas propriedades, como sujeito, correlação modo-temporal. Nesse sentido, as orações paratáticas representam as estruturas consideradas menos integradas, pois, indicam uma relativa independência sintática, podendo exibir sujeitos e tempos e modos verbais diferentes nas duas orações. Já as estruturas hipotáticas constituem um tipo intermediário, caracterizado pela interdependência entre as cláusulas. Finalmente, as orações adjetivas e as reduzidas representam os casos de maior integração clausal, em que há compartilhamento de participantes e de tempos e modos verbais, bem como não é possível identificar um elemento responsável pela junção das duas orações. As orações de gerúndio caracterizam-se por apresentarem o verbo na sua forma nominal e pela ausência de conectores. Essas construções têm sido, tradicionalmente, elencadas entre as orações subordinadas. Braga (*no prelo*) sustenta que essa classificação em relação às orações reduzidas provavelmente se refira ao traço dependência¹⁸, mas que, se observadas com base no traço encaixamento, “a situação é mais delicada, já que ele não recorta uniformemente essas orações”. Em alguns casos, a autora observou que orações reduzidas de finalidade ora podem ser consideradas como estratégia de subordinação, ora como estratégia de hipotaxe.

A análise das codificações estruturais mostrou que as crianças, assim como os adultos, usam, mais freqüentemente, orações temporais desenvolvidas (92,26%), e, na maioria dos casos, essas orações vêm introduzidas por *quando*, apesar de existir na língua portuguesa uma gama de outros conectivos temporais. As ocorrências com *quando* totalizam 92,4% dos dados, enquanto os outros tipos correspondem a 7,6%. Dentre esses outros tipos de conectivos temos quatro

¹⁸ Cf. Hopper e Traugott, 1993.

ocorrências com *antes que/depois que*, quatro com *enquanto*, três com estrutura subordinada encaixada num nome relacionado a tempo e uma com *logo que*. Apenas três orações temporais construídas com gerúndio foram verificadas nos dados.

Análises tradicionais das orações de tempo restringem-se àquelas estruturas que são introduzidas apenas por conectores subordinativos temporais, mas o que se percebe nos dados é que a relação proposicional de tempo emerge também em enunciados como (82) e (83) acima, compostos por duas orações interligadas por *e* ou justapostas. Esses enunciados, por apresentarem traço [- dependente] e [- encaixado], constituem uma seqüência paratática. Essas estruturas não serão discutidas neste trabalho. Os exemplos (82) e (83) são apenas ilustrativos.

A Tabela 01 e o Gráfico 01 apontam a distribuição das diversas estruturas sintáticas observadas nos dados:

	anteposta		posposta		TOTAL		
	No.	%	No.	%	No.	%	
<i>quando</i>	91/146	62,5	55/146	37,5	146	92,5	
<i>enquanto</i>	3/4	75	1/4	25	04	2,5	
<i>depois que/ antes que</i>	3/4	75	1/4	25	04	2,5	
<i>logo que</i>	1/1	100	-		01	0,6	
<i>na hora que</i>	2/3	66,5	1/3	33,5	03	1,9	
TOTAL						158	

Tabela 01: natureza dos conectivos temporais

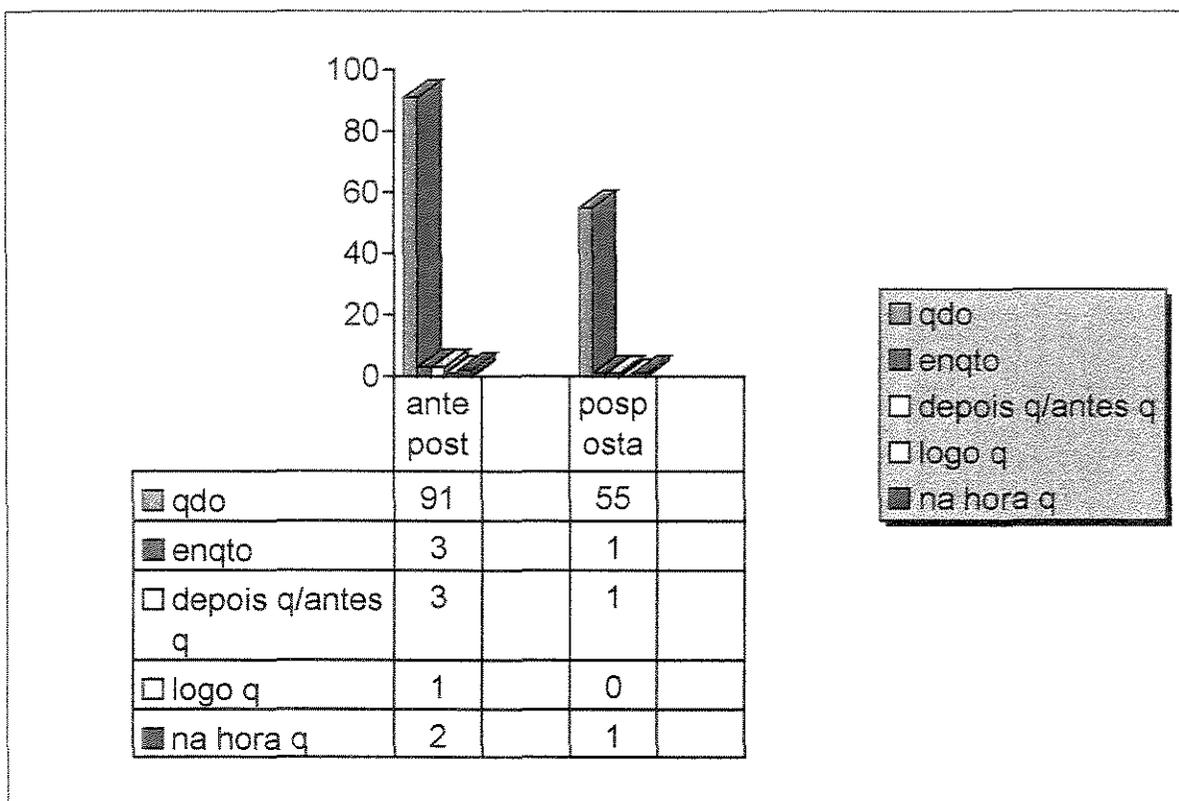


Gráfico 01: Natureza dos conectivos temporais

Os resultados mostram que *quando* é o conectivo não-marcado, tendo em vista a frequência. Uma vez identificado o caso não-marcado, é necessário analisar as ocorrências marcadas.

Braga (1999: 447) constatou, nos seus dados, que o uso de outros conectivos diferentes de *quando* parecia ser “motivado pela necessidade de precisar a informação codificada pela oração de tempo”. Em relação à fala infantil, essa hipótese parece também ser pertinente.

O exemplo (86) traz uma oração de tempo que é introduzida não por um conector subordinativo temporal, mas por uma oração adjetiva cujo núcleo é uma palavra que indica

tempo. Na verdade, faltam estudos mais aprofundados que identifiquem o real estatuto morfossintático de “*a hora que*”. Não há um consenso se se trata de uma locução conjuntiva, e, nesse caso, teríamos uma estrutura hipotática; ou de uma estrutura de subordinação, não totalmente gramaticalizada. Tendo em vista os dados, a única conclusão a que chego sobre “*a hora que*” está relacionada mais a seu estatuto semântico-pragmático. Em (86), *quando* usado para introduzir uma oração posposta, aumenta ainda mais a função especificadora (Ford, 1988) desse tipo de oração. No entanto, as questões associadas à ordem das orações serão discutidas mais adiante.

O exemplo (83) parece, como (84), confirmar a hipótese de que o uso de conectores temporais, diferente de *quando*, tem motivações semânticas. Em (83), vemos que a oração de tempo sinaliza a ruptura na orientação discursiva, introduzindo um novo tópico, e funciona também como “guia”, características próprias das orações de tempo anteposta. No entanto, o uso de *depois que* tem implicações sobre o valor da oração de tempo, uma vez que esse conector delimita, mais acentuadamente, o momento da ação expressa no núcleo.

O exemplo (87) corresponde a uma oração de tempo reduzida de gerúndio. Nesse enunciado, a codificação de estados de coisas simultâneos é mais acentuada pelo emprego do gerúndio.

De acordo com os estudos de Mann e Thompson (1986), as relações proposicionais emergentes na combinação de duas ou mais orações não está circunscrita à natureza do conectivo que liga essas orações.

Em (84), a questão das superposições de sentidos e estruturas também vem à tona. Mateus et alii (1989) atribuem ao conector *enquanto* o caráter de unir orações que expressam estados de coisa simultâneos. No exemplo (84), de fato, as duas orações do período descrevem eventos que estão numa relação de simultaneidade, sendo que a primeira é introduzida por *enquanto*. No entanto, além dessa leitura temporal, uma outra parece ser pertinente.

As orações “*a Tuca anda no cavalo de pau*” e “*o Guto fica montando foguete*” representam estruturas paralelas, o que permite também uma interpretação contrastiva.

Neves (1999b: 799), como apontado anteriormente¹⁹, sustenta que as construções temporais com *enquanto* podem adquirir um valor de “cotejo ou contraste”, o que pode minimizar, ou até anular, sua característica de simultaneidade. De novo, a questão da superposição pode ser retomada, tendo em vista a escala de categorias cognitivas de Heine et alii (1991), rerepresentada parcialmente abaixo:

ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

No caso da interpretação contrastiva conferida ao conectivo *enquanto*, observa-se que um item da categoria TEMPO, caracterizada como [+ concreta], é usado para codificar uma noção da categoria QUALIDADE, caracterizada como [+ abstrata].

¹⁹ Cf.: página 81.

Finalmente, o exemplo (85) traz uma oração temporal introduzida por *logo que*. O uso desse conectivo, ou locução subordinativa, traduz mais apropriadamente a relação temporal entre os eventos descritos na oração núcleo e na adverbial.

Em relação às condicionais, Neves (1999b: 830/831) sustenta que, além do *se*, outras conjunções expressam a mesma relação de condição entre duas orações. São elas: *caso* (1), *que* (2), *desde que* (3), *conquanto que* (4), *uma vez que* (5), *a menos que* (6), *sem que* (7), *a não ser que* (8), *salvo se* (9) e *exceto se* (10):

(88) *Caso a senhora não preste contas, levaremos o problema ao novo Presidente do Estado.*

(89) *Você não pode ver flor que não corra logo para cheirar.*

(90) *Desde que não sejam anônimas, as denúncias são apuradas, doa a quem doer.*

(91) *Conquanto que pudesse ler e escrever – o mais não tinha importância.*

(92) *Uma vez que essa premissa seja absorvida, a política degenera numa função correlativa à administração empresarial.*

(93) *A menos que o velho mantenha uma vida produtiva e participante, será condenado à marginalidade.*

(94) *A democracia não será efetiva sem liberdade de informação e não será exercida sem que esta esteja assegurada a todos os veículos de comunicação social.*

(95) *A não ser que você prefira ir a um teatro (olha o relógio no pulso) ainda dá tempo.*

(96) *Produtos da Zona não poderão ser reexportados pelos países importadores, salvo se houver prévio acordo com o país interessado.*

(97) *O jogo será reiniciado por um tiro livre indireto à equipe adversária, do lugar onde ocorreu a infração exceto se cometida dentro da própria área de meta.*

As conjunções condicionais presentes nos exemplos de (90) a (95) são casos do que se denomina, tradicionalmente, de *locuções conjuntivas*. Já nos exemplos (96) e (97), “a conjunção *se*, colocada em foco por um advérbio de exclusão, resulta nas expressões conjuntivas *salvo se* e *exceto se*, que correspondem a *a não ser que* (Neves, 1999b: 831).

Todavia, as estruturas encontradas na amostra foram, exclusivamente, construídas a partir do emprego da conjunção *se*, e de construções paratáticas, que se caracterizam pela ausência de juntor. Nenhum outro tipo de conectivo condicional foi usado pela criança. As codificações estruturais responsáveis pela expressão da condicionalidade nos dados são: estruturas paratática e hipotáticas introduzidas por *se*. Considere os exemplos abaixo:

(98) *Verônica 3;9: aperta muito e daí machuca, e daí machuca.*

(99) *Verônica 4;2: se por a mão assim queima, queima.*

(100) *Verônica 3;9: O mãe, eu impeto essa caneta qui a vovó compro pra mim, só si você calar a boca.*

(101) *Verônica 3;10: Só conto história pra você, se você me contá.*

Uma vez mais, é possível reinterpretar esses enunciados tendo em vista o *cline* de integração de cláusulas (Hopper e Traugott, 1993). Observa-se que, em relação às condicionais, não foram verificados casos de orações subordinadas, que representam a estrutura clausal mais integrada. Como apenas casos de parataxe, que se caracterizam por uma relativa dependência, e casos de hipotaxe, que se caracterizam pela interdependência entre as cláusulas, foram verificados, é possível dizer, que em relação às temporais, as orações condicionais representam estruturas com um grau de integração menor. No entanto, como já visto anteriormente, a identificação do nível de integração deve ser medida tendo em vista também outros fatores, como a correferencialidade de sujeitos e a manutenção de tempos e modos verbais. Todos esses aspectos ainda serão discutidos mais profundamente adiante.

O exemplo (98) representa uma estrutura coordenada, cujas orações estão interligadas por *e*. Vê-se que, aqui, uma mesma estrutura pode codificar mais de uma noção semântica, a saber *tempo, causa e condição*. Nesse momento são relevantes para o leitor/ouvinte as possibilidades de inferência a partir do contexto em que a estrutura está inserida, bem como questões a respeito do seu conhecimento de mundo.

Para Koch (1996), o *e* pode assumir diferentes significados nessas construções. Essa opinião é sustentada também por Fávero (1987) que admite que os conectores lingüísticos, como o *e*, podem exprimir valores semânticos diversos.

Tendo em vista as contribuições dessas autoras e a análise de (98), acredita-se que, pelo menos, há que se fazer algumas perguntas. Seria mesmo a conjunção *e* responsável pela

codificação da noção semântica, ou questões do nível textual e pragmático estariam em atuação? Nesse caso, a conjunção *e* estaria apenas ligando as duas orações.

Braga (*mimeo.*: 02) argumenta que, em seqüências de orações coordenadas interligadas por *e*, esta conjunção, desprovida de um valor semântico específico, “parece sinalizar apenas que mais material lingüístico vai ser apresentado”. Essa hipótese é totalmente coerente, uma vez que, como destaca a autora, o apagamento da conjunção não compromete a interpretação semântica. Todavia, essas questões não serão aprofundadas, já que as estruturas paratáticas não constituem objeto de análise para este trabalho.

Já o exemplo (99) representa, como se verá adiante, a estrutura mais prototípica nos dados: oração condicional anteposta a núcleo, introduzida por *se*, e correlação entre o futuro do subjuntivo na condicional e presente do indicativo na núcleo.

No caso das condicionais pospostas (100 e 101) notamos a presença do advérbio *só*, que parece bloquear a mobilidade dessas orações. Menezes Hirata (1999) também observou essa ocorrência e sugeriu que condicionais pospostas apresentam características peculiares, sendo construídas com elementos como *não* e *só*, explícitos ou recuperáveis no contexto.

A análise cruzada dos fatores *idade* e *tipo de conectivo*, propiciada pelo programa CROSTAB, revelou que há diferenças quanto ao tipo de conectivo, no tocante ao período inicial em que começam a ser produzidos. Apenas *quando* e *se* foram recorrentes nos sete períodos analisados²⁰. Os demais conectivos como *antes que*, *depois que*, *enquanto* e *na hora que* surgem

²⁰ Cf. Quadro 03 na página 61.

apenas a partir do segundo período (35 a 39 meses). Já o único caso de *logo que* ocorre apenas no sexto período (55 a 59 meses).

Os dados mostram que, no que tange à codificação estrutural das construções de tempo, elas correspondem mais freqüentemente às orações desenvolvidas introduzidas por *quando*. Todavia, outros tipos de conectivos temporais, bem como a presença de orações temporais reduzidas de gerúndio também foram registrados. O emprego desses outros conectivos, diferentes de *quando*, tem motivação semântica. Já as condicionais foram mais codificadas por oração desenvolvida, introduzida por *se*. As relações proposicionais de tempo e condição também foram expressas nos dados por uma seqüência de orações paratáticas, coordenadas e justapostas.

3.2.2) A ordem formal

Nesta parte, considero a posição das orações hipotáticas de tempo e condição em referência à oração núcleo com que se articulam. A investigação se desenvolve a partir de dois eixos, quais sejam, as questões relacionadas à motivação pragmática de cada posição e as questões relacionadas ao conceito de marcação.

Com referência ao primeiro aspecto arrolado acima, Bates e Machwhinney sustentam que “ao manusear a ordem dos constituintes, o falante, de uma certa forma, subverte as limitações do canal acústico-articulatório e consegue sinalizar significados, leituras, sutilezas que não se

deixam apreender tão somente pelo conteúdo referencial dos itens lexicais” (1987 *apud* Braga, 1999:09).

As diferenças semânticas decorrentes da posição de orações foram discutidas, entre outros, por Chafe (1984 *apud* Paiva, 1991) e por Ford (1988). O primeiro sustenta que as cláusulas de tempo, causa e condição, quando antepostas, funcionam como orientadoras do discurso (*guidepost*). Quando pospostas, no entanto, essas cláusulas exercem uma função de delimitação semântica da cláusula com que estão relacionadas. Essa particularidade se vê tanto na modalidade falada quanto escrita. Ford (1988), por sua vez, também defende que a posição das orações de tempo, em inglês, atende a motivações discursivas diferenciadas. Em se tratando de anteposição, a cláusula temporal funciona como elemento central no plano organizacional-discursivo, já a posposição apenas elabora ou especifica o significado da oração núcleo. Com relação às orações temporais, as que precedem a núcleo criam um *background* para os eventos que se seguirão. Em outras palavras, o que esses autores assumem é que a possibilidade de mobilidade das construções hipotáticas está diretamente ligada às estratégias discursivas do enunciatário (a propósito do português do Brasil, cf. Braga, 1999 e Decat, 1993).

Quanto à posição das orações hipotáticas na fala da criança, Reilly (1986:312) afirma que as orações temporais, e condicionais, podem também ocorrer tanto numa posição inicial quanto final no período, todavia, a autora não revela qual dessas posições é a não-marcada.

O segundo aspecto diz respeito ao caráter não-marcado da anteposição das orações de tempo e condição. Após investigar amostras de fala de brasileiros natos em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre, Braga (1995) sustentou que a ordem não-marcada

(neutra) dos enunciados temporais, na fala, é a anteposição. Já Crocci (1990) verificou que, na modalidade escrita do português do Brasil, a ordem neutra é a posposição, ou seja, uma ordem inversa àquela encontrada pela primeira. Esses resultados, longe de serem contraditórios, revelam que, como assevera Givón (1995), o fenômeno *markedness* está relacionado a aspectos contextuais. Os estudos de Decat (1993) também mostram que a posição das hipotaxes de realce (Halliday) é sensível ao registro.

Com efeito, a determinação do que seja marcado e não-marcado representa ponto de discussão entre alguns autores. Para Lyons, “a forma não-marcada tem um sentido mais geral ou uma distribuição mais ampla do que a forma marcada” (1979 *apud* Braga, *mimeo.*).

Givón (1995), por sua vez, ao tratar das questões envolvendo *markedness*, lembra que essa noção, apesar de ter origem bem mais antiga, foi desenvolvida pela Escola de Praga, inicialmente como um refinamento do conceito saussuriano de *valeur linguistique*, pautado nas oposições binárias. Os estudiosos dessa escola notaram que essas oposições binárias, na fonologia e na gramática, eram sistematicamente assimétricas.

Essa assimetria é responsável pelos valores marcado e não-marcado conferidos às categorias lingüísticas. Givón aponta três critérios para a identificação desses valores tendo em vista as categorias sintáticas, discursivas e conversacionais:

- (i) complexidade estrutural: estruturas marcadas tendem a ser mais complexas que suas correspondentes não-marcadas;

- (ii) frequência: categorias marcadas tendem a ser menos frequentes, logo cognitivamente mais salientes que uma categoria não-marcada correspondente;
- (iii) complexidade cognitiva: categorias marcadas tendem a ser cognitivamente mais complexas – em termos de esforço mental, atenção demandada ou tempo de processamento – que suas correspondentes não-marcadas.

Givón ressalta, no entanto, que *markedness* é um fenômeno que está atrelado às mudanças contextuais. Isto é, uma estrutura pode ser marcada em um contexto e não-marcada em outro. A título de exemplo, o autor cita o uso predominante de cláusulas ativas na comunicação oral do dia a dia. Passivas e outras cláusulas impessoais, por sua vez, predominam no discurso formal acadêmico. Sendo assim, no contexto da comunicação oral informal a passiva é a forma marcada e no contexto do discurso acadêmico escrito, a ativa é a forma marcada.

Com o intuito de identificar a ordem não-marcada das orações em pauta, apenas o conceito de *frequência* foi considerado. Braga (*mimeo*) apresenta justificativa relevante para o abandono dos dois outros critérios. No que tange a *complexidade estrutural*, Braga remonta a Croft que atesta que esse critério não se aplica a fenômenos de ordem. Em se tratando da *complexidade cognitiva*, ainda não dispomos de testes confiáveis, capazes de aferir tal fator.

No caso da variedade de fala que estou estudando, verifiquei que, embora as orações de tempo possam ocorrer *antepostas, pospostas e intercaladas*, a *anteposição* constitui a ordem

não-marcada. Os resultados obtidos em relação à ordem das orações temporais estão representados no Gráfico 02:

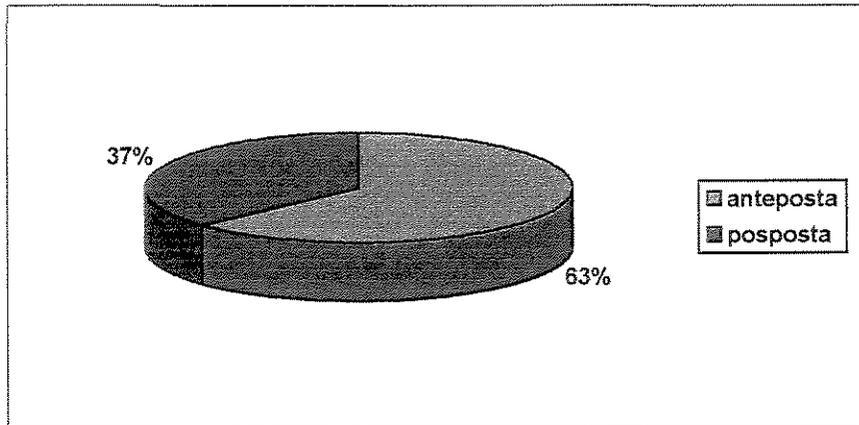


Gráfico 02: A ordem das temporais

Passo, agora, a análise de alguns exemplos e suas possíveis motivações:

(102) *An: Minha garganta já chorou.*

Adulto: Sua garganta... chorou?

An: Já chorou.

Ad: Cê tava querendo dizer que sua garganta já sarou!

Ad: Cê tava querendo dizer que sua garganta já sarou!

Anamaria 4:2: Sarou! Oh! Quando eu fui no parquinho eu não tava bem não.

Ad: Quando cê foi no parquinho, cê não tava bem? Tava com dor de garganta? Ué...? Que novidade é essa?

An: Eu tava com dô de garganta, né?

O exemplo (102) confirma as hipóteses de que a anteposição tem função na elaboração discursiva. Aqui temos uma temporal que sinaliza uma mudança na orientação (Labov, *apud* Louzada, 1991) do discurso, pois aponta uma mudança de tópico. A criança sinaliza, em (109), através de uma oração temporal um novo fato. A partir daí o discurso se centra nesse tópico, introduzido pela temporal, que funciona, portanto, como guia.

Os casos de orações intercaladas, foram analisados apenas qualitativamente, uma vez que a sua ocorrência se limitou a três casos apenas. Nos dados, esse tipo de construção parece indicar, como em (103), (104) e (105), um valor restritivo.

(103) *Anamaria 3;5: Neném, quando faz xixi na calça, fazi mesmu e tem tocá calcinha também.*

(104) *Adulto: Mas, antes eu vi. Quando eu cheguei você estava de calça*

Verônica 3;8: Ah... mentira. Tava cu camisola. Você pensô candu você ia tabalha... Qui eu tava cu camisola minha.

(105) *Verônica 3;11: Ah,né,mais ô dica, mais olha, é verdade q eu vou falar com a minha tia,hoje cando eu chegá na escola, que na escola, que na / que na escola da minha irmã quem ti e culiforme.*

Pode-se concluir a partir dos dados que a oração temporal intercalada exerce função específica dentro do período.

O cruzamento entre o fator *ordem* e *idade* revela que as temporais intercaladas emergem na fala da criança apenas por volta dos três anos de idade. Em relação às antepostas e pospostas, elas são mais tardias, já que aquelas começam a ser produzidas por volta dos dois anos de idade.

Vale, no entanto, ressaltar que os únicos casos de orações intercaladas, no *corpus*, estão restritos aos enunciados temporais. Não foi observado nenhum caso de oração condicional intercalada. Esses resultados divergem daqueles obtidos por Neves e Braga (1998: 199). Segundo análise das autoras a respeito das construções de tempo e condição, na fala adulta, constatou-se que os casos de intercalação da oração hipotática são, relativamente, freqüentes nas segundas (14,5%) e mais raros nas primeiras (1,5%).

Neves e Braga (1998: 200) sustentam que a maior incidência de casos de intercalação, bem como de conectivos antecedendo os enunciados condicionais, associadas ao fato de que essas construções sofrem maior restrições à mobilidade, parecem confirmar a hipótese de que “as orações do enunciado de condição estariam mais integradas a seu núcleo, e, conseqüentemente, mais gramaticalizadas do que as de tempo”.

Como se vê, os dados da fala da criança apontam para uma direção contrária, parecendo, a princípio, que as orações de tempo são mais integradas do que as de condição. Todavia, ainda é muito cedo para conclusões. O grau de integração dessas orações será medido a partir dos parâmetros correlação modo-temporal e compartilhamento de sujeitos, fatores que analisarei oportunamente.

As cláusulas temporais pospostas, por seu turno, têm funções outras dentro do discurso. Os dados analisados corroboram a hipótese de que orações temporais pospostas delimitam o conteúdo proposicional da oração núcleo. Considere a esse respeito os exemplos (106) e (107):

(106) *Verônica 3;10: comi o pudim todo, a Gabi q num viu eu comê, ela num chorou candu eu tava cumendo...*

(107) *Verônica 4;2: Então eu vô contá só quando eu dormi.*

Notamos aqui que, em (106), a oração de tempo restringe a realização do evento ou estado de coisas expresso na oração núcleo. Em (107), observamos a presença da partícula *só* que, como se verá adiante, precede constantemente as adverbiais, tanto antepostas quanto pospostas. A presença de *só* restringe ainda mais o evento descrito na núcleo.

No casos das orações de condição, a ordem não-marcada para as condicionais nos dados é, como verificado por Menezes Hirata (1999) e Neves (1999), de fato, a anteposição, independente do tipo de modalidade, falada ou escrita, e também do tipo de falante, adulto ou criança.

Neves (1999b: 836) advoga que, do ponto de vista lógico-semântico, a anteposição das construções condicionais pode ser relacionada ao princípio de iconicidade. A seqüência das orações teria a seguinte configuração:

- i) **enuncia-se primeiro a ocorrência de um estado de coisas como assentamento de uma condição (prótase), que pode ou não ser satisfeita;**

- ii) a partir daí (e, portanto, em subsequência), enuncia-se um estado de coisas como factual/contrafactual/eventual (apódose), em dependência do preenchimento daquela condição (Neves, 1999: 836).

A atribuição que, constantemente, se faz às orações condicionais é a de que elas podem funcionar com *tópico*, e, sendo assim, a anteposição tem papel crucial nessa classificação. O *tópico* corresponde àquela “porção do discurso sobre a qual se vai dizer alguma coisa” e, portanto, ocupa a primeira posição no enunciado. Segue-se, ao *tópico*, o comentário, ou “o que se diz sobre esse *tópico*” (Neves, 1999b: 836).

Os resultados, no que tange à ordem das condicionais na fala da criança, estão apresentados no gráfico 03:

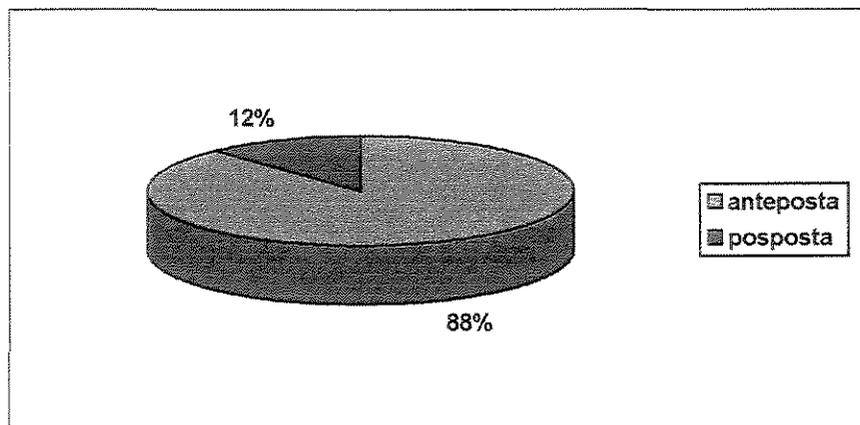


Gráfico 03: Ordem das condicionais

Os exemplos abaixo mostram orações condicionais antepostas e pospostas. Nos dois casos vemos que a posição da oração tem implicações nas suas características semânticas e discursivas.

(108) *V 3;10: O mãe, eu impesto essa caneta qui a vovó compro
pra mim, só si você calar a boca.*

Orações condicionais pospostas também funcionam como delimitadoras do conteúdo expresso na núcleo. Em (108), a presença da partícula *só* antecedendo a condicional aumenta o caráter delimitador dessa oração. O que parece é que, em (108), a condição a ser preenchida é indispensável para que a ação expressa na núcleo de fato se concretize, ou seja, vê-se, explicitamente, uma relação de implicação.

Em (109), como apontado acima, a condicional posposta também funciona como delimitadora do conteúdo da núcleo.

(109) *Adulto: Quer dizer que amanhã depois de amanhã nós
vamos de carro
A: E de Passat
Ad: E se fosse de avião, cê ia gostar?
A: não!
(Ad ri)
A: gostava?
Ad: Eu acho que ia gostar sim, cê não tem medo de nada
Anamaria 4;1: A: Mas eu tenho medo se eu cair no avião.
(M e A riem)*

Os casos de orações condicionais antepostas, por sua vez, possuem características semânticas e discursivas semelhantes às das temporais. Em (110), vê-se que, por meio de uma condicional anteposta, insere um novo tópico na conversa. A configuração da seqüência desse enunciado está de acordo com a descrição de Neves, acima. Primeiro a criança enuncia um *tópico* e depois o comentário sobre o tema introduzido pelo próprio tópico. As condicionais compartilham, nesse momento, as noções de tópico e de *guia* (Chafe, Ford), pois, ao introduzir um novo tópico, também orientam um discurso na direção de um novo tema.

- (110) *Adulto: Vovó fez bolo pra você, filhinha?*
Anamaria: Não, mãe, cê segura minha bota aí, mãe?
Ad: Seguro. Cê não qué contá pra mamãe o que aconteceu lá na vovó, bem?
An: Não
Ad: hum
Anamaria 3;11: Eu goto/ Mãe, se tiver papel no chão desse aqui cê me mosta, viu?
Ad: Essas ficha de computador, do papai
An: cuidado com o negócio, aí, heim?
Ad: que negócio?
An: o fio
Ad: Ah, o fio. Filha de Deus! Volta logo viu?
(Anamaria – sessão 51 – 13/11/77 – pasta 06 – p. 38/9 – 20)

As estatísticas e exemplos considerados mostram, então, que as orações hipotáticas analisadas podem ocorrer em diferentes posições, sendo que cada uma parece estar associada a motivações discursivas específicas.

Anterior a essa análise do *corpus*, que reúne as falas das quatro crianças, procedi a uma outra que priorizou o estudo estatístico de cada falante. Uma vez que se tratava de um número pequeno de dados, bem como de falantes com um mesmo comportamento lingüístico, optei pela almagamento desses dados: as afirmações feitas a partir de um *corpus* maior são, estatisticamente, muito mais confiáveis.

A análise do fator **ordem formal**, tendo em vista a fala das quatro crianças separadamente, revelou que não há diferenças substanciais entre os resultados apresentados acima e os que mostrarei a seguir. A Tabela 02 mostra que tanto na análise total quanto na individual prevalece a mesma distribuição para o ordem marcada e não marcada das orações de tempo e condição:

Falante	anteposição	posposição
Anamaria	63%	37%
Daniela	75%	25%
Raquel	57%	42%
Verônica	65%	35%

Tabela 02: Ordem da orações de tempo vs. falante

Os dados comprovam que a ordem não-marcada das orações temporais é, de fato, a anteposição, haja vista que ela se mantém inalterada até mesmo na fala individual de cada falante.

Já em relação à ordem das condicionais, a anteposição também comprovou-se ser a ordem não-marcada quando analisadas as falas individuais das quatro crianças. No entanto há que se fazer algumas considerações, dado, por exemplo, os resultados mais polarizados de Daniela e Raquel.

Embora notemos que todas as condicionais produzidas por essas duas crianças sejam antepostas, essas células são não confiáveis, uma vez que as ocorrências de condicionais na fala dessas crianças restringem-se a 5 e 3 casos, respectivamente. Por seu turno, a distribuição na fala de Verônica, apesar de acompanhar as percentagens verificadas, mostra um aumento na produção de condicionais pospostas. Anamaria, por sua vez, é a que apresenta os resultados mais prototípicos em relação à análise anterior.

Falante	anteposição	posposição
Anamaria	87%	13%
Daniela	100%	-
Raquel	100%	-
Verônica	70%	30%

Tabela 03: Ordem da orações de condição vs. falante

A análise contrastiva dos resultados a que se chegou por um e outro procedimento revelou que as diferenças no comportamento lingüísticos dos falantes investigados são pouco

significativas. Cumpre ressaltar que esses resultados requerem cautela, pois trata-se de células pequenas e, portanto, não confiáveis.

3.2.3) A correlação modo-temporal

Ao longo deste trabalho, ficou evidente em vários momentos, a importância da correlação modo-temporal. Uma das hipóteses é que elas decorrem do tipo de relação semântica. Nesse caso, as orações temporais privilegiariam um tipo de correlação e as condicionais, outro. Uma outra indagação levantada aqui diz respeito ao papel das correlações modo-temporais na atribuição de um caráter [- hipotético] ou [+ hipotético] para as orações em pauta.

Neves e Braga (1998: 202) asseguram que, tradicionalmente, na literatura clássica e também na lingüística moderna, é previsto que existe “uma dependência, ao menos parcial, do tempo da oração hipotática em relação ao da sua nuclear”. Todavia, as autoras não conseguiram identificar uma efetiva determinação entre tempos e modos, o que as levou a concluir que essa variável não poderia ser usada como um parâmetro capaz de validar empiricamente essa hipótese da ‘dependência modo-temporal’ (Neves e Braga, 1998: 206) .

Em relação a essa variável, as autoras mostraram que há diferenças pertinentes entre as orações de tempo e condição. As primeiras, “tendem a manter o mesmo modo na oração nuclear e na hipotática, preservando o tempo em cerca de 80% dos casos, resultado que, especialmente quanto ao modo, tem de ser avaliado com cautela, já que o *corpus* examinado apresentou

predominância quase absoluta de orações de tempo iniciadas por *quando*, conectivo favorecedor do uso do indicativo” (Neves e Braga, 1998: 202 e 203). Já no caso das orações condicionais, Neves e Braga (1998: 203) observaram uma manipulação mais rica do modo verbal.

A análise das correlações modo-temporais empregadas nos enunciados temporais produzidos pelas crianças revelou um número de combinações, de certo modo, elevado. No entanto, muitos casos ficaram restritos a apenas uma ocorrência²¹. Os resultados estão explicitados no quadro abaixo²².

Oração núcleo	oração temporal	Nº	%	frase
Presente do indicativo	presente do indicativo	43	27,21	118
	futuro do subjuntivo	25	15,82	119
	futuro do indicativo (perífrase: ir + infinitivo) ²³	04	2,53	120
	pretérito perfeito do indicativo	01	0,63	121
	pretérito imperfeito do indicativo	04	2,53	122
	outros	07	4,43	123

²¹ Muitos exemplos (ver quadro de ex.), durante a análise, suscitaram dúvidas quanto a conjugação por tratarem-se de frases incompletas ou até mesmo “mal” elaboradas.

²² As frases indicadas nessa e na próxima tabela encontram-se em anexo.

²³ No português falado do Brasil, sabe-se que o grande morfema de futuro é o verbo *ir*, sendo que o futuro do indicativo aparece, nos dados sob a forma perifrástica: *ir+infinitivo*.

	Total	84	52,16	
futuro do indicativo	futuro do subjuntivo	19	12,02	124
(perífrase: ir + infinitivo)	presente do indicativo	03	1,90	125
	pret. perfeito do indicativo	01	0,63	126
	futuro do indicativo (perífrase: ir + infinitivo)	01	0,63	127
	outros	01	0,63	128
	Total	25	15,82	
pret. perfeito do indicativo	pret. perfeito do indicativo	10	6,32	129
	pret. imperfeito do indicativo	08	5,06	130
	outros	01	0,63	131
	Total	19	12,02	
pret. imperfeito do ind.	pret. imperfeito do ind.	06	3,79	132
	pret. perfeito do ind.	03	1,90	133
	Total	09	5,69	
Modais	futuro do subjuntivo	05	3,16	134
	presente do indicativo	02	1,26	135
	futuro do indicativo (perífrase: ir + infinitivo)	01	0,63	136
	Total	08	5,06	

Infinitivo	futuro do subjuntivo	03	1,90	137
	presente do indicativo	01	0,63	138
	Total	05	3,16	
Outros	futuro do subjuntivo	04	2,53	139
	outros	03	1,90	140
	presente do indicativo	01	0,63	141
	modais	01	0,63	142
	Total	09	5,69	
TOTAL		158	100	

Quadro 06: Correlação tempo-modo nos enunciados temporais

O Quadro 06 mostra que a correlação entre tempos e modos verbais mais freqüente nos enunciados temporais da amostra é a que une presente do indicativo na núcleo e na temporal (27,21%). Seguem-se pela ordem as combinações entre presente do indicativo na núcleo e futuro do subjuntivo na temporal (15,82%); futuro do indicativo (perífrase: ir + infinitivo) na núcleo e futuro do subjuntivo na temporal (12,02%); pretérito perfeito do indicativo na núcleo e na temporal (6,32%) e pretérito perfeito na núcleo e pretérito imperfeito do indicativo (5,06%). A correlação entre verbos modalizados na núcleo e futuro do subjuntivo na temporal é responsável por 3,16% dos dados. Estruturas com o presente do indicativo na núcleo e futuro do indicativo (perífrase: ir + infinitivo), bem como com presente do indicativo na núcleo e pretérito imperfeito

na temporal correspondem a 2,53% dos casos. O presente do indicativo na núcleo combinado com outros tempos e modos verbais variados, que na tabela são identificados como *outros*, corresponde a 4,43% das ocorrências. O conjunto das demais combinações representam 17,06% da amostra, embora analisadas em separado constituam menos de 3% das ocorrências.

Os resultados obtidos mostram que as cláusulas temporais são mais freqüentemente construídas com o futuro do subjuntivo, independente do tipo de verbo da núcleo. Analisando somente o tipo de verbo da temporal verifiquei que 35,44% das ocorrências correspondem a orações construídas com o futuro do subjuntivo. Aquelas construídas com o presente do indicativo correspondem a 31,64%. As temporais construídas com o pretérito imperfeito e perfeito do indicativo correspondem a 11,39% e 9,49%, respectivamente. O restante das ocorrências está dividido entre orações construídas com modais (0,63%), futuro do indicativo (perífrase: *ir + infinitivo*) (3,79%) e combinações variadas (7,59%)²⁴.

A predominância da correlação entre presente do indicativo na núcleo e temporal e presente do indicativo na núcleo e futuro do subjuntivo na temporal já fora verificada também por Braga (1999). No entanto, nos dados da autora, o primeiro tipo corresponde a 60,5% dos casos. Já o segundo tipo foi observado em apenas 1,5% das ocorrências. No *ranking* das correlações mais usadas, Braga (1999: 450) constatou que a segunda posição estava preenchida por ocorrências motivadas “pelo jogo entre aspecto perfectivo/imperfectivo, no tempo pretérito, tão relevante para a codificação dos efeito de figura e fundo (Hopper e Thompson, 1980)”.

²⁴ Chamei de combinações variadas aqueles casos que, por serem raros, foram englobados num único fator, que recebeu a denominação de “outros”.

Embora, no caso da fala infantil, essa correlação entre os tempos pretérito perfeito e imperfeito do indicativo também esteja entre as mais usadas, ela ocupa o terceiro lugar no *ranking* das correlações modo-temporais.

No caso da amostra analisada aqui, o que chama atenção é o alto número de ocorrências com o futuro do subjuntivo na temporal, seja combinado com o presente do indicativo ou com qualquer outra forma verbal.

Como o futuro do subjuntivo está fortemente associado às orações condicionais, dado seu valor de eventualidade, a hipótese que se sustenta é a de que, na fala da criança, a noção de condição está muito veiculada à noção de tempo, o que motivaria o alto índice dessa forma verbal nas construções temporais mesmo introduzidas por *quando*, conectivo que, como indicado por Neves e Braga, acima, favorece o uso do indicativo.

Essa hipótese está pautada no *continuum* das categorias cognitivas de Heine et al. (1991), apresentado anteriormente. Dentro dessa perspectiva, a categoria tempo é mais básica e, por isso, pode metaforizar categorias mais abstratas, como causa e condição.

A grande recorrência de orações temporais construídas a partir do futuro do subjuntivo pode explicar, parcialmente, aqueles inúmeros casos em que noções temporais e condicionais se superpunham. No entanto, é preciso lembrar os casos de temporais com referência futura que, embora também envolvam o uso do futuro do subjuntivo, não podem ser parafraseados por *se*. A conclusão que se chega é a de que a atribuição do caráter mais ou menos hipotético a uma determinada oração deve levar em conta não apenas a correlação modo-temporal, mas também as características semânticas dos estados de coisas descritos.

É interessante ressaltar que os enunciados temporais da amostra analisada se caracterizam pela manutenção do mesmo tempo e modo verbal na oração núcleo e temporal. Como dito anteriormente, vários autores, baseados em Lehmann (1988), associam essa concordância entre tempos e modos verbais, bem como a identidade dos sujeitos etc., a uma maior integração (ou entrelaçamento) clausal.

Em relação às construções condicionais, o número de correlações modo-temporais observado é mais reduzido em comparação com as temporais. De uma maneira geral, essas correlações estão encerradas na combinação entre presente do indicativo e futuro do subjuntivo, sendo que pretérito perfeito e imperfeito do indicativo são empregados escassamente. Observou-se também o uso de futuro do indicativo (perífrase: ir + infinitivo) e expressões modalizadas na núcleo mas sempre relacionadas ao futuro do subjuntivo. Os resultados obtidos encontram-se no Quadro 07, abaixo.

oração núcleo	oração condicional	N^o	%	frase
Presente do indicativo	futuro do subjuntivo	33	66,0	143
	presente do indicativo	01	2,0	144
	pretérito perfeito do indicativo	02	4,0	145
	total	36	72,0	
futuro do indicativo (perífrase: ir + infinitivo)	futuro do subjuntivo	10	20,0	146
	total	10	20,0	

futuro do subjuntivo	presente do indicativo	01	2,0	147
	total	01	2,0	
pret. perfeito do indicativo	pret. perfeito do indicativo	01	2,0	148
	total	01	2,0	
Modais	futuro do subjuntivo	02	4,0	149
	total	02	4,0	
TOTAL		50	100	

Quadro 07: Correlação modo-temporal nos enunciados condicionais

Contrariando o que fora observado nas construções de tempo, em relação às condicionais a correlação modo-temporal mais freqüente é aquela que traz o presente do indicativo na núcleo e o futuro do subjuntivo na condicional (66%). Esse tipo de combinação é seguido, pela ordem, por enunciados que trazem o futuro do indicativo (perífrase: ir + infinitivo) na núcleo e o futuro do subjuntivo na condicional (20%) e por aqueles que têm o presente do indicativo na núcleo e pretérito perfeito do indicativo na condicional e expressões de verbos modalizados na núcleo e futuro do subjuntivo na condicional (4%). A correlação entre presente do indicativo na núcleo e na condicional, bem como pretérito perfeito na núcleo e na condicional e futuro do subjuntivo na núcleo e presente do indicativo na condicional corresponde, individualmente, a apenas 2% dos dados. Já o pretérito imperfeito não foi usado nos enunciados condicionais. Vê-se que, para as condicionais, o contraste entre fundo/figura não é tão relevante como para as temporais, em que a correlação entre pretérito perfeito e imperfeito do indicativo ocupa posição privilegiada.

Esses números são compatíveis com aqueles obtidos por Neves (1999:507) que observou que, nos seus dados, apenas 7% dos casos empregavam “formas temporais diretamente ligadas com telicidade, como o pretérito perfeito”.

Todavia, esses resultados podem estar sendo determinados pelo tipo de gênero discursivo predominante na amostra. Embora esse aspecto não tenha sido, efetivamente, controlado neste trabalho, a impressão é que as orações condicionais tenham ocorrido mas freqüentemente em seqüências argumentativas. Nesse caso, o traço [telicidade] seria irrelevante, o que estaria atuando diretamente na baixa incidência de pretérito perfeito do indicativo.

Os resultados mostram também que, independentemente do verbo da núcleo, 90% das condicionais foram construídas com o futuro do subjuntivo. Nesse ponto, observamos um ponto de congruência com as temporais. Condicionais com o pretérito perfeito do indicativo correspondem a apenas 6% e as com presente do indicativo representam 4% das ocorrências.

Os enunciados condicionais se caracterizam por apresentar tempos e modos verbais diferentes na núcleo e na hipotática. Verifica-se, aqui, uma convergência com os resultados obtidos por Neves (1999), que constatou que 50% das ocorrências apresentaram o verbo da prótase no subjuntivo e o da apódose no indicativo.

Tendo em vista a hipótese de Lehmann (1988) de que a concordância entre tempos e modos verbais, na oração nuclear e hipotática pode indicar um maior grau de integração entre essas orações, os resultados aqui apresentados podem ser interpretados da seguinte forma: as orações temporais, que se caracterizam pela identidade entre tempos e modos verbais, constituem

a estrutura mais integrada, em comparação com as condicionais, que se caracterizam pelo uso de tempos e modos verbais diferentes.

Vale lembrar que, para se determinar o estatuto de integração de uma construção, outros fatores devem ser considerados. É o que farei posteriormente, ao analisar as variáveis correferencialidade e formas de expressão dos sujeitos nas orações de tempo e condição.

Como na sessão anterior, procedi à análise dos atributos sintáticos tendo em vista a fala individual das quatro crianças. No tocante à correlação modo-temporal, a investigação mostrou que, de uma maneira geral, os resultados são coerentes com os apresentados outrora.

Dentre as correlações modo-temporais presentes nas construções temporais, a mais empregada pelas crianças individualmente foi a que une presente do indicativo na núcleo e na temporal. No tocante à segunda correlação modo-temporal mais utilizada pelas crianças, na fala de três das quatro crianças, essa posição é ocupada pela combinação entre presente do indicativo na núcleo e futuro do subjuntivo na temporal. Apenas na fala de Raquel a correlação entre futuro do indicativo (perífrase *ir + infinitivo*) na núcleo e futuro do subjuntivo na temporal foi a segunda mais usada. Já em relação à terceira posição no *ranking* das correlações mais empregadas, nota-se algumas discrepâncias entre as falas individuais. Daniela, por exemplo, contrariando os resultados gerais, utiliza-se apenas de duas correlações modo-temporais na construção de orações de tempo, o que impede a identificação de uma terceira posição. Quanto às outras crianças, não há uma homogeneidade em relação às demais correlações modo-temporais. Embora as correlações empregadas sejam as mesmas, nota-se uma discreta diferença

no que se refere às porcentagens individuais. Salienta-se que esses resultados baseiam-se em células muito pequenas e, portanto, do ponto de vista estatístico, requerem cautela.

Já em relação às orações de condição, há que se destacar, de novo, que as células de Daniela e Raquel são não confiáveis, pois se resumem a apenas 5 e 3 ocorrências, respectivamente.

Resultados anteriores mostraram que as condicionais apresentavam um número de correlações modo-temporais bem inferior àquelas verificadas nas temporais. Essa diferença se manteve na análise da fala individual das crianças. Dentre as correlações observadas nas construções condicionais, identifica-se a combinação entre presente do indicativo na núcleo e futuro do subjuntivo na condicional como a mais recorrente na fala individual das crianças. Contudo, em relação à segunda correlação mais usada, nota-se pequenas diferenças entre os falantes. Anamaria e Verônica apresentaram a combinação entre futuro do indicativo (*perífrase ir + infinitivo*) na núcleo e futuro do subjuntivo na condicional como a segunda correlação mais usada na construção de condicionais. Raquel e Daniela, por seu turno, exibiram nessa mesma posição a combinação entre futuro do subjuntivo na núcleo e presente do indicativo na condicional.

Observa-se, mais uma vez, que, num contraponto entre as análises individuais e coletiva, as diferenças são pouco significativas.

3.2.4) Formas de expressão dos sujeitos

Um dos critérios propostos por Lehmann (1988.) para verificar o grau de articulação entre cláusulas refere-se ao compartilhamento de alguns elementos - sujeitos, predicados, tempos e aspectos verbais - pelas orações interligadas. O autor sustenta que a integração de duas orações pode estar associada à variação entre um pólo de completa disjunção (*clauses disjunct*) a outro de máxima identidade (*clauses overlapping*)²⁵ (Lehmann, 1988: 209).

Sendo assim, a explicitude e a correferencialidade do sujeito constituem parâmetros eficientes para medir o grau de entrelaçamento dos sujeitos de cláusulas vinculadas e, conseqüentemente, das próprias orações. A presença dos traços [- explicitude] e [+ correferencialidade] do sujeito indicam um grau de entrelaçamento forte entre duas orações; já a presença dos traços [+ explicitude] e [- correferencialidade] indicam, por seu turno, um grau de entrelaçamento fraco (Carvalho, *no prelo*). De acordo com Carvalho, “a depender do tipo de estrutura que se considere (por exemplo, em algumas construções encaixadas), a correferencialidade pode restringir o uso de sintagma nominal pleno e de anáfora pronominal em favorcimento do emprego de anáfora zero”. A autora propõe, então, um esquema para o grau de entrelaçamento - fraco e forte - de sujeitos de cláusulas complexas:

²⁵ Cf. Página 33.

ENTRELAÇAMENTO DE SUJEITOS

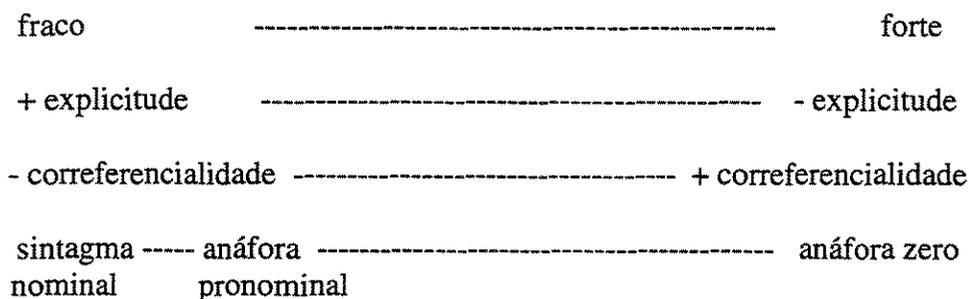


Figura 02: Continuum do entrelaçamento de sujeitos (Carvalho, no prelo)

Com relação às orações de tempo e condição, existe o trabalho de Neves e Braga (1998:200), que investiga a variável *explicitação do sujeito*, com o objetivo de identificar qual dessas construções estaria mais integrada, e, portanto, mais gramaticalizada. Os resultados empíricos mostram um maior índice de anáfora zero nas orações de condição. Admitindo que a presença de anáfora zero constitui um “índice confiável” do grau de integração de orações, as autoras concluem que as condicionais podem ser consideradas estruturas mais gramaticalizadas do que as temporais.

Quanto à variedade que venho examinando, os resultados, com respeito às formas de expressão dos sujeitos nas orações de tempo e condição, revelam um maior número de anáfora zero nas segundas, o que, pode representar um grau forte de integração. Por outro lado, os poucos casos de sujeitos expressos por SN pleno, indício de grau fraco de entrelaçamento, ocorreram apenas nas temporais. Tais resultados podem ser contemplados na tabela que apresento a seguir.

TEMPO	anteposta	posposta	TOTAL
SN pleno	11 6,96%	03 1,9%	14 8,86%
anáfora pronominal	54 34,17%	41 25,95%	95 60,12%
anáfora zero	35 22,15%	14 8,86%	49 31,01%

Tabela 04: Formas de expressão dos sujeitos na oração temporal

CONDIÇÃO	anteposta	posposta	TOTAL
anáfora pronominal	24 48%	05 10%	29 58%
anáfora zero	20 40%	01 2%%	21 42%

Tabela 05: Formas de expressão dos sujeitos na oração condicional

No que concerne à expressão do sujeito por meios anafóricos, os resultados acima mostram que as duas apresentam percentagens mais elevadas para anáfora pronominal embora as condicionais sejam responsáveis pela maioria dos casos de anáfora zero.

A princípio, parece que temporais e condicionais poderiam ocupar, respectivamente, as extremidades esquerda e direita do *continuum* de entrelaçamento de sujeitos. No entanto, “a realização do sujeito (...) é sensível a outros condicionamentos lingüísticos além do tipo de oração” (Neves e Braga, 1998: 201). A ordem da oração, bem como a correferencialidade entre

sujeitos pode ser um deles. Com vistas a verificar tal hipótese, confeccionei a Tabela 06²⁶, a partir do cruzamento²⁷ entre as variáveis *correferencialidade* e *formas de expressão dos sujeitos*.

TEMPO		Anteposição		Posposição		TOTAL
		No.	%	No.	%	
Sujeitos [+ correferenciais]	SN pleno	3/11	27,5	1/3	33,5	14
	anáfora pron.	25/54	46,5	20/41	49,0	95
	anáfora zero	10/19	52,5	6/7	85,5	26
total		84		51		135
CONDIÇÃO						
sujeitos [+ correferenciais]	anáfora pron.	10/24	42,5	1/5	20,0	29
	anáfora zero	2/19	10,55	1/1	100,0	20
	total	43		06		49

Tabela 06: Correferencialidade e realização dos sujeitos e ordem das orações temporais e condicionais

Os resultados acima mostram que, em se tratando de orações de tempo, as diferenças mais significativas se restringem às instâncias de anáfora zero, que é favorecida pela posposição da oração de tempo, combinada com a correferencialidade entre sujeitos das orações núcleo e hipotática. Em relação as duas outras formas de expressão do sujeito - anáfora

²⁶ Essa tabela representa a síntese de duas outras que encontram em anexo.

²⁷ O cruzamento de variáveis é feito no programa CROSTAB, que integra o pacote VARBRUL.

pronominal e SNs plenos – o efeito da posição se dilui. Observe que as diferenças percentuais para anteposição e posposição são pouco significativas.

Com referência às orações de condição, as interpretações requerem maior cuidado, haja vista a quantidade de células não confiáveis. Como em relação às condicionais pospostas não é possível se fazer afirmações seguras, tendo em vista o pequeno número de dados, discutirei apenas os resultados para a anteposição. A tabela mostra que condicionais antepostas com sujeitos correferenciais privilegiam o uso de anáfora pronominal. Os casos de anáfora zero, por sua vez, são mais recorrentes nas condicionais antepostas com sujeitos não correferenciais (17/19 = 90%). Salientem-se, por fim, a não-ocorrência de SNs plenos nas orações de condição.

Todavia esse alto índice de orações condicionais com sujeitos não correferenciais codificados por anáfora zero é, no mínimo, intrigante. Esses casos representam orações antepostas com sujeitos genéricos, como (111) e (112):

(111) *Adulto: Que que é árvore de Natal?*
Anamaria 4;0: Qui conde a/ se querer uma boneca, se querer uma boneca de Peguinha, iconde na ave de Natal.

(112) *Anamaria 3;5: Guaraná gosto, mas se por canudinho eu gosto.*
M: Se por canudinho?
A: é
M: E se não por?
A: Se não por, eu choro.

Esses casos parecem estar na contra-mão das propostas de Lehmann (1988), já que o *continuum* de entrelaçamento do sujeitos indica que casos de anáfora zero estão associados a sujeitos [+ correferenciais].

A utilização das variáveis *formas de expressão, correferencialidade*, como parâmetro para medir o grau de vinculação das orações mostrou que as temporais e condicionais constituem estruturas com fraco grau de entrelaçamento, já que apresentam, na maioria das ocorrências, sujeitos [+ explícitos], [- correferenciais] codificados por anáfora pronominal.

Entretanto, admitindo que a presença de anáfora zero pode indicar um grau forte de vinculação clausal, os resultados demonstram que as estruturas condicionais podem ser consideradas mais integradas. E, uma vez que a presença de SN pleno pode indicar, por seu turno, um grau fraco de vinculação, parece se confirmar o fato de que, no que tange ao parâmetro *entrelaçamento*, as construções temporais representam estruturas menos integradas.

No que concerne à expressão do sujeito, a análise estatística de cada falante também se mostrou coerente com a apresentada acima. A expressão dos sujeitos por meios anafóricos foi predominante na fala das quatro crianças, sendo que tanto as temporais quanto condicionais apresentaram percentagens mais elevadas para anáfora pronominal. A exceção fica por conta da predominância de casos de anáfora zero nas condicionais produzidas por Daniela. No entanto, vale lembrar que essa célula é, estatisticamente, não confiável devido à pequena quantidade de dados. Na comparação entre as duas orações em pauta, verifica-se uma tendência a um índice maior de casos de sujeitos expressos por anáfora zero nas condicionais. Nesse caso, as condicionais produzidas por Raquel representam uma exceção, uma vez que os sujeitos dessas

orações são expressos apenas por anáfora pronominal. Todavia, lembro mais uma vez que esses resultados são não confiáveis, pois trata-se de um pequeno número de dados.

3.3) Qual a relação entre Tempo e Condição na fala da criança?

Tendo em vista a análise desenvolvida neste trabalho acerca das construções temporais e condicionais, creio ser possível levantar uma questão, qual seja, “*Por que as temporais são mais frequentes?*”

Verifiquei, nas amostras de fala analisadas, que as construções temporais sempre estiveram à frente das condicionais no que se refere à quantidade. Ambas surgem na fala da criança por volta dos 2 (dois) e 3 (três) anos de idade. Num mesmo período analisado, a saber de 30 a 34 meses, comprovei que as orações temporais correspondem a 66% dos dados, contra apenas 34% dos casos de orações condicionais. Nos períodos seguintes o número de orações foi aumentando progressivamente, sendo que a ocorrência de temporais sempre foi superior às de condicionais²⁸.

²⁸ A exceção é a última fase, que registrou um maior índice de condicionais. Todavia, esses resultados requerem cautela, pois, como se verá adiante, houve uma diminuição na quantidade de material analisado a partir da quarta fase.

períodos	temporais	condicionais
1) 30-34 meses	06 66%	03 34%
2) 35-39 meses	19 90%	02 10%
3) 40-44 meses	17 74%	06 26%
4) 45-49 meses	84 73%	25 23%
5) 50-54 meses	22 84,5%	04 15,5%
6) 55-59 meses	07 64%	04 36%
7) 60 meses ou mais	03 34%	06 64%

Quadro 08: Cronologia da aquisição de orações temporais e condicionais

No Quadro 08, com a distribuição das orações ao longo dos meses, merece algumas considerações.

A produção tanto de orações temporais como de condicionais sofre uma queda a partir do 50 meses, fato que certamente não corresponde ao número de construções reais realizadas pela criança. A partir desse período houve uma diminuição considerável, em relação aos períodos anteriores, no que diz respeito à quantidade de material analisado, o que compromete os números expostos no Quadro 08. Comparando-se os materiais consultados referente aos períodos de 1 a 4 com aqueles referentes aos períodos de 5 a 7, a média para cada um desses subgrupos corresponde, respectivamente, a 1356,5 e 788 páginas.

Cumprido ressaltar, também, que a quantidade de orações temporais e condicionais pode estar sendo influenciada pelo tipo de gênero discursivo, que, por acaso, esteja predominando nas amostras de fala investigadas.

Na literatura consultada há uma afirmação recorrente, qual seja, a de que os tipos de condicionais emergem mais tardiamente na fala da criança. Segundo Slobin (1975), tal fato constituiria uma evidência a favor da hipótese de que a noção de TEMPO pode ser considerada, psicologicamente, mais saliente do que CONDIÇÃO. Para esse autor, a categoria saliência está relacionada com a ordem de aparição e de desenvolvimento de uma determinada categoria gramatical na fala da criança.

A partir dos dados que analisei, no entanto, o que posso afirmar é que as orações de tempo ocorrem em maior número do que as condicionais. Esses resultados podem ser discutidos tendo em vista os critérios propostos por Givón (1995) a respeito da conceito de marcação. Como apresentei previamente, segundo o autor, *markedness* pode ser avaliado a partir de três critérios: frequência, complexidade formal e cognitiva. Quanto ao primeiro, as estruturas mais frequentes seriam não-marcadas. Quanto aos outros dois critérios, Givón não explicita quais os fatores responsáveis pela aferição dos graus de maior ou menor complexidade. Todavia, Givón propõe que estes três critérios devem convergir. No entanto, nem sempre isso se dá, como por exemplo, no caso da ordem formal das orações.

Contudo, levando em consideração os resultados obtidos neste trabalho, pode-se dizer que as temporais, por serem mais frequentes, são não-marcadas. Por outro lado, as condicionais representariam estruturas mais marcadas. É provável que o maior ou menor grau de

complexidade, tanto formal quanto cognitiva, possa ser, nesse caso, atribuído as orações de tempo e condição tendo em vista sua frequência. Sendo assim, as condicionais seriam mais complexas. Como indício da complexidade formal dessas orações pode-se sugerir a manipulação rica dos modos verbais verificada nessas orações. No tocante à complexidade cognitiva, destaca-se a referência a estados de coisas irrealis que possibilita o relato de fatos hipotéticos (condicionais hipotéticas). Se assim for, é possível que essa complexidade esteja atuando na distribuição verificada na amostra.

Para Givón (1995), estruturas mais marcadas seriam mais salientes, pois, o critério distribuição de frequência estaria associado a fenômenos de fundo e figura. Ou seja, o que é menos frequente tende a se destacar mais em relação ao fundo, daí ser considerado mais saliente perceptual e cognitivamente.

Dado que tanto Slobin quanto Givón valem-se do mesmo rótulo para designar fenômenos diferentes, é necessário esclarecer o que significa “saliência” para um e outro autor. Como dito anteriormente, Slobin associa “saliência” com ordem de aparição de um determinada categoria lingüística na fala da criança. Givón, por seu turno, associa “saliência” com baixa frequência, uma vez que estruturas menos frequentes tenderiam a se destacar perceptual e culturalmente de outras. Embora ambos autores utilizem o mesmo rótulo, os conceitos envolvidos em um e outro modelo não se harmonizam.

Por outro lado, invocando o conceito de “metáfora categorial” de Heine et alii (1991), assume-se que a categoria TEMPO, por constituir uma categoria cognitiva menos abstrata, pode funcionar como ‘veículo metafórico’ para se referir à categoria CONDIÇÃO, de caráter mais

abstrato. Os autores dispuseram essas, e outras, categorias de acordo com um grau relativo de abstração. Para uma melhor visualização, rerepresentarei a escala em que se dá esse arranjo categorial:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Os autores sustentam que, a fim de expressar funções mais ‘abstratas’, que se localizam à direita, entidades concretas, à esquerda, são recrutadas (Heine et alii, 1991: 48), e isso se dá por um processo metafórico.

Nesse processo haveria um significado envolvido que é chamado de ‘literal’ e um outro que é ‘transferido’, ou metafórico. Pensando com Heine et alii, em (113), *quando* EXIBIRIA um sentido literal, enquanto que, em (114), seu sentido é metafórico:

(113) *V 3;6: Tem, eu/ eu/ um di/ candu/ eu/ eu fui lá, eu vi. Vi sim*

(114) *Cr 2;10: E o Minotaulo existe na televisão (MIA) mai quando a gente assiste, né?*

Em (113), *quando* tem um sentido literal porque exerce uma função de delimitação temporal explícita, uma vez que funciona como uma ‘âncora’ para o estado de coisas descrito na

núcleo. Nesse caso, a oração temporal tem um significado estritamente temporal, não sendo possível que *quando* e *se* sejam intercambiáveis.

Já em (114), o conectivo temporal parece ter um valor mais epistêmico, haja vista que a relação que se estabelece entre os estados de coisas da núcleo e da adverbial está pautada em termos de contingência. Em (114), *quando* incorpora um significado condicional.

Dentre as primeiras construções temporais produzidas pela criança, em muitas delas, verifiquei que o *quando* expressava, implicitamente, como nos exemplos acima, além da temporalidade, noções de condicionalidade. Ou seja, os primeiros enunciados temporais produzidos são responsáveis tanto pela codificação das noções temporais quanto de algumas noções condicionais.

Nos exemplos de (115) a (117), à leitura temporal, própria da oração temporal, subjaz uma leitura condicional. Nesses casos, a intercambialidade entre *quando* e *se* é verificada:

(115) *V 3;6: É, chamu. Manhê... Manhê, Bruxa é isso. Manhê, é, chamu di bruxa quandu eu quisé, Né, mãe?*

(116) *V 3;5: Leva candu (quando) eu quisé, eu levu quandu eu quisé.*

(117) *Cr 2;7: Quando eu tô com fio eu ponho (lençol) e, e, e, e, e, eu, e eu, e eu contô tô com, tô vom calor eu tilo, tá?*

No mesmo período (até 3;6) em que se observou os casos de temporais “ambíguas”, apenas 11 orações de condição, dentre as 50 coletadas, foram registradas. Dentre essas 11

ocorrências, apenas os dois enunciados condicionais de (118) admitiram uma interpretação temporal:

(118) A 3;5: *Guaraná gosto, mas se por canudinho eu gosto.*

M: *Se por canudinho?*

A: *é*

M: *E se não por?*

A: *Se não por, eu choro.*

Acredito que essa possibilidade esteja sendo operacionalizada pelo significado genérico dessas construções. Tal fato, no entanto, desobedece o princípio da *unidirecionalidade*, que rege a disposição das categorias cognitivas no *continuum* de Heine et alii, uma vez que, uma categoria à direita estaria sendo usada para codificar uma mais à esquerda.

Os demais casos de condicionais, dentre esses 11 referidos acima, representam aquelas estruturas em que *se* e *quando* não podem ser intercambiados:

(119) R 3;4: *se ela dá um murro na cara cê dá um tapa nela*

M: *não, não vou dá tapa, não vamo brigá*

D: *então – vô vô começá – SI cê tá brigado – [vô começá]*

R: *[então vo]cê não vai na casa da Ana*

D: *[vô se eu quisé]*

(120) D 3;1: *-... lá, se nós viaja de/ de/ de dia, no/nós leva (meias)*

(121) D 2;9: *se chegá aí, eu goto*

(122) D 2;8: *Si solá (chorar) (pausa) dói*

Os dados mostram que, do ponto de vista semântico, as estruturas condicionais mais complexas estão sendo produzidas mais tardiamente. As orações hipotéticas, que apresentam um grau alto de complexidade, foram produzidas apenas após os 3 anos e 10 meses. Tal fato sugere que aquelas estruturas semanticamente mais simples, pautadas em fatos do mundo real, tendem a ser primeiramente desenvolvidas do que aquelas em que a criança precisa visualizar uma situação imaginária (Reilly, 1986). Considere a respeito, os seguintes exemplos:

(123) *Verônica 3;10: se eu num quiser ir na escola, daí a Dica vai*

(124) *Anamaria 3;11: Mãe, se tiver papel no chão desse aqui cê me mostra, viu?*

M: Essas ficha de computador, do papai

A: cuidado com o negócio, aí, heim?

M: que negócio?

A: o fio

M: Ah, o fio. Filha de Deus! Volta logo viu?

(125) *F: Ah é?! Está pegando fogo no meu dedo?!?*

D: é

F: Ai meu Deus, du...

D: Num vai saí

F: Ai, meu Deus do céu.

Daniela 4;0: Si matá sai

F: se matar quem?

D: Você sai

F: Ah!! Mas eu prefiro ficar com fogo no dedo, do que morrer.

D: Vô ti matá, ispera.

(126) *Verônica 4;1: Não sei mãe, craro que eu sei, né mãe. Se eu não saber, você me conta, né, mãe? Se eu saber você não me conta. Pronto – falar pra mim eu sabia, su su eu sabia.*

(127) *Verônica 4;10: Se cê não apagá eu apago*

(128) *Verônica 5;0: SI se quisé pegá na Susi, pega em uma parede que fala, tá?!*

(129) *Verônica 5;2: Manhê?? Pegá minha SI... se a Dica te perdido meu/ apontador no colégio eu mato ela*

(130) *Verônica 5;3: E cheretinha o aluno. Se você/ fazê errado eu vô falá até apagá. Tcho vô/ se você fez errado... SI menino, olha você vai tê que escrevê aqui SI ó eu vô assiná o meu nome pra você fazÊ o SI...*

Tendo em vista o exposto, entendo que os primeiros casos de orações de tempo, produzidos pela criança, têm uma função semântica ambígua, isto é, eles codificam tanto as noções de tempo como também as de condição. Já as primeiras orações condicionais verificadas no discurso infantil, pertencem àqueles subtipos específicos de condicional, em que o *se* não é intercambiável por *quando*. Ou seja, os primeiros tipos de condicionais produzidos pela criança são exatamente aqueles que não poderiam ser metaforizados por itens lexicais próprios da categoria TEMPO.

Concluo, então, que as temporais podem ocorrer em maior número do que as condicionais, uma vez que têm uma função semântica ambígua, podendo, muitas vezes, 'fazer o papel' de uma condicional no discurso infantil. Sendo assim, as condicionais seriam mais requisitadas nos momentos em que a metáfora TEMPO > CONDIÇÃO não fosse viável, como

no caso das hipotéticas. Contribui ainda mais, aqui, o fato de as hipotéticas, que representam uma estrutura mais complexa, começarem a ser utilizadas mais tardiamente pela criança.

4) Conclusão

Neste trabalho, investiguei as orações hipotáticas de tempo e condição a partir de dados coletadas na fala infantil. Inicialmente, considerei as propostas da Gramática Tradicional, aqui representadas por Bechara (1967), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (1994), no que se refere aos processos de articulação de orações. Esses mesmo processos também foram discutidos à luz das perspectivas funcionalistas, segundo Hopper e Traugott (1993), Lehmann (1988), entre outros. Ademais, apresentei as discussões a respeito da relevância das abordagens semântico-textuais (Koch, 1993 e 1996) para o entendimento das relações entre duas ou mais orações. As noções semânticas de temporalidade e condicionalidade foram tratadas sob a ótica de autores variados (Koch, 1993 e 1996; Neves, 1999 e 1999b). Num outro momento, referi-me aos trabalhos que, voltados para os dados de aquisição de linguagem, discutem as orações de tempo e condição, bem como suas *nuances* semânticas.

No tocante à análise dos dados, mostrei, a princípio, que as orações em pauta podem ser descritas em termos de subtipos semânticos. As temporais subcategorizam-se, além dos tipos relacionados à simultaneidade, em *temporais genéricas* e de *referência futura*. As *temporais genéricas* constituem um grupo heterogêneo e, freqüentemente, podem ser parafraseadas por noções condicionais. Quanto aos seus atributos sintáticos ressalta-se o uso do aspecto imperfectivo e de sujeitos que ora são representados genericamente, ora são obscurecidos, conferindo relevo ao próprio estado de coisas descrito na temporal. As de *referência futura*

possuem uma estrutura sintática característica: “*quando (X) v-futuro do subjuntivo (Co) + X v-futuro do indicativo (Co)*”.

Já as condicionais distribuem-se em *condicionais de presente, preditivas, genéricas, hipotéticas, de ameaça* e de *ato de fala*. As primeiras exibem marcas temporais de presente; são escassas nas amostras de falas examinadas. As segundas aparecem em maior número e envolvem referência futura. As genéricas, por sua vez, caracterizam-se por apresentar verbos com aspecto imperfectivo e sujeitos genéricos. As hipotéticas, nos dados, envolvem referência temporal futura e podem representar, do ponto de vista semântico, as estruturas mais complexas. Nas condicionais de *ato de fala*, não é possível identificar a relação “*se p então q*”, características dessas construções. Nesse subtipo, o conteúdo expresso na condicional possibilita ou causa a realização de um ato de fala (Sweetser, 1990). Finalmente, as denominadas *condicionais de ameaça* caracterizam-se por uma função mais marcadamente interpessoal.

No que concerne à relação semântica entre temporalidade e condicionalidade, os dados mostram que nem sempre é possível se fazer uma classificação inequívoca daquelas orações que codificam essas relações.

Com respeito às orações de tempo, a análise das propriedades gramaticais revelou que a presença de aspecto imperfectivo e estados de coisas reiterativos licencia a intercambialidade entre *quando* e o hipotetizador *se*. Nas orações de condição, por seu turno, a intercambialidade parece ser mais delicada. Na maioria dos casos, a troca do conectivo *se* por *quando* parece ter implicações semânticas, no que diz respeito à posição do falante frente ao seu enunciado. Uma vez que as condicionais indicam um grau maior de incerteza, a intercambialidade entre os

conectivos pode alterar essa gradiência. Sendo assim, os dados indicam haver, no que tange à intercambialidade entre *quando* e *se* um compromisso entre a bidirecionalidade advogada por Reilly (1986) e a unidirecionalidade proposta por Heine et alii (1991).

Para dar conta das possibilidades dessa intercambialidade, propus um *continuum* que prevê a existência de categorias mais ou menos hipotéticas. As primeiras encontram-se alocadas à direita e são introduzidas por *se*. Já as segundas, estão à esquerda, e são, mais associadas a *quando*. A utilização desse *continuum* é válida na medida em que prevê a inclusão de categorias intermediárias, como as orações *predictivas*. Defendo, então, que a superposição de significados temporais e condicionais é mais esperada em estruturas que se localizam mais à esquerda.

A análise dos atributos sintáticos das orações em pauta organizou-se a partir dos seguintes parâmetros: codificação estrutural, ordem formal, correlação modo-temporal e formas de expressão dos sujeitos. Em relação ao primeiro parâmetro, verifiquei que as temporais, apesar de serem introduzidas quase categoricamente por *quando*, podem também ser codificadas por outros conectivos, como *enquanto*, *antes que*, *depois que*, *na hora que* e *logo que*. A condicionalidade, contudo, foi codificada exclusivamente por orações introduzidas por *se*. Os dados mostram que as relações proposicionais de tempo e de condição também podem ser expressas por uma seqüência de orações paratáticas, coordenadas ou justapostas.

O segundo parâmetro, ordem formal, foi analisado segundo duas óticas: motivação pragmática e *markedness*. Embora as orações de tempo possam ser antepostas, pospostas ou intercaladas, a **anteposição** representa a ordem não-marcada, neutra. Já as orações de condição podem ser antepostas e pospostas, mas, de novo, a ordem não-marcada é a anteposição.

Considerando o fato de que as orações intercaladas, por oferecerem maior restrição à mobilidade, podem indicar um maior grau de integração entre a adverbial e a oração núcleo, sugeri que as temporais podem estar mais integradas, uma vez que os casos de intercalação estão restritos a essa construção.

Com respeito às motivações pragmáticas, verifiquei que as orações de tempo e condição, quando antepostas, sinalizam uma mudança na orientação do discurso, e, portanto, podem funcionar como 'guias'. As pospostas, por sua vez, delimitam o conteúdo proposicional da oração núcleo com a qual se ligam. Já as intercaladas têm um valor restritivo.

A análise do terceiro parâmetro, correlação modo-temporal, mostrou que as construções temporais tendem a manter o mesmo modo verbal na núcleo e na hipotática. A correlação mais freqüente identificada nos dados é a que une presente do indicativo na temporal e na núcleo (27%). No entanto, em muitas temporais, verifiquei o uso do presente do futuro do subjuntivo na adverbial ora associado à presença do presente do indicativo (15,82%), ora, ao futuro do indicativo (perífrase *ir+infinitivo*) (12,02%) na núcleo. As condicionais, por outro lado, privilegiam o uso de tempos e modos diferentes, ou seja, o uso do futuro do subjuntivo na adverbial e presente do indicativo na núcleo (66%). A segunda correlação mais freqüente, nessas construções, é entre futuro do subjuntivo na condicional e futuro do indicativo (perífrase *ir+infinitivo*) na núcleo (20%). A correlação entre tempos do passado, tão relevante para as seqüências narrativas no que tange ao contraste fundo/figura, tem mais recorrência nas construções temporais.

Tendo em vista a proposta de Lehmann (1988), qual seja, a concordância entre tempos e modos verbais pode indicar uma maior grau de vinculação entre orações, sustento que as orações temporais podem ser consideradas, no que tange ao parâmetro correlação modo-temporal, a estrutura mais integrada.

Em relação ao último parâmetro, formas de expressão dos sujeitos, considerei também o aspecto correferencialidade, uma vez que podem estar correlacionados. Os dados revelam que, nas duas orações em discussão, há um tendência para o uso de sujeitos codificados por anáfora pronominal. Todavia, nas condicionais, esses casos ocorrem com mais frequências em orações antepostas; já na temporais, essa diferença parece se diluir. Sujeitos expressos por SN pleno foram identificados apenas em construções temporais. As codificações por anáfora zero, nas orações de tempo e condição, estão mais relacionadas à anteposição, no entanto, esses resultados requerem cautela, pois muitas células são não confiáveis. Casos de anáfora zero, que indicam um grau forte de entrelaçamento, foram registrados mais nas orações condicionais. Tal fato pode sugerir que essas orações estão mais vinculadas. Todavia, ambas estruturas se caracterizam por apresentar sujeitos não correferenciais, codificados por anáfora pronominal, o que indica relações sintáticas mais frouxas, e, portanto, cláusulas menos integradas.

Finalmente, na última parte do trabalho, discuti uma questão recorrente na literatura consultada, qual seja, as orações de condição emergem mais tardiamente na fala infantil. Uma das hipóteses para justificar esse fenômeno remete a Slobin (1975), para quem noções psicologicamente mais salientes se desenvolvem primeiro na infância. Sendo assim, Tempo seria mais saliente que Condição.

No entanto, os dados permitem afirmar apenas que as temporais ocorrem em maior quantidade do que as condicionais. Nesse caso, uma hipótese está fundamentada na proposta de Givón para a aferição dos valores de marcação. Tendo em vista os critérios de Givón, as temporais podem ser consideradas não-marcadas, uma vez que são mais frequentes, e, conseqüentemente, menos complexas. As condicionais, em contraposição, seriam mais marcadas e mais complexas.

Uma outra hipótese baseia-se no conceito de “metáfora categorial” de Heine et alii (1991), segundo o qual entidades mais concretas, como TEMPO podem ser requeridas pelo falante, com o intuito de expressar noções mais abstratas, como CONDIÇÃO. Verifiquei que, nas primeiras construções temporais, *quando* estava sendo usado pela criança tanto num sentido literal quanto metafórico, indicando condicionalidade. Em contrapartida, as primeiras condicionais produzidas pela criança se restringem basicamente àqueles tipos em que as noções de temporalidade e condicionalidade não podem ser intercambiadas. Concluí, então, que as orações de tempo podem ser mais numerosas uma vez que têm função semântica ambígua, o que lhe permite, ocasionalmente, ‘fazer o papel’ de uma condicional. As condicionais, por seu turno, seriam mais requisitadas nos momentos em que a metáfora TEMPO>CONDIÇÃO fosse bloqueada. Corrobora tal hipótese o fato de as condicionais hipotéticas, estruturas mais complexas por natureza, serem as últimas estruturas a emergir no discurso infantil.

As similaridades entre os resultados obtidos neste trabalho, em relação ao português, e aqueles a que chegou Reilly (1986), para o inglês, podem relevar, como previsto por Slobin, características gerais da capacidade humana de aquisição da linguagem (Bowerman, 1985:1258 e

1259). Uma delas pode ser a de que a condicionalidade constitui, de fato, uma noção semântica e cognitivamente complexa.

Todavia, inúmeros são os enigmas que permeiam essa complexidade e, de uma maneira geral, a relação que por um lado aproxima e por outro distancia as orações de tempo e condição. Sendo assim, terminado este trabalho, a conclusão mais lúcida a que chego é a de que ainda há muito por dizer e fazer.

5) ANEXOS

5.1) Apresento abaixo, a título de exemplificação, algumas construções representativas das correlações observadas na amostra. A Tabela I corresponde às orações temporais, já a Tabela II, às condicionais

Tabela I

(118) M: num tem nada que ver, o queimado com V: -- pegá colher cu'essa mão, <i>quando eu pego</i> , queima. (V, fr. 24)
(119) V: É, chamu. Manhê... Manhê, Bruxa é isso. Manhê, é, chamu di bruxa <i>quando eu quisé</i> , Né, mãe? (V, fr. 02)
(120) Cr: Ma/ma/ mais você não come naada M: Como não come nada! Cr: Cê não come nada <i>quando eu vou cheirar você</i> (R, fr. 24)
(121) V: manhê, manhê M: (beijos) hein? V: <i>Candu a vovó tava aqui</i> eu vi um mulangu na caixinha M: Foi? Isso mesmo, quando a vovó estava aqui tinha morango na caixa. Vc tem razão. (V, fr. 18)
(122) V: Mas aí o Pedro/ (gagueira) mas <i>aí eu quero fazer o castelo</i> , o Pedro num deixa eu fazer e dá mais uma mordida. (V, fr. 46)
(123) b- V: A tia vai, <i>candu ela qué</i> . Intão, a aluna (?) vai ficá cum você, tua mãe/ a sua mãe. (V, fr. 01)
(124) Cr: <i>Depois que o Molly fazê cocô</i> , vô tocá ele. “Petinha” dela! (A, fr. 22)
(125) V: <i>Candu eu vai lá</i> , eu/ela vai contá istória. (V, fr. 04)

(126) Cr: ela caiu na panela (MIA) e virô – uma pipoquinha – <i>qua/ quando m/ mamãe pegô uma pipoquinha</i> – [foi] comê (MIA) mamãe não coma eu, eu sou a Madalena pipoca. (R, fr. 36)
(127) Cr: E tiver... <i>Quando... ela/ ela/ ela vai usar Passat...</i> eu vou ir/ eu vou ir no Fuquinha... quando eu for trabalhar... Quando eu “for” trabalhar... eu vou. (A, fr. 20)
(128) - Cr: Eu não. Eu vou to/ amanhã vô, vô, amanhã, vô, vô, o Molly vai no mar de novo, e eu vou tocá tegafia dela, <i>andan(d)o no mar</i> , aí, ele, ela vai gostá. Ele tá gandão, já. (A, fr. 21)
(129) Cr: ‘Sagou <i>quando/quando cê saiu ontem...</i> Aí ‘sagou! (A, fr. 17)
(130) V: Todas coisas be be be, o o bo bo bo, ce, ce, ces, que que que manhê, <i>cando a Dica tava tomando – tá/ toma banho zunto/ de manquera com a Lígia, amiga dela</i> , ela usou aquele xampu piquininho, qué vô? (V, fr. 29)
(131) Raquel: ah ah – não o Popey sonhô né, no desenho ele sonhô, <i>quando tava dormindoI, ele sonhô que a Olívia Palito era hum – a Ísis</i> . (R. fr. 57)
(132) Cr: Na barriga de você. Que eu tava sodade da Juiana <i>quando cê tava no hospital</i> . (A, fr. 52)
(133) V: Daniela Qui, Qui tem pexinho. A Daniela tava azuelhada <i>candu nós chegou né</i> , mãe? (V, fr. 13)
(134) Ad: Ah, a grande ela não pode ir senão cai? Cr: Mas, <i>quando ela crescer</i> , ela pode andar. Só nessa mais --- aqui. Ela pode por o pé aqui. Será que ela alcança por o pé aqui? (A, fr. 19)
(135) Quando é emprestado, mamãe precisa devolver, né, An? Cr: Pode. <i>Quando é emprestado</i> , mas não pode deixá o tempo todo aqui, não. (A, fr. 19)
(136) Cr: Mas quando eu chego aqui cê me mosta quando, quandu, quandu cê passeia né, mas eu não vô pedi nunca mais. <i>Quando vô passeá em Barão Gealdu</i> , cê qué que eu falu, né? (A, fr. 38)
(137) Cr: A.. a... depois nosi vai bebê água, <i>chegá lá na vovó</i> , dumi, vê televisão. Ad: Hum hum. (A, fr. 04)

(138) P: que que é que que é coragem? que que é coragem? Cr: coragem/ entrá dentro da água <i>quando tá frio</i> (MIA) olha. (R, fr. 43)
(139) M: ah! mas eu num sei se cê vai pra mesma faculdade que eu. Precisa ver que que cê vai querer estudar quando cê crescer. V: ah! Então <i>quando eu crescer</i> eu vou ser perdida. (V, fr.47)
(140) Cr: daí eles encontraram (MIA) e um -- -- de bicicleta (MIA) ahm eles/ éé eu vô nessa/ eu vô – (MIA) – tum/ dum (MIA) dinheiro pro home né? e foram --/--/--/--/ (MIA) – <i>logo que que eles tavam voltando pra casa!</i> a bicicleta já tava pronta – há [há --]. (R, fr, 45)
(141) e <i>enquanto que a/ Tuca anda no cavalo de pau</i> o Guto fica montando foguete. (R, fr. 38)
(142) Cr: e e e (MIA) e dono tava (MIA)/ tava (MIA) tava fazeno as marca para (MIA) pra/ pra/ prus bichinhos dele (MIA), <i>quando quisé o dono seguí ele, o dono.</i> (R, fr. 50)

Tabela I: Exemplos representativos das correlções modo-temporais das orações de tempo, observadas na amostra

Tabela II

(143) V: se eu num quiser ir na escola, daí a Dica vai.. (V, fr. 18)
(144)a- R: <i>se ela dá um murro na cara</i> cê dá um tapa nela. (R, fr. 03) b- V: ele é frio <i>quando a gente não tá com febre</i> e ele é quente <i>quando a gente tá com febre.</i> (R, fr. 44 e 45)
(145) M: Depois a mamãe vai contar essa estória pra Verrô, mais tarde na hora da Verrô dormir. Quando você encontrar com a Códia você fala pra ela se você gostou ou não do livro, tá? V: Tá. Eu vou falar: “eu gostei”, eu vou falá que eu gostei, tá, mãe? M: Tá V: Si eu, <i>si eu num gostei</i> , eu tô de mal dela, tá? (V, fr. 04)
(146) V: Porque sim. Não/ eu/ eu num vô ficá di mal, <i>só se você amanhã deixá eu me vesti sozinha.</i> Deixa, mãe? Eu vô pô uma ropa chique. (V, fr. 29)
(147) R: sabe? (MIA) tem uma barata na minha casa (MIA) ela encostô no – nesse dedão aqui – e daí ela foi em oto lugar M; e você? R: e eeu eu não tinha medo

M: não? R: (SI) (murmura) naquele negocinho no –(?) M: que Qui é? R: e <i>se ela tá ali (MLA) e na – naquele negocinho (SI) (MLA) e a gente pô a mão?</i> M: não põe a mão. (R, fr. 02)
(148) V: SI... ela falô assim: você robô a ro/ a/ a/ a a bolacha dela mesmo? Não, daí eu falei SI (murmura) eu falei: não. Daí/ tia falava: cê não roubou mesmo? Não. <i>Se eu não roubei eu não roubei. Daí a tia contô ... aaa SI florzinha ficava em pé.</i> (V, fr. 41)
(149) M: Nem pr' eles verem um pouquinho? Heim? A: Pode ver! <i>Se quiser... se quiser/ Ah, mãe! Caiu dois!</i> (A, fr. 11)

Tabela II: Exemplos representativos das correlções modo-temporais das orações de condição, observadas na amostra

5.2) Tabelas III e IV: Correferencialidade e explicitude dos sujeitos

	[+ correferencial]	[- correferencial]
[+ explícito]	49 31,02%	60 37,98%
[- explícito]	16 10,12%	10 6,33%

Tabela III: Correferencialidade e explicitude do sujeito nas orações de tempo

	[+ correferencial]	[- correferencial]
[+ explícito]	11 22%	18 36%
[- explícito]	03 6%	17 34%

Tabela IV: Correferencialidade e explicitude do sujeito nas orações de condição

5.3) Tabelas V e VI: Correferencialidade e formas de expressão dos sujeitos

TEMPO		anteposição	posposição	TOTAL
Sujeitos	SN pleno	03 75%	01 25%	04 2,97%
[+ correferenciais]	anáfora pron.	25 56%	20 44%	45 33,34%
	anáfora zero	10 63%	06 37%	16 11,85%

CONDIÇÃO

Sujeitos	anáfora pron.	10 91%	01 9%	11 22,44%
[+ correferenciais]	anáfora zero	02 67%	01 33%	03 6,12%

Tabela V: Correferencialidade e realização dos sujeitos e ordem das orações temporais e condicionais

TEMPO		anteposição	posposição	TOTAL
sujeitos	SN pleno	08 80%	02 20%	10 7,40%
[- correferenciais]	anáfora pron.	29 58%	21 42%	50 37,04%
	anáfora zero	09 90%	01 10%	10 7,40%
CONDIÇÃO				
sujeitos	anáfora pron.	14 78%	04 22%	18 36,74%
[- correferenciais]	anáfora zero	17 100%	-	17 34,70%

Tabela VI: Não-correferencialidade e realização dos sujeitos e ordem das orações temporais e condicionais

5.4) Resultados estatísticos de cada falante

a) Anamaria

oração núcleo	oração temporal	%
fut. ind. (<i>ir+inf.</i>)	fut. subj.	11
pres. ind	fut. subj.	17,5
	pres. ind.	19,56
modal	fut. subj.	11

Tabela VII: Anamaria: correlação modo-temporal das orações temporais

oração núcleo	oração condicional	%
pres. ind.	fut. subj.	67
modal	fut. subj.	6
fut. ind. (<i>ir+inf.</i>)	fut. subj.	27

Tabela VIII: Anamaria: correlação modo-temporal das orações condicionais

TEMPO	anteposta	posposta	TOTAL
SN pleno	01 2%	02 4%	03 7%
anáfora pronominal	11 24%	12 26%	23 50%
anáfora zero	17 37%	03 7%	20 43%

Tabela IX: Anamaria: Formas de expressão dos sujeitos na oração temporal

CONDIÇÃO	anteposta	posposta	TOTAL
anáfora pronominal	05 33%	01 7%	06 40%
anáfora zero	08 53%	01 7%	09 60%

Tabela X: Anamaria: Formas de expressão dos sujeitos na oração condicional

b) Daniela

oração núcleo	oração temporal	%
Pres. ind	fut. subj.	35
	pres. ind.	59

Tabela XI: Daniela: correlação modo-temporal das orações temporais

oração núcleo	oração condicional	%
pres. Ind.	fut. subj.	80
fut. Subj	pres. indi	20

Tabela XII: Daniela: correlação modo-temporal das orações condicionais

TEMPO	anteposta	posposta	TOTAL
SN pleno	01 8%	-	01 8%
anáfora pronominal	07 58%	01 8%	08 67%
anáfora zero	01 8%	02 18%	03 25%

Tabela XIII: Daniela: Formas de expressão dos sujeitos na oração temporal

CONDIÇÃO	anteposta	posposta	TOTAL
anáfora pronominal	01 20%	-	01 20%
anáfora zero	04 80%	-	04 80%

Tabela XIV: Daniela: Formas de expressão dos sujeitos na oração condicional

c) Raquel

oração núcleo	oração temporal	%
fut. ind. (<i>ir+inf.</i>)	fut. subj.	17,5
pres. ind.	fut. subj.	7,5
	pres. ind.	20
	outros	10
	fut. ind. (<i>ir+inf.</i>)	7,5
pret. perf.	pret. imperf.	7,5
pret. imperf.	pret. imperf.	7,5

Tabela XV: Raquel: correlação modo-temporal das orações temporais

oração núcleo	oração condicional	%
pres. ind.	fut. subj.	67
fut. subj.	pres. ind.	33

Tabela XVI: Raquel: correlação modo-temporal das orações condicionais

TEMPO	anteposta	posposta	TOTAL
SN pleno	06 15%	01 2,5%	07 17,5%
anáfora pronominal	11 17,5%	12 30%	23 57,5%
anáfora zero	06 15%	04 10%	10 25%

Tabela XVII: Raquel: Formas de expressão dos sujeitos na oração temporal

CONDIÇÃO	anteposta	posposta	TOTAL
anáfora pronominal	03 100%	-	03 100%

Tabela XVIII: Raquel: Formas de expressão dos sujeitos na oração condicional

d) Verônica

oração núcleo	oração temporal	%
fut. ind. (<i>ir+inf.</i>)	fut. subj.	10
pres. ind.	fut. subj.	18
	pres. ind.	32
pret. perf.	pret. perf.	12

Tabela XIX: Verônica: correlação modo-temporal das orações temporais

oração núcleo	oração condicional	%
pres. ind.	fut. subj.	67
fut. ind. (<i>ir+inf.</i>)	fut. subj.	23

Tabela XX: Verônica: correlação modo-temporal das orações condicionais

TEMPO	anteposta	posposta	TOTAL
SN pleno	03 5%	-	03 5%
anáfora pronominal	25 42%	16 27%	41 68%
anáfora zero	11 18%	05 8%	16 27%

Tabela XXI: Verônica: Formas de expressão dos sujeitos na oração temporal

CONDIÇÃO	anteposta	posposta	TOTAL
anáfora pronominal	15 55%	04 15%	19 70%
anáfora zero	08 30%	-	08 30%

Tabela XXII: Verônica: Formas de expressão dos sujeitos na oração condicional

SUMMARY

This study investigates the hypotactic temporal and conditional clauses present in the speech patterns of children who are in the language acquisition phase. According to the literature researched there is consensus that temporal clauses emerge in children speech patterns before conditional clauses. Like Slobin (1975) suggests, some notions, being more visible than others from a psychological perspective, are the first to be developed in childhood. In my data, however, I verified to a certain extent that the first occur in greater number than the latter. In this case, the justification points to the hypotheses of both Givón and Heine et al. Taking Givón's presuppositions as a basis, I can say that the temporal clauses are unmarked structures, once they are less frequent. In this case, it is possible that they tend to be, contrary to conditional clauses, less complex. Another hypothesis alludes to the *continuum* of cognitive categories proposed by Heine et al (1991), which defends that concrete entities are recruited to express more abstract notions, such as condition.

I emphasize, among other aspects, that in some sentences it is possible to identify a superposition of temporal and conditional meanings and that, in other sentences, this possibility is, if not blocked, at least less apparent. The modus-temporal correlation and hypothetical explanation ratio partially explain the interchangeability of temporal and conditional notions.

In order to assess the integration degree of these sentences I used the sharing of tenses and moods, co-reference and expressions forms of subject variables. As regards the first parameter, empiric outcomes suggest that temporal constructions, because identical tenses and modes are presented in both the nucleus and the temporal clause, are

more integrated and therefore characterized by more marked grammaticalization. Concerning the other parameters there seems to be an inversion of results. Cases of total absence of anaphora, which indicate a strong degree of interchange, were found more frequently in conditional than in temporal clauses. However, in both structures the subjects presented signs that indicate looser syntactic relationships [- co-reference] e [+ explicitness].

KEYWORDS: Temporal and Conditionals clauses; Clause combining; Language acquisition.

6) Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. (1967) *Moderna Gramática Portuguesa*. Companhia Editora Nacional, São Paulo: 11ª edição.

BRAGA, M. L. (1995) "*As orações de tempo no discurso oral*". In *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, no. 28, p. 85-97. Campinas/SP: UNICAMP.

_____ (1996) "*Processos de redução: o caso das orações de gerúndio*" In *Gramática da português falado*. Vol. VI. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

_____ (1999) "*Os enunciados de tempo no português falado no Brasil*" In Neves, Maria Helena de M. (org.) *Gramática do português falado*, vol.VII. Campinas/SP: Editora da UNICAMP. p. 443-459.

_____ (s/ data) "*A articulação das orações: tempo*" (mimeografado)

_____ (s/ data) "*As orações de tempo no discurso oral*" (mimeografado)

_____ (no prelo) "*Processos de combinação de orações, enfoques funcionalistas de Gramaticalização*".

BOWERMAN, M. (1985) "*What shapes chidrrren's grammar?*" In SLOBIN, *The Crosslinguistic Study of Language Aquisition*. Vol 2: Theoretical Issues (1257-1319). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

- _____ (1986) "*First steps in acquiring conditionals*" In TRAUGOTT, E., MEULEN, A., Reilly, J. S., FERGUSON, C. A.. On Conditionals (285-307). Cambridge: Cambridge University Press.
- CARVALHO, C. dos S. (1999) "*Estruturas causais na fala culta de Salvador*". Trabalho de curso. Campinas: PG-Unicamp.
- _____ (no prelo) "*Cláusulas encaixadas de verbos causativos e perceptivos: formas e expressão e correferencialidade de sujeitos*"
- CASTRO, M. F Pereira de. (1997) "*Sobre a interpretação e os efeitos da fala da criança*". Revista Letras de Hoje. Anais do IV Encontro Nacional sobre a Aquisição da Linguagem. V. 33, nº 2. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- CUNHA e CINTRA (1985) Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DE CASTRO CAMPOS, M. F. P. (1985) "*On conditionals as dialogue constructs*" In DASCAL, M. An Interdisciplinary Approach (101- 113). John Benjamins.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. (1993) Leite com manga, morre! Da hipotaxe adverbial no português em uso. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC.
- DE LEMOS, C. T. G. (1997) "*Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna*". Trabalho apresentado na *The Trento Lectures and Workshop on Metaphor and Analogy* organizada pelo Instituto per la Ricerca Scientifica e Tecnologica Italiano em Povo.

- FÁVERO, L. L. (1987) "O Processo de Coordenação e Subordinação: Uma Proposta de Revisão" In *Linguística Aplicada ao Ensino de Português*. Kirst, M. e Clemente,, Ir. I. (org.), p. 51-61. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- FORD, C. (1988) *Grammar in Ordinary Interaction: The Pragmatics of Adverbial Clauses in Conversational English*. PhD Dissertation. UCLA.
- GIVÓN, T. (1995) *Functionalism and Grammar*. Philadelphia: John Benjamins.
- HEINE, B.; CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chigaco: The University of Chicago Press.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. (1993) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. (1993) *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto.
- _____. (1996) *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez.
- KÖNIG, E. & AUWERA, J. van der. (1988) "Clause integration in German an Dutch conditionals, concessive conditionals, and concessives" In HAIMAN, John e THOMPSON, Sandra (eds) *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins. p. 101-133.
- LEHMANN, C. (1988) "Towards a typology of clause linkage". In HAIMAN, John e THOMPSON, Sandra (eds) *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins. p.181-225.

LOUZADA, Attila. (1991) "*Narrativas Presumidas*" In A Língua em Uso na Fala e na Escrita. Organização Sebastião Votre. Mimiografado: Rio de Janeiro.

MANN, William & THOMPSON, Sandra. (1986) "*Relational propositions in discourse*" In Discourse processes, 9, 57-90.

MATEUS, BRITO, DUARTE & FARIA, Maria Helena, Ana Maria, Inês e Isabel Hub. (1989) Gramática da Língua Portuguesa. Editorial Caminho: Lisboa, (4^a edição).

MENEZES HIRATA, F. B. (1999) A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil. Dissertação de mestrado. Unesp-Araraquara.

NEVES, Maria Helena de Moura. e BRAGA, Maria Luiza. (1998) "*Hipotaxe e Gramaticalização: uma análise das construções de tempo e condição*". In Revista D.E.L.T.A., vol. 14 (no. Especial) (191-208).

NEVES, Maria Helena de Moura. (1999) "*As construções condicionais*" In: Neves, Maria Helena M. (org.) Gramática do português falado, vol.VII (497- 544). Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

_____ (1999) "*As construções causais*" In Neves, Maria Helena M. (org.) Gramática do português falado, vol.VII (461-496). Campinas/SP: Editora da UNICAMP.

_____ (1999b) Gramática de usos do português. São Paulo/SP: Editora da Unesp.

- PAIVA, Maria da Conceição de. (1991) Ordenação das cláusulas causais: forma e função. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.
- PEREIRA DE CASTRO, M. F. (1995) Aprendendo a argumentar: um momento no processo de construção da linguagem. Campinas: EDUCAMP
- REILLY, J. S. (1986) "*The aquisition of temporals and conditionals*" In TRAUGOTT, E., MEULEN, A., Reilly, J. S., FERGUSON, C. A.. On Conditionals (309-331). Cambrigde: Cambridge University Press.
- SLOBIN, D. I. (1975) "*Language Change in Childhood an in History*". Working Paper No. 41. Language Behavior Research Laboratory.
- SOUZA, Maria Suely Crocci de. (1996) A hipotaxe adverbial temporal: uma abordagem funcionalista. Tese de Doutorado. Araraquara: UNESP.
- SWEETSER, E. (1990). From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press.

7) Bibliografia Consultada

CASTRO, M. F Pereira de. (1995) "*Ainda a negação: questões sobre a interpretação*".
Cadernos de Estudos Lingüísticos. Nº 29 (27-38). Campinas/SP: UNICAMP.

CUNHA, C. (1980) Gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Padrão.

DUARTE, M.L. (1995) A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro.
Tese de Doutorado, UNICAMP.

FÁVERO, L. L. (1999) Coesão e Coerência Textuais. São Paulo: Ática.

GRYNER, Helena. (1995) "*Graus de Vinculação nas cláusulas condicionais*". In
Cadernos de Estudos Lingüísticos, no. 28, p. 69-83. Campinas: Unicamp.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça e FÁVERO, L. L. (1994) *Lingüística Textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez.

_____ e SILVA, M. C. De Souza e. (1995) *Lingüística Aplicada ao Português: Sintaxe*. São Paulo: Cortez.

_____ (1995b) "*A Articulação entre Orações no Texto*" In: Cadernos de Estudo
Lingüísticos, nº 28; p.9-18. Campinas/SP: UNICAMP.

_____ (1998) *O Texto e a Construção dos Sentidos*. São Paulo: Contexto.

LIMA-HERNANDES, Ma. Célia Pereira. (1998) Gramaticalização da Combinação de Cláusulas: Orações de Tempo no Português do Brasil. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo.

MAGALHÃES, T.M.V. (2001) Aprendendo o sujeito nulo na escola. Dissertação de mestrado, Unicamp.

MOLLICA, M. C. (1996) "*Sociolingüística: conceituação e delimitação*". In MOLLICA, Introdução à sociolingüística variacionista. (org.) Rio de Janeiro: UFRJ.

PAIVA, Maria da Conceição de. (1995) Cláusulas causais: iconicidade e funcionalidade. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 28, 59-68, Campinas, Jan/Jun.

_____ (1996b) *Formas de expressão de causalidade*. Comunicação apresentada no I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul, UFRGS, Porto Alegre.

_____ (s/ data) *A ordem não marcada das cláusulas porque*.
(mimeograafado)

ROCHA LIMA (1994) Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio. 32^a. edicao.